

CURSO DE VERÃO – ANO XX

Coleção TEOLOGIA POPULAR

- Curso de verão* — *Ano I:* Introdução ao AT; êxodo; cristologia; leigos e ministérios; fé e política; culturas oprimidas
- Curso de verão* — *Ano II:* Profetismo; eclesiologia; religião do povo; movimento popular; comunicação
- Curso de verão* — *Ano III:* NT e evangelho de Marcos; batismo e eucaristia; história da Igreja no Brasil; a mulher
- Curso de verão* — *Ano IV:* At, 1Cor, Ap; liturgia; ecumenismo; educação e trabalho
- Curso de verão* — *Ano V:* Gn 2-3; feminismo; sexualidade; culturas e juventude
- Curso de verão* — *Ano VI:* Comunidade; Espírito Santo; ética; ecologia e moradia
- Curso de verão* — *Ano VII:* Cidadania; pentecostalismo e novos movimentos religiosos
- Curso de verão* — *Ano VIII:* A cidade: um desafio para as Igrejas e movimentos populares
- Curso de verão* — *Ano IX:* Trabalho — Crise e alternativas
- Curso de verão* — *Ano X:* Por uma ética da liberdade e da libertação
- Curso de verão* — *Ano XI:* Espiritualidade e mística
- Curso de verão* — *Ano XII:* Culturas e inculturação
- Curso de verão* — *Ano XIII:* Brasil, 500 anos: por um jubileu de justiça e de esperança
- Curso de verão* — *Ano XIV:* Construir e celebrar a justiça e a paz em tempos de exclusão e violência
- Curso de verão* — *Ano XV:* Produzir a esperança: projetos de sociedade e utopia do Reino
- Curso de verão* — *Ano XVI:* Saúde: cuidar da vida e da integridade da criação
- Curso de verão* — *Ano XVII:* Água é vida: dom de Deus e responsabilidade humana
- Curso de verão* — *Ano XVIII:* Educar para a justiça, a solidariedade e a paz
- Curso de verão* — *Ano XIX:* Comunicações: ética e cidadania
- Curso de verão* — *Ano XX:* Ecologia: cuidar da vida e da integridade da criação

José Oscar Beozzo (org.), Adriana Ramos, Dirceu Benincá,
Tilden Santiago, René Vilela, Ivoni Richter Reimer,
Leonardo Boff, Jean Hébette, Pedro A. Ribeiro de Oliveira -
ISER-Assessoria, Bernard Lestienne - IBRADES

CURSO DE VERÃO — ANO XX

**ECOLOGIA:
CUIDAR DA VIDA
E DA INTEGRIDADE
DA CRIAÇÃO**

CESEP



CESEP — CENTRO ECUMÊNICO DE SERVIÇOS
À EVANGELIZAÇÃO E EDUCAÇÃO POPULAR

CESEP

Av. Brigadeiro Luiz Antônio, 993 – Sala 205
01317-001 Bela Vista, São Paulo, SP
Telefone/Fax: (11) 3105-1680
E-mails: verao@cesep.org.br
cesep@cesep.org.br
<http://www.cesep.org.br>

Organização

Pe. José Oscar Beozzo

Coordenação editorial

Cecília Bernardete Franco

Revisão

Pe. José Oscar Beozzo

Ilustração da capa

Anderson Augusto de Souza Pereira

Impressão e acabamento

PAULUS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Curso de verão: ano XX: Ecologia: cuidar da vida e da integridade da criação / José Oscar Beozzo, (org.); [coordenação editorial Cecília Bernardete Franco]. — São Paulo: CESEP: Paulus, 2006. — (Coleção teologia popular)

Vários autores.

Preparado pelo Centro Ecumênico de Serviços à evangelização e Educação Popular-CESEP.

Bibliografia.

ISBN 85-349-2607-7

1. Ecologia 2. Ecologia - Aspectos religiosos 3. Igreja e problemas sociais 4. Meio ambiente I. Beozzo, José Oscar, 1941- II. Franco, Cecília Bernardete. III. Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular. IV. Série.

06-7859

CDD-261.836

Índices para catálogo sistemático:

1. Cristianismo e ecologia: Teologia social 261.836
2. Ecologia e cristianismo: Teologia social 261.836

© PAULUS – 2006

Rua Francisco Cruz, 229

04117-091 – São Paulo (Brasil)

Tel.: (11) 5084-3066 – Fax: (11) 5579-3627

www.paulus.com.br

editorial@paulus.com.br

ISBN 85-349-2607-7

Sumário

APRESENTAÇÃO	7
<i>José Oscar Beozzo</i>	
Primeira Parte	
SEÇÃO SOCIOECONÔMICA, POLÍTICA E CULTURAL	19
1. MEIO AMBIENTE: MAPEANDO A SITUAÇÃO, PROBLEMAS E DESAFIOS.....	21
<i>Adriana Ramos</i>	
2. MOVIMENTOS POPULARES E MEIO AMBIENTE	47
<i>Dirceu Benincá</i>	
3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MEIO AMBIENTE: CONTRIBUIÇÃO À REFLEXÃO	89
<i>Tilden Santiago e René Vilela</i>	
Segunda Parte	
SEÇÃO BÍBLICO-TEOLÓGICA	113
4. CRIAÇÃO E BÍBLIA	115
<i>Ivoni Richter Reimer</i>	
5. ECOLOGIA: TEOLOGIA E ESPIRITUALIDADE.....	151
<i>Leonardo Boff</i>	
Terceira Parte	
SEÇÃO PASTORAL	169
6. IRMANDADE BRASILEIRA AMAZÔNICA: REFLEXÕES PARA A CAMPANHA DA FRATERNIDADE DE 2007	171
<i>Jean Hébette</i>	
7. PARA FAZER ANÁLISE DE CONJUNTURA.....	195
<i>Pedro A. Ribeiro de Oliveira - ISER-Assessoria e Bernard Lestienne - IBRADES</i>	



A P R E S E N T A Ç Ã O

José Oscar Beozzo¹

*“Deus disse: ‘Que exista a luz!’ E a luz começou a existir.
Deus viu que a luz era boa...
Houve uma tarde e uma manhã; foi o primeiro dia.” (Gn 1,3)*

O tema do CURSO DE VERÃO 2007, ECOLOGIA: CUIDAR DA VIDA E DA INTEGRIDADE DA CRIAÇÃO, dirige-se diretamente a cada homem e mulher e à comunidade humana como um todo, mas numa perspectiva diferente da tradicional preocupação com a preservação da natureza. Coloca-nos diante de nossa responsabilidade em face de todo o criado, apelando para a tomada de consciência de que nós e a terra somos apenas um pequeno grão de areia dentro do grande cosmos. Somos capazes, entretanto, de alterar seu equilíbrio e de ameaçar, em termos terrestres, a própria vida e sua continuidade.

Do ponto de vista cristão, além da tradição espiritual que remonta a Francisco de Assis e ao seu luminoso “Cântico das Criaturas”, o Conselho Mundial de Igrejas (CMI) foi pioneiro na sua preocupação com o meio ambiente ao realizar, em 1990, uma grande assembleia mundial, em Seul, na Coreia, em torno dos temas da “Justiça, Paz e Integridade da Criação”. A temática voltou a ser colocada no centro da reflexão na VII Assembleia do CMI de Canberra, na Austrália em 1991.

¹ José Oscar Beozzo, com formação em filosofia, teologia, ciências sociais e história social, é vigário da paróquia São Benedito em Lins, membro da Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina (CEHILA) e coordenador geral do Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (CESEP). Autor, entre outros livros, de *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulinas/EDUCAM/UVA, 2005.

Ligar as questões da justiça que apontam para as desigualdades e opressões, para a destruição da natureza, como resultado de um sistema econômico insano e de um consumismo sem limites, é uma das vertentes fundamentais do clamor em favor do meio ambiente, que vem do sul do mundo.

Entre nós, Leonardo Boff foi um precursor ao transformar o “grito da terra” igualmente em “grito do pobre” num dos eixos estruturantes do pensamento teológico latino-americano comprometido com a preservação do cosmos e a libertação dos seus habitantes mais deserdados.

Por feliz coincidência, neste ano, em que o CURSO DE VERÃO assume a temática da ecologia, a Campanha da Fraternidade está sendo também consagrada à Amazônia, que vem sendo devastada pela ganância de madeireiras, mineradoras, criadores de gado e agora plantadores de soja, que não respeitam nem a natureza – matas, rios e igarapés –, nem as pessoas: os povos indígenas, as populações ribeirinhas, seringueiros, castanheiros e assentados em zonas de manejo sustentável da floresta.

O tema da CF é “*Fraternidade e Amazônia*”, e o lema: “*Vida e Missão neste chão*”.

O assassinato de Chico Mendes (1944-1988), no final dos anos 80, foi tragicamente replicado em fevereiro de 2005, com a eliminação, por pistoleiros de aluguel, da irmã missionária norte-americana Dorothy Stang (1931-2005). Sua vida foi inteiramente consagrada ao povo amazônico e às suas lutas. Com 73 anos e já ameaçada de morte, declarou:

“Não vou fugir nem abandonar a luta desses agricultores que estão desprotegidos no meio da floresta. Eles têm o sagrado direito a uma vida melhor numa terra onde possam viver e produzir com dignidade, sem devastar”.

Na mesma linha de preocupações colocaram-se as CEBs, cuja Ampliada Nacional reunida em Porto Velho, em Rondônia – lugar escolhido para o XII Intereclesial, em 2009 – fixou o seu tema, voltado para o meio ambiente e a Amazônia: “*CEBs: ecologia e missão*”, tendo como lema: “*Do ventre da terra, o grito que vem da Amazônia*”.

É, pois, com muito ânimo e esperança que o CURSO DE VERÃO deste ano insere-se nesta preocupação cada vez mais difundida com o meio ambiente e com o esforço de enfrentar as questões a ele conexas dentro da sociedade e das igrejas, a partir da perspectiva dos movimentos populares e das comunidades.

O CURSO DE VERÃO desdobra-se em três seções complementares entre si.

ADRIANA RAMOS, jornalista e ambientalista, assessora do Programa de Política e Direito Socioambiental do Instituto Socioambiental (ISA), abre a primeira Seção – “mapeando a realidade”. Ela nos introduz a temática do meio ambiente com ênfase no clima, na biodiversidade, na água e na ocupação do solo. Apresenta as principais características dos sete grandes biomas brasileiros – Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pampas, Pantanal e Zona Costeira – e as ameaças que pesam sobre eles. Propõe, enfim, medidas e iniciativas para sua preservação e para a recuperação das áreas já degradadas e comprometidas.

DIRCEU BENINCÁ, professor do Instituto de Teologia e Pastoral (ITEPA), em Passo Fundo - RS, e coordenador das Pastorais Sociais da Diocese de Erechim - RS, acaba de publicar o fruto de suas pesquisas para o mestrado na PUC-SP, em que se debruçou sobre o movimento dos catadores e recicladores do lixo urbano: *Reciclando a (Des)Ordem do Progresso* (2006).² Dirceu aborda uma questão crucial: o lugar e o papel dos movimentos populares em relação ao meio ambiente. No Brasil, a discussão em torno da ecologia foi além dos movimentos ambientalistas das décadas de 70 e 80, sendo vigorosamente apropriada pelos movimentos populares. Dos seringueiros, populações ribeirinhas e pescadores, no norte, aos atingidos pelas barragens e trabalhadores rurais sem terra, no sul; das populações do semi-árido nordestino aos catadores de papel, papelão, latinhas e metais nas zonas urbanas e aos povos indígenas por todo o país, a questão ambiental tornou-se parte da luta pela sobrevivência e dignidade dos mais pobres e por

² BENINCÁ, Dirceu, *Reciclando a (Des)Ordem do Progresso*. Passo Fundo: IFIBE, 2006.

um modelo distinto de sociedade e de economia. Imprimiu-se assim à questão ambiental um viés mais político, econômico, social e cultural.

TILDEN SANTIAGO, jornalista, professor universitário, já deputado federal – ex-secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais e atual Embaixador do Brasil em Cuba – juntamente com o sociólogo RENÉ VILELA, do Ministério do Meio Ambiente, aborda o papel das políticas públicas em relação à grave crise ecológica que se vive. Eles retomam o fio das primeiras medidas governamentais em relação à água e a outros bens da natureza, implantadas na década de 30 do século passado, para relembrar o impacto da Eco 92 e a nova consciência em relação a um desenvolvimento sustentável que tome em conta as gerações futuras e suas necessidades. A sociedade, os movimentos ambientalistas e os movimentos populares trouxeram a dimensão ambiental para todos os âmbitos da atividade humana: uso e preservação dos recursos naturais, manejo florestal, produção ecologicamente correta, destino final dos resíduos sólidos e de efluentes líquidos, obrigando o Estado, na esfera do legislativo, do executivo e do judiciário, a assumir uma atitude cada vez mais ativa e regulatória em todas estas questões.

IVONI REIMER, biblista e pastora luterana, professora da Universidade Católica de Goiás, abre a segunda Seção –, bíblico-teológica –, propondo-nos uma releitura crítica do Antigo Testamento e a construção de uma hermenêutica ecológica, em torno do tema da criação e do papel do homem e da mulher perante a natureza. São eles chamados a “dominar” a terra ou a “cultivá-la e dela cuidar”, como tarefa confiada por Deus aos humanos? Os Salmos oferecem, por sua vez, caminhos para uma atitude contemplativa, orante e agradecida perante a criação. Ivoni percorre ainda o Novo Testamento, detendo-se de modo particular em Paulo, na Carta aos Romanos, em que a natureza anseia por sua libertação, gemendo como que em dores de parto. Conclui com o Apocalipse de João, em que terra, mulher, água, nascentes e rios nos apontam simbolicamente para “um novo céu e uma nova terra”, como horizonte e apelo para nos tornarmos novas criaturas, recriando, ética e espiritualmente, nossas relações

com nossos irmãos e irmãs, com Deus e com toda a criação.

LEONARDO BOFF, doutor em filosofia e teologia, um dos iniciadores da teologia da libertação, professor emérito de ética da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) apresenta-nos a ecologia sob o prisma da teologia e da espiritualidade. Teologicamente, Leonardo propõe uma visão de Deus que enfatize a sua imanência: “Deus vem misturado com todos os processos, sem perder-se dentro deles, pois Ele, sendo mistério e incognoscível, os ultrapassa por todos os lados. Antes, orienta a seta do tempo para a emergência de ordens cada vez mais complexas, dinâmicas e carregadas de propósito”. Insiste, por outro lado, numa compreensão do Espírito Santo, como aquele que habita e anima toda a criação. Propõe ainda uma aproximação de Cristo, como Cristo cósmico, cuja ressurreição é uma promessa não apenas para a humanidade, mas para todo o universo que vai ser transformado num novo céu e numa nova terra. Introduz-nos enfim numa espiritualidade ecológica capaz de pensar Deus no universo e de senti-lo presente em todas as coisas.

Na terceira Seção – pastoral –, teremos dois textos. O primeiro é de JEAN HEBETTE, um incansável estudioso das questões amazônicas, professor da Universidade Federal do Pará. Ele completa para nós o quadro da realidade, de maneira provocativa e instigante. Debruça-se sobre a região amazônica, que cobre quase 3/5 do território brasileiro, permanecendo, entretanto, desconhecida do restante do Brasil. A região vem sendo submetida a uma violenta destruição ambiental, com o acelerado desmatamento da floresta, queimadas gigantescas e contaminação dos seus rios. Desvenda, ao mesmo tempo, a sua riquíssima biodiversidade, tanto na sua flora e fauna terrestre e aquática, quanto na pluralidade dos povos indígenas e dos outros grupos humanos que para lá migraram e se enraizaram. Essa transumância começou na segunda metade do século XIX com os cearenses do ciclo da borracha e renovou-se, nas últimas décadas do século XX, com a corrida de gaúchos, catarinenses, paranaenses, paulistas, mineiros para as terras do norte mato-grossense, sul do Pará, Rondônia, Acre e agora

Roraima, em que as vias fluviais vão sendo trocadas pelas estradas de rodagem, abertas no coração da floresta, como a Cuiabá-Santarém ou a Perimetral Norte. Em meio a tudo isso, explodem os conflitos pela terra, opondo indígenas, posseiros, pequenos agricultores aos antigos e novos latifundiários, às madeireiras e mineradoras. Seu estudo oferece um suporte crítico para a reflexão sobre o meio ambiente amazonense e nos prepara para a CF-2007: *Amazônia e Fraternidade*.

Um segundo texto, “Para fazer análise de conjuntura”, é da lavra de PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA, do ISER-Assessoria, e de BERNARD LESTIENNE, do IBRADES, ambos integrantes da equipe encarregada de preparar mensalmente a análise de conjuntura para as reuniões do Conselho Episcopal de Pastoral (CONSEP) da CNBB. Responde a uma demanda constante dos participantes do Curso de Verão que, a cada ano, pedem que lhes seja oferecida uma análise de conjuntura, seja eclesial, seja econômica ou política. O que Pedro e Bernard apresentam são ferramentas teóricas e um roteiro prático, para que os cursistas possam se exercitar na arte de elaborar, para seus movimentos e comunidades, sua própria análise de conjuntura.

O CURSO DE VERÃO, iniciado em 1988, está completando 20 anos.

A melhor forma de comemorá-los é dando graças a Deus e a cada pessoa, família ou instituição que colocou sua pequena pedra na construção desta aventura humana, pedagógica e espiritual. É renovando também o empenho em seguir aperfeiçoando o próprio curso de verão, tornando-o um instrumento cada vez mais rico e adequado de formação dos setores populares.

Essas vinte edições do curso só foram possíveis graças ao entusiasmo e perseverança de uma centena e meia de voluntários e voluntárias e de várias instituições que apostaram neste esforço comum coordenado pelo CESEP. Trabalhando em mutirão, foram sendo construídos, ano após ano, o curso, sua metodologia, conteúdos, celebrações e a invisível trama de encontros e amizades, descobertas e compromissos. O que começou como um programa básico de formação popular modelado

para oferecer, em quatro anos, pistas e ferramentas para uma melhor compreensão da Bíblia, da Teologia, da Pastoral e do compromisso cristão na sociedade, transformou-se num programa de formação permanente para os setores populares. Ao longo dos anos, o CURSO DE VERÃO procurou ouvir e tomar o pulso das novas questões e das novas demandas vindas das comunidades e movimentos sociais. Estruturou-se, a partir daí, um programa em que a primeira semana é consagrada a um mapeamento da realidade social e política, econômica e cultural, em relação ao tema escolhido, e a segunda semana, ao aprofundamento bíblico, teológico e pastoral que possa iluminar e animar os trabalhos sociais e pastorais dos participantes.

Pedimos licença para lembrar, de maneira emblemática, algumas pessoas, querendo, por meio delas, agradecer de coração a cada pessoa que tomou parte na construção e realização do CURSO DE VERÃO:

– O Prof. Luiz Eduardo Wanderley, de quem partiu o desafio para que o CESEP alargasse seu trabalho de formação popular, voltando-se diretamente para os dirigentes e militantes de base. Foi ele que, como Reitor da PUC-SP, acolheu o Curso de Verão nos espaços da Universidade. Na sua pessoa, estendemos nossa gratidão aos Reitores e Reitoras que o sucederam e a todos os professores e funcionários da PUC que colaboram com o Curso.

– O Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, que apoiou com entusiasmo a proposta do Curso e o acompanhou nestes anos todos. Na sua pessoa, agradecemos aos responsáveis das várias Igrejas Cristãs integrantes do CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs) que nos acompanharam e nos incentivaram nestes anos todos.

– Jether Pereira Ramalho, fã entusiasta do Curso e colaborador fiel na sua caminhada e compromisso ecumênicos, e Ir. Eunice Wolff, que, de maneira zelosa e prestativa, vem cuidando da alimentação e bem-estar dos participantes. Neles, agradecemos os integrantes todos da Diretoria, Conselho Superior e Conselho Fiscal do CESEP, cuja dedicação e empenho tornaram possível o funcionamento do CESEP e a realização do Curso de Verão.

– Na pessoa das duas coordenadoras do Curso, a do início e a de agora, Onilda Alves do Carmo e Cecília Bernardete Franco; agradecemos

a todos os voluntários, monitoras e monitores, membros da coordenação geral e das coordenações de blocos, da equipe de metodologia e das demais equipes de serviço, assim como aos artistas e músicos que trouxeram a arte e a beleza para dentro do Curso de Verão.

– Na pessoa de Helen Hughes, agradecemos as pessoas que vêm cuidando da hospedagem e as famílias e comunidades que receberam em suas casas os cursistas.

– Nas pessoas de Marcelo Barros, Milton Schwantes, Leonardo Boff e Tereza Cavalcanti, que são, dentre os assessores, os que mais vezes colaboraram com o Curso; agradecemos aos demais 130 assessores e assessoras que, de maneira generosa e gratuita, compartilharam sua experiência e saber com os participantes do Curso.

Trazendo os nomes de Manoel Epifânio de Almeida e de Jaime Isidoro, que fielmente, por dezenove anos, participaram do Curso, um como cursista, e outro como monitor, fazemos memória das quase 11.000 pessoas que ajudaram a manter viva e a difundir a chama do Curso de Verão. Voltando ano após ano e trazendo sempre novos participantes, fazendo críticas e dando sugestões, foram elas os protagonistas primeiros deste processo pedagógico e a razão de tanto esforço e labuta.

O denodo e a generosidade de tantos assessores e assessoras permitiram que a Editora PAULUS publicasse a cada ano o livro do curso, dentro da coleção “Teologia Popular” e a VERBO FILMES e depois a REDE RUA DE COMUNICAÇÃO preparasse um vídeo e agora um DVD, com uma síntese audiovisual do Curso. Livro e vídeo foram pensados como instrumentos pedagógicos multiplicadores, para que os cursistas, ao seu retorno, pudessem, com maior facilidade, compartilhar os conteúdos e as reflexões com suas comunidades.

Neste momento em que comemoramos vinte anos de ininterrupta parceria entre a Pontifícia Universidade Católica - PUC de São Paulo e o CESEP, neste esforço comum voltado para a formação dos setores populares, reiteramos nossos agradecimentos à PUC-SP e à sua Reitora, prof.^a Dra. Maura Pardini Bicudo Vêras por esta generosa acolhida ao CURSO DE VERÃO e aos seus participantes, monitores, coordenadores e assessores.

Aos responsáveis pelo TUCA, Professora Ana Sales Mariano, sua Diretora, ao Sr. Sérgio Rezende, que acompanha diretamente o CURSO DE VERÃO há 16 anos, junto com o Sr. Clemildo Pinto da Rocha, responsável pela parte técnica do teatro, expressamos igualmente nosso reconhecimento, pelo empenho em colocar à disposição do Curso, a cada mês de janeiro, as instalações do Teatro para o CURSO DE VERÃO e as demais atividades que o acompanham.

Temos uma dívida muito especial em relação às famílias e comunidades. A hospitalidade fraterna e generosa que oferecem aos cursistas que chegam de longe torna possível levar adiante o CURSO DE VERÃO. Essas famílias são o melhor testemunho de que é possível reverter o clima de medo que a violência suscitou em nossa cidade, restabelecendo laços de confiança, a ponto de abrir a própria casa para hospedar pessoas de fora de seu círculo familiar ou de amigos e de reinventar a tradição tão brasileira e tão cristã da hospitalidade. Na acolhida ao desconhecido que bate à nossa porta, é Deus mesmo que se apresenta para ceiar conosco, como nos diz o Apocalipse: *“Eis que estou batendo à porta! Se alguém escuta meu chamado e abre a porta, entrarei em sua casa e cearei com ele, e ele comigo”* (Ap 3, 20).

Agradecemos igualmente à REDE RUA DE COMUNICAÇÃO, pelo renovado esforço para aperfeiçoar o vídeo do CURSO DE VERÃO, agora oferecido igualmente sob a forma de DVD. Ampliam-se, assim, as possibilidades de sua utilização no trabalho de formação das comunidades.

Às comunidades da ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, na pessoa dos seus párocos e animadores, do seu Cardeal Arcebispo D. Cláudio Hummes e de seus bispos auxiliares, assim como aos pastores, pastoras e bispos de IGREJAS E COMUNIDADES EVANGÉLICAS que abrem suas portas aos participantes e emprestam sua colaboração ao CURSO DE VERÃO expressamos, do fundo do coração, nossa sincera gratidão.

A EDITORA PAULUS enriquece neste ano sua Coleção TEOLOGIA POPULAR, com o vigésimo título do CURSO DE VERÃO. Em tempos de revolução na comunicação, em que o audiovisual predomina, a PAULUS continua apostando neste valor mais permanente e duradouro do livro, como instrumento de formação. A Editora

quis ainda marcar o aniversário dos 20 anos do CURSO DE VERÃO, imprimindo um cartaz cujos motivos vêm reproduzidos na capa do livro deste ano e foram desenhados pelo artista Anderson Augusto, em cuja pessoa relembramos a cada um dos artistas, mulheres e homens, que o precederam neste serviço, desde o primeiro ano do Curso de Verão. Eles vêm assumindo o desafio de fazer com que a arte seja uma dimensão presente em todo o processo pedagógico do CURSO DE VERÃO, educando para a criatividade e juntando inteligência e emoção, reflexão e sentimentos, ação e contemplação, busca da verdade e anseio pelo belo, no empenho sempre renovado para se construir um mundo melhor, mais justo e mais feliz para todos os filhos e filhas de Deus. Junto com a equipe de metodologia e com todos os monitores e monitoras, começou-se a tecer a trama deste aprofundamento pedagógico. Quer-se acolher as pessoas em sua totalidade, ajudando-as no desabrochar de todas as suas virtualidades, despertando a sensibilidade e a riqueza artística presentes em cada uma delas e, coletivamente, nos seus grupos e comunidades.

A GRÁFICA PERES, a EDITORA VOZES e as EDIÇÕES PAULINAS emprestaram seu apoio na impressão das fichas de inscrição do CURSO DE VERÃO e dos demais cursos do CESEP para o ano de 2007. “Deus lhes pague”, assim como ao COLÉGIO ARQUIDIOCESANO e a tantas outras instituições e pessoas, daqui de perto e de longe, como a Missionszentrale der Franziskaner, da Alemanha, que apóia os encontros de formação dos monitores, bem como à Irmã Lídia Boito e sua Congregação das Irmãs da Caridade de Ingenbohl, na Suíça, que acompanham com carinho o CURSO DE VERÃO, dando sua colaboração preciosa, constante e discreta.

Na Internet, numa parceria entre o CESEP e a Coordenação Central de Educação à Distância (CCEAD) da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, RJ, encontra-se o Curso de Verão *Água e Cidadania*, versão on-line do XVII Curso de Verão. Ela possibilita oferecer o CURSO DE VERÃO a tantas pessoas do Brasil e da América Latina, que não têm condições de estar presentes, fisicamente, em São Paulo. Os interessados podem entrar em contato com o “CESEP - Cursos à Distância”, pelo e-mail c.distancia@cesep.org.br, ou inscrever-se,

diretamente pela página web do CESEP: www.cesep.org.br.

Rememoramos finalmente aos companheiros e companheiras que, tendo participado do CURSO DE VERÃO decidiram replicar, sob diferentes formas, este serviço ecumênico à formação popular, em outras regiões do país e também na África (Pemba - Moçambique): no Centro-Oeste (Goiânia - GO); no Nordeste (João Pessoa - PB e agora em Fortaleza - CE e Valença - BA); no Sul (Porto Alegre - RS, Lins - SP, Araçatuba - SP); no Sudeste (Rio de Janeiro - RJ, Ipatinga - MG, Muriaé - MG, Petrópolis - RJ, Magé - RJ).

Eles são imagens vivas daquela misteriosa força evocada por Jesus em suas parábolas:

“O Reino do Céu é como uma semente de mostarda que um homem pega e semeia no seu campo. Embora ela seja a menor de todas as sementes, quando cresce, fica maior do que as outras plantas. E se torna uma árvore, de modo que os pássaros do céu vêm e fazem ninho em seus ramos” (Mt 13,31-32).

Que a pequena semente do CURSO DE VERÃO siga seu curso e continue desabrochando e multiplicando-se como fermento a serviço de uma educação ecumênica, popular, libertadora e comprometida com as causas da justiça e do Reino.

São Paulo, 12 de setembro de 2006



P R I M E I R A P A R T E

Seção socioeconômica,
política e cultural





1

MEIO AMBIENTE: MAPEANDO A SITUAÇÃO, PROBLEMAS E DESAFIOS

Adriana Ramos¹

Segundo a Teoria da Ressonância Schumann,² a terra está girando mais depressa, e a falta de tempo para fazer as coisas não é apenas uma sensação. O campo magnético que se forma entre o solo e a parte inferior da ionosfera,³ cerca de 100km acima de nós, possui uma ressonância mais ou menos constante, da ordem de 7,83 pulsações por segundo, que coincide com a frequência do cérebro de todos os vertebrados. Essa seria nossa frequência biológica natural, sem a qual não podemos ser saudáveis. Desde os anos 80, em função de nossa crescente industrialização e das intervenções que promovemos no planeta, essa frequência passou de 7,83 para 11 e para 13 hertz por segundo.

Não seria mera coincidência, portanto, o surgimento de desequilíbrios ecológicos, tais como perturbações climáticas, maior atividade dos vulcões, crescimento de tensões e conflitos no mundo e aumento geral de comportamentos desviantes nas pessoas, entre outros. A terra está realmente acelerada, e o dia, ao invés de 24 horas tem, na verdade, somente 16 horas.⁴

Independentemente dos fundamentos científicos desta teoria, o que já é inquestionável é que a Terra é um organismo vivo que busca constantemente manter seu equilíbrio natural. Para o astrônomo e

¹ Adriana Ramos é jornalista e ambientalista, assessora do Programa de Política e Direito Socioambiental do Instituto Socioambiental (ISA). Foi representante das entidades ambientalistas de âmbito nacional no Conselho Nacional de Meio Ambiente de 2002 a 2006.

Este texto contou com a revisão e as preciosas sugestões da jornalista Cristiane Fontes, a quem agradecemos.

² W. O. Schumann, físico alemão.

³ Ionosfera: Região altamente ionizada da atmosfera terrestre, e que tem aproximadamente de 40km a 700km de altitude (Dicionário Aurélio – Nota do editor).

⁴ Leonardo Boff, teólogo e escritor.



cosmólogo britânico Martin Rees, “a cosmologia é a maior das ciências ambientais”, porque o Universo é o maior ecossistema de uma cadeia de sistemas, começando em ambientes locais e se encaixando em escalas cada vez maiores. A Terra seria, portanto, uma parte de um sistema maior, abrigando por sua vez milhares, milhões de outros sistemas. É essa constatação que embasa a Carta da Terra:

“Somos, ao mesmo tempo, cidadãos de nações diferentes e de um mundo no qual a dimensão local e global estão ligadas. Cada um compartilha da responsabilidade pelo presente e pelo futuro, pelo bem-estar da família humana e de todo o mundo dos seres vivos.”⁵

A idéia de formar uma aliança global que assegure as condições de vida na Terra às presentes e futuras gerações é o fundamento de todas as convenções ambientais da Organização das Nações Unidas (ONU), a maior parte delas assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio-92, ou Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. Nessa ocasião, os países se comprometeram mutuamente a cumprir as decisões contidas em documentos básicos, como: a Carta da Terra, a Agenda 21, a Convenção sobre Mudança do Clima e a de Diversidade Biológica. Embora esses acordos não tenham ainda atingido seus objetivos, e as avaliações recentes demonstrem que ainda há muito a se avançar, o estabelecimento desses tratados foi fundamental para que esses temas ganhassem espaço nas agendas de discussão e negociação globais.

Problemas e Desafios Globais

Clima

De todas as questões ambientais reconhecidas como problemas globais que podem afetar toda a vida na terra, as mudanças do clima talvez sejam as que mais reforcem a idéia da Terra como um sistema.

⁵ Carta da Terra.

Ao longo de seus 4,5 bilhões de anos, a Terra já sofreu processos de resfriamentos e aquecimentos extremos. Segundo o pesquisador Antônio Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), “o Sol há 4 bilhões de anos era 30% mais frio do que é hoje”. O que regula a estabilidade do clima planetário como um termostato é a biosfera, por meio do chamado “efeito estufa”. Os gases do efeito estufa (vapor de água, dióxido de carbono, ozônio, CFCs) absorvem parte da radiação infravermelha emitida pela superfície da Terra e irradiam, por sua vez, parte da energia absorvida de volta para a superfície. Qualquer mudança na quantidade destes gases pode alterar as temperaturas atmosféricas e oceânicas, provocando mudanças no ciclo hidrológico, intensificação de processos de desertificação e inundações e perdas de produtividade agrícola e de áreas agricultáveis. Pode também tornar mais frequentes fenômenos extremos, tais como furacões, tufões, ciclones e tempestades tropicais. Nas últimas décadas, a temperatura da Terra elevou-se 0,8° Celsius. A maior parte desse aumento (0,6° Celsius) se deve às ações humanas, especificamente às emissões de gases que intensificam o efeito estufa. O aumento da concentração de gás carbônico na atmosfera, oriunda da queima de combustíveis fósseis a partir das atividades industriais, está acontecendo numa proporção e velocidade sem precedentes.

As conseqüências desse aumento serão a intensificação de secas e inundações, tufões, ciclones e maremotos. Por causa do aumento da temperatura da água e derretimento de geleiras, os níveis dos oceanos poderão elevar-se e inundar regiões costeiras, onde vive 40% da população da Terra. Mais de 30 países localizados em ilhas poderão desaparecer. Há diversos indícios de que algumas dessas mudanças já estão acontecendo, com o aumento da temperatura nos pólos. A década de 90 teve quatro dos anos mais quentes já registrados em toda a história.

Aprovada em 1992, a Convenção sobre Mudanças Climáticas exige que os países signatários comprometam-se a não ultrapassar os níveis de emissão de gases que intensificam o efeito estufa determinados em 1990. Embora 189 nações já tenham assinado o documento, os índices de emissão aumentaram em 18,1% em relação ao ano base de 1990.

O Protocolo de Quioto, aprovado em 1997 para regulamentar essa convenção, determina que os países industrializados – responsáveis por 60% do dióxido de carbono na atmosfera, principal causador do aquecimento global – reduzam suas emissões em 5,2% até 2012. Entretanto, os Estados Unidos, responsáveis por 25% desses poluentes que estão na atmosfera, recusam-se a ratificá-lo. Mas não são apenas as emissões oriundas de países desenvolvidos que ajudam a agravar o quadro global. O desmatamento também é um fator que contribui para as mudanças climáticas, como veremos ao analisar o caso brasileiro.

Biodiversidade

Biodiversidade, ou diversidade biológica, é a variedade de organismos vivos de todas as origens. Compreende a variedade genética entre as espécies, dentro de cada espécie e de ecossistemas. O reconhecimento de que a humanidade depende da biodiversidade para sua sobrevivência e a preocupação com a perda dessa biodiversidade levaram ao estabelecimento da Convenção Sobre Diversidade Biológica (CDB), assinada por 175 países, dos quais 168 a ratificaram, incluindo o Brasil. A CDB tem como objetivo estabelecer mecanismos para garantir a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica e a repartição justa e equitativa dos benefícios gerados pelo seu uso.

A Convenção leva em consideração o fato de que hoje a biodiversidade está distribuída de forma desigual no mundo e reconhece a importância de se preservar os ecossistemas, espécies e recursos genéticos de forma global. O Norte, formando o grupo de países mais desenvolvidos, esgotou seus recursos naturais ao longo dos anos. O Sul, menos desenvolvido, é rico em biodiversidade, mas não domina tecnologias de uso dessa biodiversidade. O desafio aqui é conciliar o desenvolvimento com a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica.

Um dos princípios mais importantes da CDB é o chamado princípio da precaução, consagrado em vários tratados ambientais internacionais, que determina que, quando não há certeza científica sobre a segurança para o meio ambiente e para os seres humanos de um produto ou de uma atividade, eles devem ser controlados ou mesmo

proibidos.

Um dos mais importantes aspectos da proteção da biodiversidade é que sua manutenção depende de diversos processos ecológicos – fotossíntese, conservação dos solos, polinização, entre outros –, ainda muito pouco conhecidos.

Um dos grandes desafios na implementação da Convenção sobre Biodiversidade é que muitos temas que deveriam ser tratados em seu âmbito têm sido decididos em fóruns da Organização Mundial do Comércio (OMC), sem que os princípios da Convenção sejam respeitados.

Água, cidades e outros dilemas globais

Outro tema relevante globalmente que mereceu o estabelecimento de uma Convenção Internacional foi o da desertificação. O comprometimento da disponibilidade de recursos hídricos pelo mau uso, desperdício, poluição, entre outros problemas, além da distribuição irregular pelo mundo, pode ser um dos principais motivos de guerras no século XXI, segundo advertências das Nações Unidas. Segundo dados da ONU, mais de 2 bilhões de pessoas enfrentam escassez de água e, até 2025, esse número deve saltar para 4 bilhões, ou 50% da população prevista.⁶

A urbanização do planeta também é tema de debates e preocupações globais. Cerca de 4% da população mundial vive nas maiores concentrações urbanas do mundo. A Região Metropolitana de São Paulo está em quarto lugar nesse *ranking*, atrás de Tóquio (Japão), Cidade do México (México) e Mumbai (Índia). A população urbana no mundo registra um aumento de cerca de 160 mil pessoas por dia. O crescimento dessas áreas nas últimas décadas gerou problemas como falta de saneamento apropriado e a ocupação irregular de áreas que deveriam ser preservadas, como as zonas costeiras e de mananciais. A sustentabilidade das cidades, portanto, é um dos grandes desafios ambientais globais.

⁶ Relatório “Desafio Global, Oportunidade Global”, 2002.

Brasil

Sociodiversidade

Além da riqueza e da diversidade biológica, o Brasil é também marcado pela diversidade social, com povos de origens distintas e muito diferentes entre si. Cerca de 220 povos indígenas e inúmeros outros que se caracterizam por traços culturais, étnicos ou econômicos peculiares, chamados genericamente de “tradicionais”, têm como elemento comum uma forte relação com o ambiente em que vivem. A Constituição Brasileira de 1988 reconheceu a esses povos um conjunto de direitos, especialmente os direitos territoriais. De lá para cá, muita coisa avançou na definição de leis e políticas que buscam assegurar os direitos previstos na Constituição. Mas ainda há muito a ser feito para garantir a sustentabilidade socioambiental dessas populações.

O manejo que os povos indígenas e outras comunidades tradicionais fazem dos recursos naturais é um elemento fundamental para a conservação da biodiversidade. Além disso, o uso que eles fazem dos recursos naturais constitui uma informação muito importante para o uso sustentável desses recursos. O conhecimento tradicional aumenta em 400% a eficiência em reconhecer propriedades medicinais das plantas e outras substâncias naturais. Cerca de 75% dos princípios ativos isolados utilizados pela indústria farmacêutica foram identificados a partir do conhecimento tradicional associado ao uso da biodiversidade. É o caso, por exemplo, da secreção cutânea do sapo verde (*Phyllomedusa bicolor*), utilizada por populações indígenas da Amazônia para afastar a má sorte na caça e com as mulheres. Objeto de pesquisa desde os anos 80 por laboratórios internacionais, a secreção contém diversas substâncias até então desconhecidas pela ciência ocidental, com propriedades analgésicas e antibióticas e de fortalecimento imunológico, que já foram desdobradas em dez patentes internacionais, quatro delas norte-americanas.

Biodiversidade

Já não é novidade que o Brasil possui uma das biodiversidades mais ricas do planeta. Entre 15% e 20% de 1,5 milhão de espécies

catalogadas até hoje estão em território brasileiro. Somos recordistas também em água doce, concentrando cerca de 12% do total existente no mundo. Nossa diversidade cultural está intimamente relacionada a essa riqueza natural. Hoje já é possível afirmar que foram as práticas tradicionais compatíveis com o ambiente, adotadas por povos e populações que habitam há muito aqui que legaram ao Brasil a condição de país megadiverso. Isso porque a conservação da biodiversidade origina-se da manutenção de processos, que dependem da existência de ambientes heterogêneos, variedade de espécies e estabilidade climática.

A existência dessas condições, entretanto, não significa a garantia da manutenção dessa riqueza. O modelo de desenvolvimento hegemônico no Brasil nas últimas décadas reproduz um processo acelerado de destruição das riquezas naturais em nome de um suposto progresso que só chega a virar realidade para uma pequena parcela da população brasileira.

Desmatamento

O impacto mais evidente e reconhecido deste modelo é o desmatamento acelerado, que tem promovido perda de grandes extensões de áreas nativas, afetando quase todos os nossos biomas.

Entre 2002 e 2005, a Amazônia teve uma área desmatada de 69,8 mil km² (no total, já se foram mais de 650 mil km², dos quais 25% sem nenhuma utilização econômica); do Cerrado, que contém um terço da biodiversidade brasileira, restam pouco mais de 20%; da Mata Atlântica sobram menos de 8%.

No ano passado, os índices de desmatamento na Amazônia apontaram 18,9 mil quilômetros quadrados de florestas derrubadas entre agosto de 2004 e julho de 2005, significando uma queda de 31% em relação ao mesmo período entre 2003 e 2004. Apesar da redução, trata-se de um patamar de desmatamento bastante superior à média dos anos 1990, que foi de 17 mil quilômetros quadrados.

Desmatamento na Amazônia de acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)	
De 1977 a 1988	21 mil km ²
De 1988 a 1990	31,5 mil km ²
De 1990 a 1994	39,7 mil km ²
De 1994 a 1998	77,8 mil km ²
De 1998 a 2002	76,9 mil km ²
De 2002 a 2005	69,8 mil km ²
(Obs.: as contas abrangem sempre o período de agosto de um ano a julho do ano seguinte.)	

O avanço da agropecuária, especialmente a monocultura da soja, é apontado como um dos principais vetores para a abertura de novas áreas de expansão do desmatamento. Além do Mato Grosso, estado recordista na produção de grãos, o Sul do Amazonas e a região de Santarém, no Pará, foram as áreas mais afetadas pelo desmatamento nos últimos anos. A soja, principal produto do chamado “agronegócio” responsável pelo diferencial da balança comercial brasileira, promoveu recordes de exportações até a safra 2003/2004.

Em nota do Grupo de Trabalho de Florestas do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, as principais ONGs brasileiras que trabalham com o tema apontam algumas características do período 2004-2005 como indicativos da conjuntura desfavorável para a realização de novos desmatamentos, o que poderia explicar a queda dos índices para além da ação de governo proposta pelo Plano de Prevenção e Combate aos Desmatamentos na Amazônia:

1. queda expressiva nos preços das principais *commodities* relevantes para a expansão da agropecuária na Amazônia;
2. valorização em mais de 21% do real em relação ao dólar, assim desestimulando a exportação;
3. taxas de juros permanentemente além de 19%, contribuindo para desestimular atividades de investimento em expansão da base produtiva;

4. endividamento sem precedentes do setor agropecuário (mais de 30 bilhões);
5. estagnação do setor da construção civil, principal comprador de madeira oriunda de autorizações de desmatamento;
6. ausência de qualquer investimento de porte em infra-estrutura na região e pavimentação de poucas dezenas de quilômetros de rodovias federais em toda a região.

A prioridade que tem sido dada ao agronegócio exportador no Brasil é fator de grande preocupação sob a perspectiva socioambiental. A sustentabilidade deste modelo de produção agrícola, que avança sobre o Cerrado e a Amazônia e é voltado para o mercado internacional, é questionável, uma vez que estabelece uma contradição com o projeto de erradicação da fome dos brasileiros.

Clima

O desmatamento, além da perda de biodiversidade e dos impactos socioambientais indiretos, é responsável pela emissão na atmosfera de uma quantidade enorme de gases do efeito estufa. O Brasil se equipara mundialmente aos países desenvolvidos na emissão destes gases em função dos índices de desmatamento. Por isso, a redução do desmatamento também é um compromisso que o país precisa assumir globalmente.

A Amazônia viveu em 2005 a pior estiagem dos últimos 50 anos. A região, que detém mais de 20% da água doce da Terra, ficou com igarapés secos, barcos encalhados em bancos de areia de rios, populações isoladas sem ter como se locomover e sem ter o que comer, já que os próprios peixes morreram. Foram mais de 250 mil pessoas atingidas nos estados do Amazonas e do Pará.

Embora sem afirmar categoricamente, cientistas e pesquisadores reconhecem a possibilidade de que o aumento do calor no planeta, provocado pela emissão de gases de efeito estufa, tenha começado a potencializar eventos climáticos extremos também no Brasil.

A perspectiva de “savanização” da maior floresta tropical do mundo, um processo de perda de biodiversidade causada por alguns graus centígrados a mais no termômetro planetário e pela perda de umidade, foi

identificada. Também são fortes as evidências de que o desmatamento e as queimadas podem potencializar os efeitos da seca na região.

Segundo Carlos Nobre, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a causa principal do fenômeno seria um aumento entre um e dois graus das águas do Atlântico, ao norte da América do Sul, o que acarretaria uma grande concentração de chuvas nesta região. O resultado seria um movimento descendente do ar em regiões próximas, como a Amazônia, e, conseqüentemente, a diminuição da formação de nuvens. Trabalhos científicos indicam que a fumaça das queimadas também pode dificultar a formação das nuvens. A grande ameaça para a floresta é, portanto, a conjunção entre fatores climáticos planetários e os problemas locais, como a derrubada indiscriminada das árvores.

De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), quase 50% das chuvas que caem sobre a região vêm da chamada “evapotranspiração” da própria floresta, ou seja, do vapor de água expelido pelas árvores para a atmosfera. Essa capacidade de abastecer a atmosfera com o vapor que alimenta as nuvens é bastante reduzida em áreas de plantações.

Água e terra

O Brasil detém 12% das reservas de água doce de todo o planeta. Apesar de ser um recurso abundante no território brasileiro, a distribuição da água é irregular. Há regiões abastecidas melhor e outras com graves problemas de seca, como algumas partes do Nordeste. 80% da água existente no Brasil se concentra na Bacia Amazônica, onde vive apenas 7% da população, sobrando 20% para ser distribuída desigualmente pelo resto do país. A região Sudeste é a que possui os rios mais comprometidos pela grande quantidade de lixo e esgotos domésticos sem tratamento que recebem. Hoje, a maior parte da água produzida no país vai para a agricultura, especialmente a irrigação, que consome 65% do total.

O uso doméstico é a segunda atividade que mais consome água no país, 18%, sendo o desperdício um dos maiores problemas, tanto na utilização da água quanto no processo de distribuição entre as

estações de tratamento e o destino final. No Brasil o desperdício de água potável atinge 46%.

A poluição por agrotóxicos, química e esgotos urbanos já compromete cerca de 70% dos cursos fluviais. A degradação dos solos, com a redução de sua produtividade, também avança de modo crítico. O desmatamento, uso inadequado de fertilizantes e máquinas agrícolas e as atividades industriais que causam poluição no solo são algumas das causas. Só no estado de São Paulo, 4 dos 18 milhões de hectares de terra utilizáveis estão em estágio avançado de degradação.

Problemas urbanos

Se nas áreas rurais os conflitos se dão na disputa pelos recursos ainda existentes, nas cidades, onde o meio ambiente já foi alterado, a luta pela qualidade de vida enfrenta os impactos mais evidentes da ação do homem. O agravamento da poluição do ar e dos mananciais, do barulho, da falta de áreas verdes é crescente.

Em 2000, a população urbana no Brasil já era mais que o dobro do que em 1970. Mais de 107 milhões de pessoas somaram-se à população urbana em 40 anos, grande parte em função do êxodo rural. A rapidez do crescimento das cidades ocasionou um *deficit* de moradia que atinge aproximadamente 20 milhões de pessoas. A urbanização desordenada fez com que áreas de risco e de proteção ambiental fossem ocupadas, como é o caso de várias das áreas onde se localizam as favelas no Rio de Janeiro e dos mananciais da Região Metropolitana de São Paulo.

A questão da destinação dos resíduos sólidos também é um dos grandes desafios urbanos, juntamente com o saneamento básico. Em 73% do total de 5.507 municípios brasileiros, a solução para os resíduos são os lixões, onde o lixo é jogado diretamente no solo e a céu aberto, sem atender a nenhuma norma de controle, causando poluição da água, do ar e do solo e problemas de saúde pública, tais como a proliferação de vetores de doenças. Quase 10% dos domicílios brasileiros não estão ligados a redes de água, aproximadamente metade não dispõe de redes de esgoto e cerca de 80% do que se coleta não é tratado. As condições sanitárias inadequadas geram doenças veicu-

ladas pela água, como diarreia, verminoses, hepatite, que impactam o sistema de saúde com um custo anual calculado em R\$ 2 bilhões.

Sustentabilidade e padrões de consumo

Tanto em âmbito global quanto aqui no Brasil, o reconhecimento dos problemas ambientais tem sido um passo importante, mas não suficiente para sua superação. Os padrões de produção e consumo, mesmo no Brasil, caminham para patamares insustentáveis. Para estender o padrão de consumo dos países desenvolvidos a todos os habitantes do planeta, seria necessário o triplo de recursos naturais existentes na Terra. O Brasil, ainda tão rico e diverso, deveria incorporar essa preocupação na base de seu planejamento e buscar um caminho alternativo, tentando assegurar aos brasileiros uma vida digna, com qualidade, mas sem que isso signifique necessariamente exaurir seus recursos.

Pesquisa do Instituto de Estudos das Religiões (ISER) sobre o que o brasileiro pensa do meio ambiente detectou que, em 1992, 23% dos brasileiros já reconhecia a necessidade de mudança nos padrões de consumo brasileiros. Em 2001, 31% consideravam que nossos hábitos de produção e consumo não permitiriam conciliar o desenvolvimento com a proteção socioambiental. Na mesma pesquisa, 50% da população não foi capaz de identificar nenhum problema ambiental no seu bairro. Por isso, uma das conclusões da pesquisa é que esta incapacidade dos brasileiros de identificar problemas socioambientais no local onde moram pode indicar a necessidade de ampliar os processos de educação e informação para mudança de comportamento na questão ambiental.

Embora ainda localizadas, há muitas iniciativas que buscam estimular essa transformação. A mudança de hábito no consumo já dá sinais positivos no mercado de alimentos orgânicos, por exemplo. No Brasil, o crescimento da produção de alimentos orgânicos tem sido de 40% a 50% ao ano. A produção orgânica busca manejar de forma equilibrada o solo e demais recursos naturais conservando-os a longo prazo e mantendo a harmonia desses elementos entre si e com os seres humanos. Além disso, 70% dos produtos orgânicos têm origem na agricultura familiar.

Também nos processos industriais é possível identificar iniciativas que levem em consideração a análise do “ciclo de vida” do produto, desde sua fabricação até sua destinação final, e que privilegiem o reaproveitamento desse resíduo com alternativas de reciclagem e reúso. A redução dos impactos ambientais dos processos de produção também é um indicador positivo de mudança de comportamento do setor empresarial.

Iniciativas relacionadas à simplicidade voluntária, economia solidária, clubes de troca, ecovilas, casas ecológicas, selos de certificação são alguns dos exemplos de propostas individuais ou coletivas que podem também fazer a diferença.

A situação dos biomas brasileiros

Amazônia

O bioma Amazônia possui quase 8 milhões de km², distribuídos em nove países da América do Sul: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. No Brasil, se estende por 4,1 milhões de km².

A Amazônia Legal, conceito criado na década de 50, abrange 5,5 milhões de km² e mais de 18 milhões de habitantes em nove estados: Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Acre, Amapá, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso. Atualmente 38,1% do bioma Amazônia no Brasil conta com proteção especial, sendo 21,35% terras indígenas e 16,75% unidades de conservação federais e estaduais.

A floresta amazônica abriga 2.500 espécies de árvores e 30 mil das 100 mil espécies de plantas que existem em toda a América Latina. Além da riqueza natural, a Amazônia abriga uma fantástica diversidade cultural. Nela vivem cerca de 170 povos indígenas, com uma população aproximada de 180 mil indivíduos, 357 comunidades remanescentes de antigos quilombos e centenas de comunidades localizadas, como as de seringueiros, castanheiros, ribeirinhos e babaqueiros.

A Amazônia possui, ainda, grande importância para a estabilidade ambiental do planeta. Estimativas conservadoras indicam que a

floresta amazônica é responsável pela absorção de pelo menos 10% de cerca de 3 bilhões de toneladas de carbono retirados da atmosfera pelos ecossistemas terrestres. O rio Amazonas é o mais extenso e caudaloso de todos os rios, chegando a descarregar no Atlântico 230 milhões de litros de água por segundo.

Apesar de ter chegado ao século XXI com a maior parte do seu território ainda preservado, a destruição acelerada da floresta é uma realidade preocupante. Relatório elaborado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos – ligada à Presidência da República – reconhece que 80% da produção madeireira da Amazônia provém da exploração ilegal.

Entre os problemas que propiciam esta situação, podem ser apontados: a insuficiência de pessoal dedicado à fiscalização, as dificuldades em monitorar extensas áreas de difícil acesso, a fraca administração das áreas protegidas e a falta de envolvimento das populações locais.

Outra fonte de impactos socioambientais na Amazônia são as grandes obras de infra-estrutura. Três quartos dos desmatamentos entre 1978 e 1994 ocorreram dentro de uma faixa de 100 km de largura ao longo das rodovias pavimentadas da região.⁷ A implantação de usinas hidrelétricas também causa graves impactos socioambientais, como foi o caso de Balbina e Tucuruí. Além de forçar o reassentamento de milhares de pessoas, a construção dos reservatórios afeta diretamente espécies da fauna e da flora, especialmente peixes migratórios e espécies endêmicas. Foi o caso do caxiú-preto, espécie endêmica de macaco, que só ocorre no Sul do Pará e teve 70% do seu habitat inundado pelo lago de Tucuruí. Hoje, ele faz parte da lista nacional das espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção.

A mineração e a garimpagem também trouxeram graves consequências ambientais, como a erosão do solo e a contaminação dos rios com mercúrio. O Pará é o segundo maior estado minerador do País, atrás apenas de Minas Gerais. Mas a riqueza gerada não se reflete nos indicadores sociais.

⁷ ALVES, Diógenes, "An analysis of the geographical patterns of deforestation in Brazilian Amazonia the 1991-1996 period", trabalho apresentado na Conferência sobre Padrões e Processos de Uso da Terra e Mudança em Florestas na Amazônia, março de 1999, Gainesville, FL.

Cerrado

O Cerrado ocupa aproximadamente 1,9 milhão de km², sendo o segundo maior bioma do país, abrangendo 12 estados: Maranhão, Piauí, Bahia, Minas Gerais, Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Pará e Rondônia, além do Distrito Federal. Além disso, são encontradas manchas de Cerrado em Roraima e no Amapá. Cerca de um terço da biodiversidade brasileira e 5% da fauna e flora mundiais estão nesse bioma, que é também o nascedouro de águas que formam as três grandes bacias hidrográficas do País (Amazônica, São Francisco e Paraná/Paraguai). O Cerrado é hoje o bioma mais ameaçado do Brasil, em função da expansão da fronteira agropecuária, estimulada por políticas públicas e de crédito nacionais e internacionais voltadas para a exportação de grãos e de carnes.

Levantamento feito pela Embrapa Monitoramento por Satélite aponta que restam apenas cerca de 20% do Cerrado ainda preservados. A concentração fundiária e o êxodo rural, em função do alto grau de mecanização da agricultura, ajudaram a alterar a paisagem do Cerrado brasileiro.

A agricultura também gera outros impactos, como a perda de solo. Conforme estimativas do WWF-Brasil, ONG ambientalista, para cada quilo de grãos produzido no Cerrado, perdem-se de 6 a 10 quilos de solo por erosão. A perda de fertilidade aumenta a demanda por fertilizantes e praguicidas e contribui para o assoreamento dos cursos d'água e para a perda de qualidade dos recursos hídricos.

Caatinga

A Caatinga é um bioma genuinamente brasileiro. O processo de ocupação da região promoveu a exploração da natureza de forma predatória, concentrando terra e poder no domínio de poucos. Tem uma rica biodiversidade vegetal e animal com uma infinidade de espécies endêmicas.

A paisagem da Caatinga reflete as temperaturas elevadas na maior parte do ano e as chuvas escassas e irregulares, com secas periódicas; e rios intermitentes e sazonais. Um de seus maiores desafios está na

extração predatória de lenha e carvão vegetal para atender a 30% da demanda de energia da região.

Mata Atlântica

Mesmo reduzida a pouco mais de 7% de seu território original e muito fragmentada, a Mata Atlântica possui altíssima biodiversidade. São 2.100 espécies de vertebrados, sendo que 800 endêmicas e quase mil espécies de aves. Das 20.000 espécies de plantas, 8.000 são endêmicas. É a maior diversidade de árvores do mundo. Apesar dessa grande biodiversidade, a situação é extremamente grave. Não por acaso, quase 70% das 395 espécies ameaçadas de extinção da lista oficial do Ibama ocorrem na Mata Atlântica.

Aproximadamente 60% da população brasileira reside em seus domínios e se beneficia da Mata Atlântica protegendo as nascentes de diversos rios e regulando o fluxo dos mananciais hídricos que abastecem as cidades e principais metrópoles brasileiras. Moram também na Mata Atlântica centenas de comunidades indígenas, quilombolas, caiçaras e ribeirinhas, que mantêm uma relação de dependência direta da vegetação nativa para sua sobrevivência.

Somente entre 1990 e 1995, mais de meio milhão de hectares de florestas foram destruídos em nove estados nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, que concentram aproximadamente 90% do que resta da Mata Atlântica no país. Uma destruição proporcionalmente três vezes maior do que a verificada na Amazônia no mesmo período.⁸

Mais recentemente novos levantamentos apontam uma reversão na tendência de destruição em estados como Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul. Mas a pressão sobre os recursos compromete a biodiversidade e justifica o elevado grau de ameaça de extinção desse bioma.

⁸ Atlas dos Remanescentes Florestais e Ecossistemas Associados da Mata Atlântica. SOS Mata Atlântica/INPE.

Pampas

O Pampa ocupa extensas áreas na Argentina, Uruguai e no Rio Grande do Sul, onde ocupa cerca de dois terços do território, algo em torno de 190 mil km². A imensidão de suas planícies cobertas de gramíneas e varridas pelo vento minuíano moldou não só a paisagem, como também o temperamento do homem, influenciando seus hábitos.

A mineração e queima de carvão mineral são responsáveis por graves impactos na região, como acidificação da água; alteração da paisagem; deslocamento de populações assentadas; aumento de incidência e frequência de doenças pulmonares; chuva ácida e emissão de gases de efeito estufa.

O ambientalista José Lutzemberger dizia que as grandes fazendas de criação de gado foram responsáveis pela preservação do Pampa e que esta tradição deveria ser mantida para garantir a existência do bioma. A qualidade do campo nativo, aliada às modernas técnicas de manejo, garante produtividade, manutenção da biodiversidade e ganhos financeiros significativos para o produtor rural. Esta é uma das alternativas para a manutenção do Pampa.

Pantanal

Maior planície inundável do mundo, o Pantanal é o elo entre as duas maiores bacias da América do Sul: a do Prata e a Amazônica, o que lhe confere a função de corredor biogeográfico, ou seja, permite a dispersão e troca de espécies de fauna e flora entre essas bacias. Tem 65% de seu território no Mato Grosso do Sul e 35% no Mato Grosso.

Uma das características marcantes do Pantanal é seu regime de cheias e secas e a relação entre a parte alta da bacia (planalto) e a parte baixa (planície), região que no período das chuvas recebe as águas da parte alta, as quais são retidas e escoadas lentamente alcançando o Rio Paraguai. Temos aí um fenômeno interessante, a cheia durante um período seco: as águas que entraram há meses na planície nas partes mais altas por fim chegam em grande volume na parte mais ao sul, provocando a subida das águas. A água é “retida” na planície através do transbordamento natural dos rios, forma canais e lagunas

ou abastece lagoas permanentes e baías. Assim, na cheia, rios, lagoas e riachos ficam interligados, permitindo o deslocamento de espécies. Formam-se então lagoas e corixos⁹ isolados, os quais retêm grande quantidade de peixes e plantas aquáticas. Lentamente, esses corpos d'água vão secando, o que atrai aves e outros animais em busca de alimentos, promovendo concentração de fauna. O Pantanal é uma das áreas mais importantes para as aves aquáticas e espécies migratórias, que usam a região para abrigo, alimentação e reprodução.

Zona costeira

O litoral brasileiro possui uma extensão de 9.200 km, se computados todos os estuários e deltas, o que significa uma grande diversidade de ecossistemas. A área chamada de zona costeira reúne 400 municípios em 17 estados, onde estão concentrados cerca de 30% da população brasileira. Só na faixa litorânea vivem 70 milhões de pessoas. As principais ameaças à zona costeira brasileira são especulação imobiliária, sobrepesca (industrial e artesanal), poluição dos estuários e turismo desordenado.

Desafios e soluções – construindo alternativas

A implementação de um modelo de desenvolvimento baseado na sustentabilidade ambiental e no uso responsável dos recursos naturais é a grande meta para garantir o futuro das áreas florestais no Brasil. Criar áreas protegidas, desenvolver mecanismos de valorização da floresta em pé, promover estratégias para conciliar os projetos de desenvolvimento com a necessidade de conservação e estabelecer instrumentos que viabilizem a repartição dos benefícios oriundos do uso sustentável dos recursos naturais são os grandes desafios para o país.

As pesquisas e as experiências existentes demonstram que a exploração sustentável da floresta na Amazônia é uma atividade rentável e que gera mais empregos do que aquelas que têm sido alvo das prioridades políticas e de investimentos governamentais, como a agropecuária. O

⁹ Corixo: brasileiroismo de Mato Grosso e Goiás: canal por onde as águas de lagoas, dos brejos ou dos campos baixos se escoam para os rios vizinhos (Aurélio – Nota do Editor).

controle da origem da madeira explorada na Amazônia, por meio de mecanismos de certificação florestal e a vinculação de financiamentos apenas a atividades que não representem desmatamento, é uma alternativa para agregar mais valor à floresta.

Os grandes projetos de infra-estrutura propostos para a região também têm sido historicamente vetores de desmatamento e degradação socioambiental. Minimizar os danos ambientais que inevitavelmente acompanham sua implementação é um imperativo. Obras como os gasodutos Urucu-Coari e Urucu-Porto Velho, as barragens hidrelétricas do Complexo Madeira, de Belo Monte e dos rios Araguaia e Tocantins, além das rodovias como a Manaus-Porto Velho (BR 319) e a Rio Branco-Cruzeiro Sul (BR 364) são alguns exemplos de projetos cujo planejamento não considerou a dimensão socioambiental. Aprimorar o planejamento das obras e prevenir seus potenciais impactos é uma das formas de tentar minimizar os danos, como é o caso da BR 163, a Cuiabá-Santarém.

BR 163 Sustentável

A perspectiva da pavimentação da BR 163 sempre foi considerada pelas ONGs e movimentos sociais uma providência racional, longamente reclamada pelas populações que vivem em sua área de influência, e que dela necessitam para o escoamento dos seus produtos e para a atenção às suas demandas de assistência básica. Mas a importância da estrada na paisagem amazônica e o risco de se promover ao longo dela os padrões de desmatamento historicamente associados às rodovias pavimentadas levou os mesmos movimentos e organizações a atuarem junto ao governo para que o processo de implementação da obra não implicasse o aumento dos já altíssimos índices de desmatamento na região. Essas instituições mobilizaram-se na discussão e definição de um modelo de gestão territorial para a região de influência da rodovia por meio da proposição de ações e estratégias visando à sustentabilidade social, econômica e ambiental. Isso para tentar garantir que a pavimentação da estrada beneficie todos os segmentos da sociedade e preserve a perenidade da cobertura florestal e a riqueza da biodiversidade regional.

Como desdobramento desse processo, o governo criou um Grupo de Trabalho Interministerial que deu início à elaboração do Plano BR 163 Sustentável. Elaborado com ampla participação social, o plano reúne ações estratégicas de ordenamento territorial, regularização fundiária, implantação de obras de infra-estrutura, pesquisas, fiscalização, criação de UCs (Unidades de Conservação) e apoio a práticas sustentáveis. Consolida a construção de um modelo democrático de gestão territorial, que permite a realização de uma obra de infra-estrutura de grande porte na Amazônia, com respeito à biodiversidade, melhorando as condições de vida das populações locais e assegurando a adequada repartição dos benefícios advindos dessas obras para todos os segmentos sociais.

Uma das estratégias mais utilizadas para conservação da biodiversidade é a criação de espaços territoriais especialmente protegidos. No Brasil, essas áreas ganharam o nome genérico de Unidades de Conservação. As UCs contribuem para a proteção de espécies endêmicas, ajudam a regular o clima, abastecer os mananciais de água, melhorar a qualidade de vida das pessoas, além de, muitas vezes, abrigarem populações tradicionais cuja sustentabilidade depende diretamente de seus recursos naturais.¹⁰ Elas podem ser de dois tipos: de proteção integral, como os parques nacionais, as estações ecológicas e as Reservas Biológicas; ou de uso sustentável, como é o caso das Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável. As unidades de proteção integral não permitem a presença humana nem o desenvolvimento de atividades que acarretem o uso dos recursos naturais ali existentes. Nessas áreas, as únicas atividades permitidas são o ecoturismo, a pesquisa científica e a educação ambiental. Já as unidades de uso sustentável são áreas onde os recursos podem ser utilizados de modo racional, com baixo impacto ambiental.

O modelo das reservas extrativistas, criado no Brasil a partir da luta do líder seringueiro Chico Mendes, é a melhor síntese da luta

¹⁰ VELÁSQUEZ, 2004, in *Almanaque Brasil Socioambiental*.

para compatibilizar os objetivos ambientalistas com as demandas das populações locais. Nas reservas extrativistas, a terra é propriedade da União com a garantia de usufruto para as populações locais.

Para que as unidades de conservação possam cumprir efetivamente seus objetivos, alguns desafios precisam ser enfrentados. A consolidação do processo de regularização fundiária é um deles. Outro grande desafio a ser enfrentado é a implementação de mecanismos para a gestão participativa nas UCs. Alguns mecanismos já estão previstos na legislação, como a formação obrigatória de conselhos gestores em cada unidade, mas muito pouco tem sido implementado até agora.

O mais recente avanço na política brasileira de áreas protegidas foi a instituição do Plano Nacional de Áreas Protegidas, que estabelece uma gestão integrada do conjunto das áreas protegidas brasileiras, juntando *terras indígenas* e *quilombolas* às UCs.

As *terras indígenas* podem ser consideradas áreas protegidas nos dois sentidos da palavra, primeiro, porque protegem a biodiversidade de suas terras e, em segundo lugar, porque são protegidas pela legislação brasileira. A Constituição brasileira estabelece que essas terras são bens da União, sendo reconhecidos aos índios a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.¹¹ Do mesmo modo, a Constituição brasileira assegura aos *quilombolas* o direito às suas terras e à manutenção de sua cultura. Os *quilombolas* mantêm com seu território uma ocupação tradicional, a partir do uso coletivo de seus recursos naturais, por isso também contribuem com a conservação.

Além da imensa perda de biodiversidade e da ameaça a povos e culturas tradicionais, o desmatamento da Amazônia afeta o ciclo das águas e adiciona, segundo o Instituto de Pesquisa da Amazônia (Ipam), 200 milhões de toneladas de carbono à atmosfera, colocando o Brasil entre os 10 maiores vilões do aquecimento global. Para ajudar o Brasil a melhorar sua posição nesse *ranking* e viabilizar o apoio dos demais países à redução do desmatamento, um grupo de pesquisadores e instituições brasileiras apresentou à 9.^a reunião das Partes da

¹¹ RICARDO, 2004, in *Almanaque Brasil Socioambiental*.

Convenção Quadro de Mudanças Climáticas a proposta de Redução Compensada do Desmatamento.

A Redução Compensada do desmatamento é um mecanismo inovador dirigido às nações em desenvolvimento que detêm florestas tropicais para que possam participar, efetivamente, do esforço global de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE), possibilitando a obtenção de benefícios econômicos e ecológicos.¹²

Nas regiões de Cerrado, os desafios são muito parecidos. O desenvolvimento de iniciativas de recuperação de áreas degradadas e a concretização de mecanismos econômicos que tornem a abertura de novas áreas pouco atraentes aos proprietários rurais são fundamentais. A implementação de práticas que permitam reduzir sensivelmente os impactos da grande agricultura em curto prazo também é um caminho. Segundo a Embrapa Cerrado, é possível triplicar a produção de grãos no Cerrado e pelo menos duplicar a de carnes sem avançar mais um só hectare na ocupação.

Nas áreas de lavoura, já é bastante comum a adoção do Sistema Plantio Direto, que envolve várias técnicas de manejo de solo que coíbem sua degradação, tais como o terraceamento e a não-remoção da cobertura vegetal remanescente da safra anterior.

Destacar a importância da Mata Atlântica para a região mais urbanizada do país é, talvez, o maior desafio para proteção desse bioma. O conhecimento de sua importância para a sobrevivência das cidades seja pela garantia de água para beber, seja pela contribuição na manutenção do regime de chuvas ou do conforto climático são fundamentais para que a população tenha a convicção de que preservar o cinturão verde e os mananciais dessas regiões é mais importante para suas vidas do que qualquer outra medida que possa melhorar sua qualidade de vida. Uma boa gestão da Mata Atlântica traria consequências também para os serviços ambientais prestados por seus ecossistemas, como a produção de água, proteção do solo, controle climático e absorção de carbono, além de ser um grande manancial para o desenvolvimento do turismo.

¹² Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, IPAM.

Em todos os biomas, o cumprimento dos dispositivos de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente do Código Florestal já seriam suficientes para estabelecer um novo patamar de conservação. A Reserva Legal é a parcela de cada propriedade que deve ser mantida com vegetação nativa. Na Amazônia esse percentual chega a 80% e no resto do país é de 20%. As Áreas de Preservação Permanente são as florestas ao longo dos rios, nos topos de morro e em outras áreas específicas definidas na lei. A criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), envolvendo a participação de proprietários de terras, é uma outra estratégia que contribui na solução dos problemas em todos os ecossistemas.

Sustentabilidade no Xingu

Outro exemplo de engajamento do setor privado em uma iniciativa promissora de recuperação ambiental é a Campanha Y'ikatu Xingu. Por iniciativa das lideranças do Parque Indígena do Xingu, que manifestaram sua preocupação com o assoreamento dos rios que cortam o parque e com a situação de ocupação e desmatamento no entorno da reserva, o Instituto Socioambiental, que atua na região desde 1994, desenvolveu uma Campanha juntamente com vários parceiros – índios, fazendeiros, agricultores familiares, pesquisadores, organizações da sociedade civil entre outros. Esses diversos atores – 340 pessoas ao todo – se reuniram no Encontro Nascentes do Rio Xingu, na cidade mato-grossense de Canarana, entre os dias 25 e 27 de outubro de 2004 e ali estabeleceram as bases da articulação para a Campanha Y' Ikatu Xingu, pela recuperação e proteção das nascentes e cabeceiras do rio Xingu.

Diversas ações estão sendo realizadas no âmbito da Campanha, que tem como base a responsabilidade compartilhada entre todos os setores e como principais objetivos atuar para garantir uma ação integrada dos vários níveis de governo no sentido de promover políticas e de prover recursos técnicos e financeiros que permitam a proteção dos direitos das terras indígenas, a viabilização econômica dos assentamentos, a redução dos custos de recuperação das matas ciliares nas propriedades rurais e o provimento de serviços de saneamento básicos nas cidades desta região,

de modo a garantir a preservação do Xingu e do seu inestimável valor simbólico para as futuras gerações.

Assim como no Xingu, os desafios ambientais estão postos em todos os níveis, do local ao global e envolvem todos os setores da sociedade. O Brasil, ao mesmo tempo que reúne graves problemas, é um país de muita riqueza e pouca vulnerabilidade. Alia todas as condições para fazer a diferença em seu projeto de futuro. Para isso, a participação democrática e o controle social são pressupostos obrigatórios para a construção de alternativas de desenvolvimento sustentável em todo o país.

Conclusão

A mesma conjuntura internacional que promoveu as diversas Convenções Internacionais, como a da Diversidade Biológica e a de Mudanças Climáticas, disseminou a visão de que as populações mais pobres, concentradas nos países em desenvolvimento exerceriam sobre os recursos naturais mais pressão do que as populações dos países desenvolvidos, em função de sua dependência direta do uso desses recursos.

Essa perspectiva procurava dissociar os padrões de consumo dos países desenvolvidos da utilização de recursos naturais, minimizando o fato de que são exatamente os ricos que mais usam o meio ambiente de forma absoluta. Quer dizer, apesar de as populações mais carentes necessitarem relativamente mais dos recursos naturais para sobreviver, as quantidades demandadas pelas populações abastadas são muito superiores às utilizadas pelos mais pobres. Ou, como diz José Augusto Pádua, as populações pobres são as que menos participam do banquete do consumo global e as que mais sofrem as conseqüências da degradação ambiental.

Esse discurso se propagou pelo mundo, tentando encobrir a relação entre os padrões de consumo insustentáveis dos países desenvolvidos e a sobreexploração de recursos naturais nos países em desenvolvimento. Essa relação, existente desde os tempos do Brasil Colônia, mantém-se até hoje e ganha contornos de maior requinte em tempos de globalização.

Hoje já não são mais simplesmente o pau-brasil, o ouro ou o café e a cana-de-açúcar produzidos à custa de nossa Mata Atlântica, da qual não nos restaram mais do que 7%, nem somente parte do Cerrado e da Amazônia sob a forma de soja e carne. A expropriação de nossas riquezas ambientais também tem suas inovações. São, por exemplo, patentes de produtos da biodiversidade registradas em outros países. Ou ainda, produtos como o alumínio e o aço, cuja produção faz com que o Brasil precise gerar cada vez mais energia e, para isso, tenha de construir mais grandes centrais hidrelétricas que promovem impactos socioambientais irreversíveis.

Não estamos apenas exportando os recursos naturais que temos, mas, como diz Washington Novaes, viabilizando energia para países industrializados que não querem produzir eletrointensivos por causa de seus altíssimos custos ambientais, sociais e energéticos. O exemplo mais emblemático do colonialismo ambiental é a proposta de regulamentar a importação de pneus usados, que tramita pela Câmara dos Deputados, e formalizaria a importação de lixo!

Como podemos ver, se por um lado avançou a construção de instrumentos de governança ambiental global, por outro se aprimoraram também os mecanismos pelos quais os países desenvolvidos acumulam riquezas à custa de nossos recursos. Hoje temos clareza de que é a dinâmica imposta pelo modelo de desenvolvimento hegemônico que exaure os recursos e promove a devastação da natureza.

Essa observação, entretanto, não deve abater as organizações e indivíduos da sociedade que lutam pela construção de relações mais equitativas e democráticas entre os povos e as nações. O Brasil, por sua dimensão territorial, sua diversidade cultural e biológica e pela abundância de recursos naturais, especialmente a água, é um país onde ainda é possível buscar um caminho alternativo, com um modelo de desenvolvimento mais adequado, cujos benefícios possam ser repartidos de modo mais justo e equitativo.

É essa perspectiva, de buscar um futuro de maior harmonia com o ambiente em que vivemos, que deve ensejar nossa reflexão. Se é na construção de um mundo melhor que as lutas sociais se unificam, é também só com a garantia de um meio ambiente sadio que vamos po-

der usufruir da democracia, da igualdade, da justiça e da solidariedade.

QUESTÕES PARA OS GRUPOS:

1. Quais são os principais fatores que impedem o estabelecimento de um modelo de desenvolvimento realmente mais sustentável no Brasil?
2. Quais são os maiores desafios para que o Brasil seja um país ecologicamente mais equilibrado?
3. Como podemos fazer a diferença em nosso dia-a-dia e contribuir para um planeta mais saudável?

BIBLIOGRAFIA

Almanaque Brasil Socioambiental. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.
CAMARGO, Aspásia, CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro e OLIVEIRA, José Antonio Puppim (org.). *Meio ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio-92*. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.
BENSUSAN, Nurit (org.). *Seria Melhor Mandar Ladrilhar? – Biodiversidade: como, para quê, por quê*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Instituto Socioambiental, 2002.

Sites interessantes

www.socioambiental.org
www.bioclimatico.com.br
www.amazonia.org.br
www.mma.gov.br
www.ambientebrasil.com.br



2

MOVIMENTOS POPULARES E MEIO AMBIENTE

Dirceu Benincá¹

1. Os movimentos populares no interior da sociedade

Ao longo da história do Brasil, tivemos diferentes tipos de movimentos populares. Suas características estão sempre muito ligadas ao contexto em que se originam; à visão sociopolítica de seus integrantes; aos objetivos que estabelecem; aos princípios e métodos que adotam etc. De modo geral, esses movimentos se organizam em vista da conquista, defesa e promoção de direitos sociais, políticos, econômicos e culturais do povo.

É comum averiguar que os movimentos populares esboçam reações a determinadas situações e estruturas sociais, como fizeram desde os tempos da colonização os movimentos de resistência indígena, lutando pelo respeito ao seu *modus vivendi*. Diante do regime de trabalho escravo que se prolongou oficialmente, aqui, por mais de três séculos, os negros fizeram rebeliões e também criaram seus próprios movimentos. Daí resultaram os quilombos, que eram formas alternativas e autoprotégidas de vida.

Dentre tantos exemplos de contestação, insurreições e lutas populares havidas no decorrer dos tempos em nosso país, ressaltamos a Cabanagem, na Província do Grão-Pará (1835-1840); a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul (1835-1845); a Sabinada, na

¹ Dirceu Benincá é mestre em Ciências Sociais pela PUC/SP; autor do livro *Reciclando a (Des) Ordem do Progresso*. Passo Fundo: IFIBE, 2006 e co-autor do livro *CEBs: nos trilhos da inclusão libertadora*. São Paulo: Paulus, 2006; vigário paroquial em Getúlio Vargas/RS; professor do Instituto de Teologia e Pastoral (ITEPA), em Passo Fundo/RS e coordenador das Pastorais Sociais da Diocese de Erechim/RS.



região da Bahia (1837-1838); a Balaiada, na região do Maranhão (1838-1841); Canudos, na Bahia (1893-1897); as greves operárias, principalmente em São Paulo, no início do séc. XX e o Contestado, em Santa Catarina (1912-1916).

De acordo com Eurípedes C. Dias, “as revoltas populares desses grupos tão heterogêneos não se orientavam explicitamente pela conquista de direitos liberais e individuais atualizados pelos Estados modernos. São revoltas populares de intervenção na ordem social, práticas reprimidas de participação social e política do povo no processo histórico, que podem ser consideradas reivindicações prematuras de espaços para ações sociais e expressões políticas” (*apud* GOHN, 2003: 108-109).

A liberdade de expressão é fundamental em qualquer sociedade. Quando ela é tolhida, os movimentos populares cumprem um papel importante no sentido de restabelecê-la. Durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), as manifestações populares sofreram um sistemático controle de expressão e foram reprimidas. Em nome da “ordem e da segurança nacional”, muitas lideranças chegaram a ser presas, torturadas, exiladas e silenciadas. Mesmo assim, os movimentos populares não puderam ser extintos. Eles se mantiveram vivos e trataram de encontrar novos métodos e caminhos.

Este foi o período em que o capitalismo fincou profundas “raízes” e se consolidou, acentuando em muito as desigualdades sociais. Por outro lado, a partir dos anos 80, emergiram os “novos movimentos populares”, florescidos desde as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e as pastorais sociais. Eles ganharam visibilidade pública no campo e na cidade, defendendo o acesso à terra, emprego, salário digno, alimentação, saúde, educação, saneamento e outros direitos básicos.

Nessa época aflorava o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ele dera seus primeiros passos ainda no final da década de 70, em Ronda Alta, norte do Rio Grande do Sul, na luta pela reforma agrária e por políticas agrícolas adequadas aos pequenos agricultores. O MST foi formalmente criado em janeiro de 1984, por ocasião do primeiro encontro nacional de trabalhadores rurais sem terra, realizado na cidade de Cascavel/PR.

Contemporaneamente, nascia o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), organizado em contraposição ao plano de construção de 25 barragens na Bacia do Rio Uruguai, entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Na referida região, o projeto viria desabrigar cerca de 40 mil famílias, totalizando aproximadamente 200 mil pessoas. A política de geração de energia elétrica a partir da instalação de grandes barragens se expandia, então, para várias partes do país. Com isso, o próprio MAB foi tomando dimensões nacionais, sempre na defesa dos atingidos e dos ameaçados por tais projetos.

Ainda na década de 80, foram criadas associações de moradores, grupos de defesa de direitos humanos, bem como o movimento sindical combativo e partidos de esquerda, cuja maior expressão foi o Partido dos Trabalhadores (PT). Multiplicaram-se os centros de educação popular e de assessorias diversas. Muitas dessas organizações se inspiravam no ideário marxista; defendiam o protagonismo das classes populares na superação do regime político vigente e lutavam objetivamente pela melhoria das condições de vida do povo.

Vinculado ao novo sindicalismo, em 1983, constituiu-se o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), que teve como uma de suas primeiras e principais bandeiras a luta pela aposentadoria das trabalhadoras rurais aos 55 anos de idade. Além disso, o Movimento empenhou-se pela erradicação das discriminações sociais, culturais e trabalhistas, buscando o reconhecimento da profissão de *agricultora*. Buscou também a valorização do trabalho doméstico, o direito à saúde, lazer e outros.

No final de 1995 e início de 1996 teve início a organização do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), motivado pela ocorrência de uma prolongada estiagem que castigou as plantações em diversas regiões do Brasil. As principais bandeiras do MPA são: luta por seguro agrícola, crédito subsidiado, assistência técnica, reforma agrária, habitação rural, capacitação, previdência rural, apoio às associações e cooperativas, defesa da água, das sementes e das florestas.

Esses e outros movimentos foram se configurando como espaços importantes de participação popular. No decorrer de sua trajetória, eles perceberam que necessitavam se articular entre si de forma or-

gânica para reunir mais forças. Então criaram uma entidade nacional chamada Central de Movimentos Populares (CMP) com o objetivo de unificar bandeiras; superar imediatismos e fragmentações; fortalecer a mobilização conjunta em torno de reivindicações ao Estado e no enfrentamento do capitalismo.

A consciência da necessidade de ampliar as lutas sociais pode ser percebida em níveis mais amplos. Neste sentido, vale lembrar a criação da *Via Campesina*, em abril de 1992, em Manágua (Nicarágua), durante um congresso que reuniu dirigentes camponeses da América Central, da América do Norte e da Europa. A *Via Campesina* é uma articulação internacional de movimentos camponeses que está presente nos cinco continentes, reunindo várias entidades de mais de 80 países.

No Brasil, é composta pelo MST, MAB, MPA, Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB). A *Via Campesina* luta pela reforma agrária e pela soberania alimentar; pela preservação do meio ambiente e da biodiversidade; pela produção de alimentos de forma saudável e ecológica, isto é, sem agrotóxicos e sem transgênicos. Defende o comércio justo, a agricultura familiar sustentável, a biossegurança, a ética na política, o aprimoramento da cidadania etc.

É oportuno assinalar que a maioria dos movimentos populares mantém estreitos vínculos e parcerias com Organizações Não-Governamentais (ONGs), na perspectiva de potencializar suas ações. As ONGs também se multiplicaram de maneira notória a partir dos anos 80 em face da busca de novas relações entre sociedade civil organizada e Estado. De pequeno ou de grande porte, uma vez conectadas em redes e apoiadas mutuamente, capacitam-se para agir localmente sem desconsiderar o contexto global. Algumas ONGs têm alcance nacional e internacional. Configuram-se em canais significativos na busca de soluções para os mais variados problemas sociais, econômicos, políticos, ecológicos e outros.

Ao lado das igrejas, dos sindicatos e dos partidos, as ONGs tiveram e têm um papel relevante na capacitação de lideranças e no fortalecimento dos movimentos populares. Auxiliam na leitura crítica da

realidade e oferecem real contribuição para a ampliação da democracia participativa. Todavia, a história mostra também que na medida em que vão se institucionalizando, algumas dessas organizações tendem a se distanciar dos movimentos e do trabalho de base. Este é, aliás, um dos elementos determinantes na caracterização dos diferentes tipos e perfis das ONGs.

Observando a fase inicial das ONGs na sociedade brasileira, Maria da Glória Gohn (1997) afirma que elas são um desdobramento da atuação dos movimentos sociais. Elas se estabeleceram a serviço dos movimentos, visto que estes não possuíam “*estruturas funcionais*” ou aparato institucional para o diálogo com as instâncias governamentais. Os profissionais das ONGs figuravam como uma espécie de porta-vozes dos movimentos sociais na proposição de políticas públicas. Se, por um lado, os movimentos sociais e populares se fortalecem com as ONGs, por outro, vêm aumentando o debate sobre a autonomia das ONGs diante dos movimentos.

Gohn caracteriza os movimentos sociais como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.), até as pressões indiretas. Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet” (2003b: 13).

Os movimentos sociais questionam orientações, estruturas, posturas e práticas da sociedade pós-moderna, marcada por sérias e profundas contradições. Pretendem “abolir uma relação de dominação, fazer triunfar um princípio de igualdade, criar uma sociedade nova em ruptura com as formas antigas de produção, de gestão e de hierarquia” (Touraine, 1998: 115). Expressam resistência aos sistemas que oprimem e oxigenam a sociedade para a construção do novo. Contudo, não podemos ignorar a existência de movimentos sociais conserva-

dores e particularistas, baseados na manutenção dos mecanismos de exploração capitalista e avessos a mudanças sociais emancipatórias.

Com a globalização neoliberal, os modos de produção, os padrões de consumo, as relações sociais, a cultura, os valores, enfim o conjunto da vida sofre profundas e aceleradas modificações. Acentua-se o problema do desemprego, da violência, da fome, da miséria e privação dos demais bens materiais e simbólicos necessários a uma vida digna. Os *pobres*, caracterizados também como *oprimidos* e *marginalizados* passam a ser tratados cada vez mais como *inempregáveis* e *massa sobrando*. Numa palavra: *excluídos*.

Em escala mundial, nas últimas duas décadas as desigualdades sociais têm aumentado de modo gigantesco, fazendo crescer o fenômeno da exclusão social. Para José de S. Martins, “a exclusão é o sintoma grave de uma transformação social que vem rapidamente fazendo de todos os seres humanos seres descartáveis, reduzidos à condição de coisa, forma extrema de vivência da alienação e da coisificação da pessoa, que Marx já apontara em seus estudos sobre o capitalismo” (2002: 20).

Neste cenário, os desafios que se põem à sociedade como um todo e aos movimentos populares em particular são cada vez mais complexos. De outra parte, ganha força em nível intercontinental um movimento difuso de contraposição à atual globalização hegemônica com vistas a pensar uma “globalização contra-hegemônica”. Com este objetivo, tornaram-se célebres as manifestações de Genebra (Suíça), em 1998; de Colônia (Alemanha) e de Seattle (Estados Unidos), em 1999; de Gênova (Itália), em 2000.

A “globalização contra-hegemônica” está pautada por princípios como a solidariedade, a cooperação, a sustentabilidade responsável, o respeito às diversas culturas, a justiça social e outros. Articulados em redes e alianças, múltiplos movimentos empenham-se a favor da inclusão social. Lutam contra a precarização das condições de trabalho, a destruição do meio ambiente, a extinção da biodiversidade, a violação dos direitos humanos etc. Desse modo, explicitam os conflitos sociais presentes no interior da sociedade, reivindicam políticas públicas e põem em curso projetos alternativos e transformadores.

O movimento antiglobalização capitalista questiona e refuta a globalização dominante por seu caráter voraz e depredador. Esta se alimenta do lucro, do acúmulo de capital, do desemprego estrutural, das desigualdades sociais, da miséria de multidões, da violência institucionalizada... Os vários Fóruns Sociais Mundiais e Continentais têm sido espaços extremamente importantes para a discussão acerca dos elementos fundamentais para uma globalização que garanta o desenvolvimento sustentável e a soberania dos povos.

Atualmente, parece que os movimentos populares estão preferindo fazer suas reivindicações de forma direta, muitas vezes desconfiados de que os partidos políticos já não conseguem mais representar as suas aspirações. Diante dessa tendência, Frei Betto chama a atenção para um perigo: “Há que cuidar para não ceder a um novo tipo de maniqueísmo: o que acredita poder substituir o papel dos partidos pela atuação dos movimentos. A crítica aos partidos, tão necessária e pertinente, não deve desembocar na atitude de repúdio a eles. Movimentos populares são, por natureza, setoriais, atrelados a bandeiras específicas e não têm como formular e representar um projeto abrangente de sociedade” (2006: 208).

Para Luiz Dalla Costa,² nos últimos anos muitos militantes dos movimentos populares no Brasil adotaram posturas equivocadas. Uns jogaram todas as fichas na conquista do poder e na busca de cargos institucionais. Para estes, a insígnia principal era “Lula lá”. Porém, hoje se percebe que “Lula lá” sem movimento organizado, sem articulação popular, sem lutas de massa é mais um presidente “lá”, cumprindo com as normas ditadas pelo capital internacional.

Outros assumiram uma atitude passiva, aguardando que as mudanças fossem desencadeadas a partir do Palácio do Planalto. Nessa expectativa ou com certo constrangimento de cobrarem ações efetivas do governo que ajudaram a eleger, ficaram sem saber se deviam “beliscar” ou “assoprar”. Outro grupo ainda preferiu o caminho do isolamento. Isolados, porém, não podem fazer a necessária transformação das estruturas da sociedade.

² Luiz Dalla Costa é da coordenação do MAB. Entrevista realizada em 7 de abril de 2006, em Erechim/RS.

De acordo com Dalla Costa, os movimentos populares necessitam retomar a formação política de seus militantes, levando em conta os desafios atuais. “É preciso criar novos tipos de organização e estabelecer novas formas de comunicação com a população. Temos de fazer muito trabalho de base a fim de construir um projeto popular para o país. Se não formos capazes de reavivar o movimento de massas, não conseguiremos sair dessa democracia representativa, falsa e minguada”, afirma ele.

Os movimentos populares fortalecem a sociedade civil ajudando o povo a ter consciência crítica da realidade e possibilitam ações socio-políticas conseqüentes. Segundo Frei Betto, os movimentos “devem partir das demandas específicas da população, ainda que elas não pareçam ser ‘as mais políticas e ideológicas’ [...]. Talvez muitos não saiam de casa para protestar contra a guerra entre países estrangeiros, mas certamente o farão para evitar que a prefeitura derrube a árvore da esquina” (2006: 213).

A articulação das lutas locais com outras questões e com outras instâncias é um desafio posto para todos os movimentos. Na avaliação de Frei Betto, os movimentos populares enfrentam atualmente o desafio metodológico de partir do pessoal para o social; do local para o nacional; do subjetivo para o objetivo; do espiritual para o político e ideológico. Em suas novas configurações, precisam associar lazer e dever; criatividade artística e formação; estética e ética.

2. A emergência da questão ambiental

“Deus perdoa sempre; os homens, às vezes;
a natureza, nunca.” (Ditado popular)

Na discussão da temática ambiental, é importante fazer uma observação conceitual. Muitas vezes a expressão *meio ambiente* é usada como sinônimo de *ecologia*. Embora os conceitos sejam afins, eles não significam exatamente a mesma coisa. Enquanto *meio ambiente* refere-se aos elementos físico-químicos e aos ecossistemas naturais e sociais, *ecologia* é um dos modernos ramos da Biologia que se ocupa principalmente do estudo dos seres vivos no seu relacionamento e

interação com o meio. *Ecologia* (*oikos* = casa + *logia* = estudo) diz respeito ao *conhecimento e cuidado* com a *casa comum*.

Cada sociedade tem seu modo de imprimir suas marcas no meio em que vive. Elas decorrem das concepções econômicas, políticas, sociais, ideológicas, religiosas e culturais de cada povo. O ser humano é capaz de criar, produzir, modificar e também destruir. Constrói estradas, represa e desvia rios, devasta florestas, manipula a genética, aprimora processos de industrialização e tantas outras coisas que geram *impactos ambientais*, que podem ser maiores ou menores, positivos ou negativos.

Com a Revolução Industrial, iniciada em meados do século XVIII na Inglaterra, o meio ambiente passou a sofrer impactos cada vez mais fortes. O crescente processo de industrialização, comercialização e consumo representou também um aumento na exploração dos recursos naturais e na geração de resíduos poluentes. Com os avanços tecnológicos ocorridos no período posterior à Segunda Guerra Mundial essa realidade se tornou ainda mais perceptível.

A decadência de um modelo de produção agrícola, o crescimento populacional, o êxodo rural e o agravamento da miséria nos países menos desenvolvidos levaram à implantação, nas décadas de 60 e 70, da chamada *revolução verde*. Pretendia-se resolver o problema da fome no mundo, produzindo mais alimentos. Para tanto, foi estimulado um conjunto de técnicas e práticas. Entre elas, a substituição das sementes crioulas por sementes melhoradas geneticamente (híbridas), a utilização de insumos industrializados (fertilizantes, agrotóxicos e adubos químicos), a mecanização, a irrigação e a diminuição do custo de manejo.

De acordo com alguns analistas, a revolução verde trouxe consigo efeitos perversos, tais como: o endividamento dos agricultores, a acentuação da dependência do país em relação a outros países, o acúmulo de lucros às grandes empresas de insumos. Além disso, a expulsão dos pequenos agricultores do campo – que não puderam competir com as grandes empresas agrícolas –, a diminuição da biodiversidade, a erosão e a contaminação do solo.

Com o avanço do neoliberalismo em nível mundial, também aprofundou-se a questão da violência, do terrorismo, da intolerância religiosa e diversas formas de agressão ao ecossistema global. O

processo de globalização acabou globalizando muitos problemas socioambientais, políticos e econômicos. Esse quadro acentuou-se, sobretudo, após a queda do Muro de Berlim (1989), fato histórico que figurou como a derrota do socialismo real e o fortalecimento do capitalismo como sistema absoluto.

Entre as maiores questões ambientais que afligem a humanidade atualmente, estão: a contaminação do ar, da água, do solo e subsolo; a pesca predatória, o assoreamento dos rios, a privatização e mercantilização da água e da energia; o desmatamento, as queimadas e as monoculturas com espécies exóticas. Causam preocupação as modificações genéticas, a destruição da camada de ozônio e o aquecimento global; o acúmulo da propriedade da terra, o uso inadequado do solo e a desertificação; a utilização de agrotóxicos e o extermínio da biodiversidade; a construção de grandes barragens; a ameaça nuclear e a guerra bacteriológica; a infestação de pragas e as tecnologias atômicas; o crescimento desordenado das cidades, especialmente das metrópoles etc.

O debate social sobre a sustentabilidade do planeta e dos seus habitantes é um assunto recente. Alguns eventos de amplitude mundial vêm chamando a atenção para a centralidade do tema e ajudando a desencadear iniciativas diversas. Vale ressaltar aqui a realização da Conferência Internacional para o Meio Ambiente Humano, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Estocolmo (Suécia), no ano 1972. A mesma Conferência alertava a humanidade sobre a condição finita dos recursos naturais.

Em 1983, a ONU criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que publicou, em 1987, um relatório intitulado “nosso futuro comum”. Nesse relatório, a comissão divulgou o conceito de *desenvolvimento sustentável* como “aquele que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras”.

No Brasil, a política ambiental deu seus primeiros passos, em 1973, com a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente. Nos anos 80, surgiram movimentos sociais fortes que ajudaram a escrever um capítulo da Constituição Federal de 1988, referente à questão

ambiental. No ano seguinte (1989), era criado também o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e, aos poucos, foram aparecendo diversos instrumentos legais e formas de participação popular acerca do uso e preservação dos recursos naturais.

A rigor, até o final dos anos 80, a preocupação com temas ambientais era quase exclusivamente restrita aos *movimentos ambientalistas*. Desde então, problemas ligados a esgoto a céu aberto, ausência de coleta ou coleta irregular de lixo, poluição, tratamento inadequado de resíduos, trabalho em lixões e outros começaram a fazer parte da pauta de vários movimentos populares. E isso foi algo totalmente novo e importante para os movimentos como tal e para o conjunto da sociedade.

O assunto foi adquirindo centralidade a partir, sobretudo, da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro no período de 3 a 14 de junho de 1992. O evento – também conhecido como Rio/92 ou Eco/92 – teve a participação de 179 países. Em pauta esteve o debate sobre como conciliar o desenvolvimento econômico e social, protegendo o meio ambiente. Da Conferência resultou o documento conhecido como *Agenda 21*, que consiste em um processo e programa de ação em vista da sustentabilidade da vida.

A Agenda 21 procura envolver o poder público, o setor privado e a sociedade civil em torno de uma agenda de compromissos, ações e metas para transformar o desenvolvimento de uma região (Agenda Local), de um país (Agenda Nacional) e do planeta (Agenda Global). Tem como objetivo desencadear e fortalecer iniciativas que promovam e conservem a integridade da criação, bem como a justiça social, a saúde pública e a valorização da diversidade cultural, juntamente com o aprimoramento da democracia, a educação para todos, a qualidade de vida, os direitos e a dignidade humana. O documento salienta a importância da cooperação internacional, destacando a necessidade do combate à pobreza, a preservação dos bens naturais e a redução dos impactos ambientais.

Em 1997, esses e outros princípios e orientações foram inseridos

no Protocolo de Kyoto, acordo ambiental que passou a vigorar em 16 de fevereiro de 2005. O protocolo prevê a redução de 5,2% da emissão de gases produzidos por combustíveis fósseis até o ano 2012 como forma de minimizar o aquecimento global. Conhecido também como *efeito estufa*, o fenômeno provoca degelos e destruição da camada de ozônio, além de outros danos. Um total de 125 países assinou o Protocolo de Kyoto. Os Estados Unidos, responsáveis pela emissão de 25% dos referidos gases no planeta, negaram-se a assinar o protocolo.

Com o intento de apresentar princípios fundamentais para o desenvolvimento sustentável, em março de 2000, foi lançada a *Carta da Terra*, redigida por pessoas e organizações de todas as regiões do mundo. A Carta da Terra chama a atenção para a necessidade de cuidar da comunidade de vida, proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos do planeta. Para tanto, propõe desafios práticos, como: redução, reutilização e reciclagem de materiais descartados; erradicação da pobreza; garantia do direito de igualdade e equidade de gênero; promoção da paz e da justiça; desenvolvimento de um amplo processo de educação de novos valores etc.

Esses documentos adquirem elevada importância pois ajudam a formar a consciência sobre os graves problemas existentes e estimulam a assumir posturas responsáveis. Entre tantos sinais que revelam a crise ecológica atual, está a seca na Amazônia e em outras regiões do país e do mundo; o descongelamento dos pólos, as mudanças climáticas, as enchentes e os furacões. Basta lembrar, por exemplo, o inédito ciclone batizado de “Catarina”, ocorrido no litoral sul de Santa Catarina e litoral norte do Rio Grande do Sul em março de 2004, com ventos de 150km/h e ondas de 5 metros.

Em 29 de agosto de 2005 irrompeu o Katrina, com ventos de mais de 280km/h, devastando a região metropolitana de New Orleans, nos Estados Unidos. O furacão causou aproximadamente mil mortes; desabrigou mais de um milhão de pessoas e deixou grande prejuízo material. Outra tragédia ocorreu dia 27 de maio de 2006, na Indonésia, quando um terremoto matou mais de 4,9 mil pessoas e deixou cerca de 20 mil feridos. Com o aquecimento global, o derretimento das geleiras e a elevação do nível dos oceanos, os técnicos calculam

que nos próximos 100 a 150 anos, pelo menos um bilhão de pessoas terão de ser removidas de seus locais de moradia, o que significa 20% da humanidade.

Diante dos múltiplos cenários trágicos e degradantes, uma série de movimentos populares e socioambientais vem questionando os modos de produção, os padrões de consumo e os estilos de vida da sociedade atual. Existem os movimentos antinucleares; os que defendem a preservação dos recursos naturais (água, floresta...); os que lutam contra a degradação das cidades e periferias; os que estimulam e realizam a reciclagem de resíduos; os que resistem aos projetos das grandes barragens; os que se organizam em função da agricultura ecológica etc.

Temos também movimentos que se levantam contra os desastres ambientais, o desmatamento e as práticas de monocultura; em prol da produção de tecnologias e energias alternativas; em vista de políticas de segurança alimentar, da preservação de mananciais e outros. Percebe-se que a questão ecológica vem mobilizando os mais diferentes segmentos sociais, muito embora nem todos compartilhem das mesmas concepções a respeito do tema, nem todos partam da mesma motivação política e ideológica e nem todos tenham os mesmos princípios e finalidades.

A questão da *ecologia* ou do *meio ambiente* não deve se restringir à repetição de bonitos *slogans*, nem ficar reduzida à simples e tradicional comemoração do Dia da Árvore ou da Semana do Meio Ambiente. A temática é extremamente ampla, complexa e transdisciplinar. Implica mudanças de mentalidade e de comportamentos, exigindo a superação de idéias distorcidas e práticas inadequadas, às vezes até fortalecidas pela tradição religiosa.

A narrativa da criação diz, por exemplo, que o ser humano recebeu autoridade para “dominar” e “submeter” a terra e tudo o que vive e se move sobre ela (cf. Gn 1,28). Ora, *dominar* tem uma conotação de domar, debelar, reprimir e colonizar. Alinha-se à noção de *usar e abusar*. Na verdade, parece mais coerente afirmar que ao ser humano foi dado o dever de “cuidar”. Estamos, portanto, incumbidos de desenvolver ações transformadoras capazes de preservar a integridade da criação.

QUESTÕES PARA OS GRUPOS:

1. Como está a situação dos rios, das florestas, da agricultura, da poluição e tratamento do lixo no município em que você reside?
2. Quais as questões ambientais mais preocupantes em sua região?

3. Problemáticas socioambientais na pauta dos movimentos

“Deus criou o mundo, onde existem bens suficientes para todas as pessoas viverem em paz e com dignidade; mas não há bens para ninguém ficar acumulando para si.”

(D. Hélder Câmara)

Na década de 80, determinadas questões ambientais começaram a irromper por dentro do Movimento dos Atingidos por Barragens, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, dos movimentos referentes a indígenas, pescadores, seringueiros e outros. Nesse período, também nas periferias das grandes cidades, foram tomando corpo diversos movimentos em defesa do direito à saúde, saneamento básico, coleta de lixo, urbanização etc.

Em 1990 foi criado o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS) com o objetivo de possibilitar maior participação da sociedade no processo da Rio/92. Após esse evento, consolidaram-se redes e grupos de trabalho para acompanhar participativamente a implementação dos acordos da Rio/92. Atualmente, existem diversos Grupos de Trabalho (GTs): GT Agenda 21, GT Água, GT Comércio e Meio Ambiente, GT Energia, GT Florestas, GT Mudanças Climáticas, GT Sociobiodiversidade, GT Turismo Sustentável, GT Direito Ambiental, GT Juventude, GT Educação Ambiental e GT Químicos.

Mediante sua coordenação e grupos de trabalho, o FBOMS vem participando de discussões sobre projetos de lei, tais como o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (a SNUC), a Lei de Patentes, a Lei de Crimes Ambientais, a Gestão Florestal, a Política Nacional

de Mudanças Climáticas e Biossegurança. O fórum está presente em um grande número de instâncias de decisão e Conselhos, entre eles o Conselho Nacional do Meio Ambiente.

Hoje, os movimentos sociais e populares, em geral, parecem estar bem atentos à ampla problemática socioambiental. Em face disso, tentaremos agora identificar alguns dos aspectos que causam mais preocupação no contexto atual. Também procuraremos apresentar posicionamentos e ações dos movimentos populares diante desse quadro.

3.1. Barragens e energia

O Brasil tem um enorme potencial para gerar energia a partir da água. Este potencial é de 260MW, metade dos quais localizados nas bacias do Amazonas e do Tocantins; 67MW encontram-se já em exploração por cerca de 120 usinas hidrelétricas instaladas. Deste total, 41MW são produzidos por trinta e uma usinas pertencentes ao sistema Eletrobrás e o restante por usinas privatizadas.³ Os megaprojetos de exploração hidrelétrica causam sérios impactos socioambientais. Por conta da construção de hidrelétricas, já foram removidos de suas casas cerca de um milhão de brasileiros. É inegável também que tais empreendimentos provocam significativa agressão à biodiversidade e ao meio ambiente. Além de formar imensos lagos, as empresas acabam controlando o território e a economia das respectivas regiões atingidas.

Em nosso país, o setor energético se consolidou como uma fonte inesgotável de volumosos lucros para grandes empresas privadas. E isso repercute diretamente no valor da tarifa que o consumidor paga por esse serviço. Na região Norte do Rio Grande do Sul, por exemplo, em abril de 2006, o consumidor residencial pagava cerca de 50 centavos pelo kW, sendo que o custo para geração de um kW de energia era inferior a 10 centavos. Em função dessas questões que atingem, sobretudo, a população mais pobre, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) vem fazendo manifestações públicas e lutando para baixar o preço da tarifa e dos impostos cobrados sobre a energia.

³ Cf. site: www.eletrobras.com.br

De 13 a 17 de março de 2006, em Curitiba/PR, o MAB realizou o seu 2º encontro nacional, reunindo cerca de 1.300 militantes de 15 Estados. Os participantes redigiram um documento denunciando o atual modelo energético praticado no país e afirmando que a água e a energia são patrimônios do povo e devem estar sob o controle popular. O movimento reivindica a não privatização da água e da energia e pleiteia, para a população de baixa renda, o direito de gratuidade pelo uso da energia até o consumo de 100 kWh, pagando preço justo pelo que gastar a mais.⁴

Segundo Luiz Dalla Costa, o problema energético em nosso país não é de ordem tecnológica, mas de modelo, o qual sempre acaba por beneficiar os mais poderosos. Tanto a energia elétrica, como a eólica, a solar ou outra, se forem usadas como exploração da natureza e da população não servem, declara ele. Energia e água devem ser tratadas como insumos básicos para a soberania nacional e não como mercadoria, ou seja, como meio de gerar altos lucros para empresas nacionais e transnacionais.

3.2. Água

No meio da questão ecológica está a crise da água. Ela se configura na escassez desse líquido e se traduz também na poluição que atinge nascentes e córregos, lagos e lençóis freáticos, poços e mananciais, rios e mares. Gestões públicas equivocadas, mudanças climáticas, falta de investimentos adequados e outros fatores são responsáveis pela falta de acesso à água potável para 1,1 bilhão de pessoas no mundo.⁵

O Brasil é um dos países mais ricos do planeta em volume de água. Contudo, aproximadamente 45 milhões de brasileiros não têm acesso à água potável. Dados recentes revelam que em nosso território a água está assim distribuída: “70% é utilizada pelo *hidronegócio* na irrigação, 20% pela indústria, restando apenas 10% para o uso doméstico”.⁶

⁴ Cf. jornal *Brasil de Fato*, edição de 23 a 29 de março de 2006, p. 8.

⁵ A informação está contida no Relatório das Nações Unidas Sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos no Mundo.

⁶ Jornal *Brasil de Fato*, edição especial – biodiversidade, março de 2006, p. 1.

De acordo com Roberto Malvezzi,⁷ existe uma oligarquia nacional e internacional que controla os recursos hídricos. São grupos e empresas que vivem do *hidronegócio*, isto é, monopolizam a exploração, a distribuição e a comercialização da água. Fazem desse bem público um negócio privado e lucrativo. Ao controlarem o precioso líquido, também acumulam poder, dado que cada vez mais a água é sinônimo de poder. Atualmente os maiores mercadores de água engarrafada são a Coca-Cola, a Nestlé, a Pepsi e a Danone.

Um diagnóstico sobre a situação da água de nossos rios mostra quadros de extrema degradação. Cerca de 70% dos rios que banham o território brasileiro estão poluídos e sem vida, uma vez que foram transformados em verdadeiros esgotos a céu aberto, onde se lançam resíduos, produtos tóxicos e objetos que obstruem o seu curso normal. Exemplos típicos dessa triste realidade podem ser encontrados nos Rios Tietê e Pinheiros, na cidade de São Paulo, desagudouros dos esgotos, lixos e detritos de toda ordem da zona metropolitana paulista, agravando o problema das inundações.

As más condições da água e do saneamento básico são a causa de muitas doenças e mortes. Vale registrar que somente no ano 2002 morreram, no mundo, cerca de 3,1 milhões de pessoas vítimas de doenças relacionadas à diarreia e à malária. “Noventa por cento dessas mortes foram de crianças com menos de cinco anos de idade.”⁸

Junto com isso temos ainda o problema da seca, fenômeno que assume proporções cada vez maiores em diversas regiões do país, gerando uma série de transtornos à população. Ela contribui de forma significativa para o crescimento da pobreza no campo e o aumento dos movimentos migratórios em direção às cidades. Estudos mostram que as estiagens frequentes e prolongadas estão diretamente vinculadas às alterações provocadas no ecossistema pela ação humana.

3.3. Combustíveis

⁷ Roberto Malvezzi (Gogó) trabalha com comunidades ribeirinhas do Vale do Rio São Francisco e faz parte da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Entrevista realizada em 11 de março de 2006, durante o 5º encontro nacional Fé e Política, em Vitória/ES.

⁸ Jornal *Brasil de Fato*, edição de 16 a 22 de março de 2006, p. 13.

Os combustíveis à base de carvão e petróleo estão entre os principais responsáveis pela poluição do ar e da atmosfera. Esse fenômeno pode ser verificado em toda parte e, de maneira mais intensa, nas cidades de maior porte. O dióxido de carbono, o metano e outros gases poluentes presentes nesses produtos aumentam o efeito estufa e alteram o clima, causando diversas complicações de saúde às pessoas.

Embora em abril de 2006 – segundo o governo federal – o Brasil tenha se tornado auto-suficiente na produção de petróleo, especialistas na área afirmam que as reservas desse produto, no mundo, estão se esgotando. Isso pode ser observado pela elevação do preço do barril de petróleo no mercado internacional. No Brasil, seguimos pagando os maiores preços pela sua utilização. Enquanto aqui o litro da gasolina é vendido a quase R\$ 3,00 (três reais), na Venezuela – que também tem autonomia na extração do petróleo – o consumidor paga apenas o correspondente a trinta centavos de real.

No início de 2006, aconteceu um processo de internacionalização do preço do álcool. No momento em que ganhou a utilidade de combustível, o álcool passou a ter o mesmo preço da gasolina. Com o *biodiesel*, corre-se o mesmo o risco, passando o seu preço a se igualar facilmente ao do *diesel*. A avaliação é do professor Dorival Gonçalves Júnior,⁹ mostrando que não adianta produzir combustíveis alternativos se eles são regulamentados pelo mesmo mercado dolarizado.

O *biodiesel*, ou biocombustível, ou combustível renovável, ou combustível de biomassa é uma espécie de combustível produzido a partir da mamona, girassol, soja, pinhão, amendoim, manso, gergelim, canola, nabo, linhaça, dendê e outras oleaginosas vegetais. Trata-se de uma alternativa em termos ambientais, por ser considerada uma energia “limpa”. Também se apresenta como uma grande oportunidade de trabalho e renda para a agricultura familiar.¹⁰

3.4. O “lixo” e a reciclagem

⁹ Dorival Gonçalves Júnior é professor da Universidade Federal do Mato Grosso. Trabalha no Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade desde 1981. Entrevista realizada durante o seminário interestadual “água e energia”, em Palmitos/SC, dia 21 de março de 2006.

¹⁰ Em janeiro de 2005, o governo brasileiro publicou uma lei obrigando a adição de no mínimo 2% de *biodiesel* ao óleo *diesel* convencional até 2008 e 5% até início de 2012.

Vivemos em um tempo profundamente orientado pela cultura do consumo. Em tal contexto, todos os dias, são produzidas e descartadas enormes quantidades de resíduos. Algumas empresas nacionais e transnacionais contribuem muito para isso. Dentre as principais que atuam na área de alimentos e bebidas estão: Nestlé, Archer Daniel Midlands, Altria, Pepsi, Unilever, Tyson Foods, Cargill, Coca-Cola, Mars e Danone. As dez maiores no ramo de produção e venda de agrotóxicos em escala mundial são: Bayer, Syngenta, Basf, Dow, Monsanto, DuPont, Koor, Sumitomo, Nufarm, Arysta.¹¹ Pela natureza de seus negócios, elas estão entre as maiores poluidoras.

A coleta seletiva de materiais recicláveis é uma prática ainda pouco desenvolvida em nosso país. Segundo a Associação Brasileira de Reciclagem de Materiais Plásticos (Plastivida), somente cerca de 5% dos mais de cinco mil municípios brasileiros contam com sistemas de coleta seletiva com alguma participação das respectivas prefeituras. Vale destacar também que, “no Brasil a reciclagem acontece de forma espontânea, diferentemente do que ocorre em países da Europa, onde a prática é impositiva, regulada por legislações consolidadas”.¹² E sendo espontânea, não consegue se firmar como uma cultura.

Em tempos de muita falta de emprego, por toda parte cresce o número de catadores/as de materiais recicláveis que trabalham em condições precárias para prover a própria subsistência e a de sua família. Os catadores, trabalhando de forma individual ou em cooperativas e associações, contribuem de maneira significativa com a reciclagem. Normalmente ficam, porém, com os menores benefícios desse processo.

A indústria da reciclagem no Brasil alimenta-se do trabalho informal, clandestino e ilegal dos catadores. Ela estimula um sistema de exploração de homens, mulheres e crianças. Organiza e estrutura, através das relações que mantém com os sucateiros e destes com os catadores, um mercado gigantesco, um verdadeiro exército de pessoas

¹¹ Cf. jornal *Brasil de Fato*, edição especial – biodiversidade, março de 2006, p. 1.

¹² Cf. www.plastivida.org.br

que andam pelas ruas e lixões em total desamparo legal e trabalhista.

Denunciando a dramática situação enfrentada por esta categoria de trabalhadores, um morador de rua de São Paulo assim se expressou: “Tiraram o nosso pão e nos jogaram no lixo. Do lixo aprendemos a tirar o nosso pão. Agora, querem tirar o nosso lixo”. Diante da realidade de exclusão social, deve-se considerar *inatacável* e *exclusivo* o direito de os catadores se apropriarem dos resíduos para geração de trabalho, renda e desenvolvimento. O Poder Público tem obrigação ética, política e legal de apoiar as organizações dos catadores que, felizmente, estão se multiplicando.

3.5. Desmatamento

Levantamentos feitos apontam que mais de 80% das florestas primárias do mundo já foram extintas. No Brasil, uma das regiões em que o processo de desmatamento prossegue a passos largos é a Amazônia, problema que começou com o projeto desenvolvimentista implantado na década de 70. Segundo Luiz Ceppi,¹³ este projeto estimulou as migrações em série a partir da propalada idéia de que a Amazônia era “uma terra sem homens para homens sem terra”.

Na contracorrente de uma prática agressiva e destrutiva da Amazônia nascia o primeiro núcleo de resistência ao desmatamento e às queimadas, liderado por Chico Mendes, ecologista que também participou da fundação do Conselho Nacional dos Seringueiros. Uma vez assassinado, houve uma visível expansão do movimento ecológico voltado para a preservação da mata, dos recursos naturais e dos costumes dos povos lá existentes.

A Amazônia é conhecida como o “pulmão do mundo”. A parte que pertence ao Brasil, numa extensão de cinco milhões de km², abrange os estados do Acre, Rondônia, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará, Tocantins, parte do Mato Grosso e do Maranhão. Isso corresponde a aproximadamente 57% do território nacional. Sua destruição provoca mudanças não só na região por ela compreendida, bem como em todo

¹³ Luiz Ceppi é padre e atua em Porto Velho/RO. É assessor da Comissão de Serviço à Caridade, Justiça e Paz do Regional Noroeste da CNBB.

o ecossistema mundial.

Segundo o relatório das Nações Unidas (ONU) apresentado durante a 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP 8), realizada entre 20 e 31 de março de 2006, em Curitiba/PR, o desmatamento é um dos graves problemas do planeta. “O mundo está perdendo seis milhões de hectares de floresta primária (virgem) a cada ano, desde 2000. A América Latina responde por dois terços dessa queda. De acordo com a pesquisa, apenas 10% das áreas de florestas permanecem intactas. Nove em cada dez hectares foram destruídos.”¹⁴

De acordo com estudos recentes efetuados pela Fundação S.O.S. Mata Atlântica, a cada quatro minutos é devastada, no Brasil, uma área do tamanho de um campo de futebol. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) alerta que, se não forem adotadas medidas eficazes, o aquecimento global e o acelerado processo de desmatamento poderão transformar de 30% a 60% da Floresta Amazônica em cerrado até o ano 2050. Isso provocará enorme impacto sobre a biodiversidade e o clima do planeta.

A Floresta Amazônica presente na Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Venezuela, Suriname, Guianas e Brasil representa um terço das florestas tropicais do mundo e abriga mais de 50% de sua biodiversidade. Por causa disso, a América Latina está sendo objeto da cobiça dos neoliberais e neocolonizadores através da ação insana de dezenas de empresas transnacionais, principalmente dos países do Norte.

O desmatamento gera a desertificação e as variações climáticas. “A desertificação afeta cerca de um sexto da população da terra, 70% de todas as terras secas – atingindo 3,6 bilhões de hectares –, e um quarto da área terrestre total do mundo. O resultado mais evidente da desertificação, em acréscimo à pobreza generalizada, é a degradação de 3,3 bilhões de hectares de pastagens, constituindo 73% da área total dessas terras, caracterizadas por baixo potencial de sustento para homens e animais. Constata-se o declínio da fertilidade do solo e da estrutura do solo em cerca de 47% das terras secas, que constituem

¹⁴ Jornal *Correio Riograndense*, 12 de abril de 2006, p. 4.

terras marginais de cultivo irrigadas pelas chuvas e a degradação de terras de cultivo irrigadas artificialmente, atingindo 30% das áreas de terras secas com alta densidade populacional e elevado potencial agrícola”.¹⁵

3.6. “Deserto verde”

Deserto verde é uma caracterização feita por movimentos populares em relação às monoculturas de plantas exóticas, sobretudo do eucalipto, pinus e acácia negra. São espécies que vêm sendo cultivadas em larga escala em várias regiões do país, destinadas especialmente à produção de papel e celulose. A expressão, *deserto verde*, carrega em si a força da denúncia a este tipo de cultivo, em face da agressão ambiental que o mesmo representa.

Os defensores do cultivo dessas monoculturas alegam rentabilidade econômica, desenvolvimento social e prática de “reflorestamento”. Contudo, reflorestar significa plantar espécies nativas, o que não é o caso. O investimento em árvores exóticas cresce de forma assustadora. Em abril de 2006, o Brasil possuía 4,8 milhões de hectares cobertos de pinus, eucalipto e acácia-negra.¹⁶

O eucalipto extrai grande quantidade de água, podendo esgotar nascentes, poços e banhados; baixar o nível do lençol freático, diminuir a água dos pequenos córregos e riachos etc. Outro impacto causado pela monocultura do eucalipto é a redução da biodiversidade da flora e da fauna, bem como o empobrecimento da fertilidade dos solos. O plantio de espécies exóticas “gera apenas um emprego a cada 185 hectares plantados, enquanto a agricultura camponesa gera um emprego por hectare”.¹⁷ Significa dizer que essa modalidade de produção provoca êxodo rural, dificulta a realização da reforma agrária, concentra terra, capital e renda.

A Aracruz Celulose¹⁸ é a empresa que, neste setor de atuação, mais

¹⁵ Cf. Agenda 21 Global: www.crescentefertil.org.br/agenda 21

¹⁶ Jornal *Correio do Povo*, 06 de abril de 2006.

¹⁷ Jornal *Brasil de Fato*, edição de 16 a 22 de março de 2006, p. 3.

¹⁸ A Aracruz Celulose é uma transnacional controlada por quatro acionistas: Grupo Lorens (28%), Banco Safra (28%), Votorantin (28%) e BNDES (12,5%). Além da Aracruz, outras duas

recebeu dinheiro público nos últimos três anos, no Brasil. Em 2005, obteve um lucro líquido de R\$ 1,2 bilhão. Suas más ações vão desde assassinato de índios e quilombolas, passando pela expropriação de terras indígenas até a desertificação “produtiva” que solapa a natureza para gerar lucros para uns poucos. Entre outros feitos, em 20 de janeiro de 2006, a empresa mobilizou helicópteros, bombas, armas, tratores e 120 agentes da Polícia Federal para destruir duas aldeias e expulsar 50 indígenas Tupiniquim e Guarani de sua terra tradicional, no município de Aracruz/ES.

Descontentes com a atuação da empresa, alguns movimentos populares resolveram se manifestar. Uma reação de impacto foi registrada no Dia Internacional da Mulher (8 de março de 2006), quando mais de mil mulheres integrantes dos movimentos da Via Campesina destruíram um milhão de mudas de eucalipto no Horto Florestal Barba Negra, em Barra do Ribeiro/RS, e danificaram um centro de pesquisas da Aracruz Celulose. A ação das mulheres foi defendida pelos movimentos populares como um protesto diante dos crimes ambientais e sociais provocados pela empresa.

Alguns interpretaram o episódio como um ato de desobediência civil, ou seja, um gesto extremo de enfrentamento popular à ação indiscriminada da empresa. Porém, a grande mídia – como geralmente faz – procurou criminalizar a ação, caracterizando-a como vandalismo, arruaça e atentado à democracia. Para tentar conter o avanço das monoculturas exóticas e os efeitos nefastos que elas causam ao meio ambiente e às populações atingidas, mais de cem entidades dos movimentos populares de vários estados do Brasil criaram a *Rede Alerta Contra o Deserto Verde*.

De acordo com Dauri Correia da Silva,¹⁹ a Rede Alerta Contra o Deserto Verde atua como uma espécie de fórum permanente. Ela é constituída por sindicatos dos trabalhadores, organizações não governamentais de preservação ambiental, pelo MST e outros movimentos

empresas monopolizam o plantio, industrialização e comercialização de celulose. São elas: Votorantin e Estora Enso.

¹⁹ Dauri Correia da Silva é educador ambiental. Entrevista realizada em 13 de maio de 2006, em Cariacica/ES.

populares. Também conta com a participação das Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional.

3.7. Povos indígenas

Desde o início da colonização brasileira, os povos indígenas sofrem ameaças à sua cultura e à sua integridade, chegando, em várias situações, a serem vítimas da barbárie. Em 1850, com a Lei de Terras, determinou-se que seriam demarcadas todas as terras indígenas do tamanho que possibilitasse aos índios viverem do seu jeito, nas áreas a eles destinadas. Porém, “isso não aconteceu e cada vez mais as nossas terras foram ficando reduzidas”, explica o cacique Augusto Ope da Silva.²⁰

Em alguns lugares, governos chegaram a implantar seus projetos de reforma agrária em terras indígenas. “Nós não somos contra a reforma agrária, mas o governo não podia ter feito a reforma em cima das nossas terras. Hoje, sofrem os pequenos agricultores e as comunidades indígenas”, analisa Augusto. Outra questão que os preocupa é o projeto governamental que pretende implantar as Colônias Indígenas. Com as Colônias, os índios passariam a ter que comprar suas propriedades e pagar o tradicional imposto da terra, perdendo o direito de demarcação de suas áreas.

Na história do Brasil, nenhuma Constituição Federal anterior à de 1988 garantia direitos aos povos indígenas. A última, porém, garante alguns direitos. Isso foi possível graças a muita luta dos 215 povos sobreviventes, juntamente com outros movimentos populares. Em 1988, os povos indígenas se mobilizaram e ocuparam o Congresso Nacional, reivindicando que os Constituintes inserissem na Constituição Federal alguns pontos importantes como: direito à demarcação da terra, saúde, organização, educação e agricultura diferenciada (ver artigos 231 e 232).

Em vista de preservar os direitos já conquistados e lutar pela obtenção de outros, os povos indígenas procuram fortalecer suas organiza-

²⁰ O índio Kaingang Augusto Ope da Silva é cacique da aldeia Rio dos Índios, no município de Vicente Dutra/RS, e atua no Movimento de Resistência Indígena (MRI). Entrevista realizada em 22 de março de 2006.

ções, articulando-se com diversos movimentos populares. Exemplo de uma significativa conquista obtida por esses movimentos foi a homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, em abril de 2005. Este foi considerado o mais importante acontecimento do ano para a causa indígena no Brasil, por coroar trinta anos de luta.

3.8. Sementes e biossegurança

Dentro das questões ambientais que preocupam os movimentos populares estão também as das sementes *transgênicas* e do *terminador*. De acordo com Silvia Ribeiro,²¹ os transgênicos estão no mercado há dez anos. Os primeiros a cultivarem foram os Estados Unidos, seguidos pela Argentina e Canadá. Hoje existem 17 países no mundo com plantação comercial de transgênicos. Os produtos mais cultivados são: soja, milho, canola e algodão. Estão em fase de experiência a batata, o mamão papaia, o feijão, a mandioca e outros.

Os transgênicos geram dependência comercial, uma vez que resistem somente a herbicidas fabricados pela companhia que produz a respectiva semente. Poucas empresas detêm o monopólio das sementes transgênicas no mundo, sendo que a majoritária é a Monsanto com quase 90% do total. Várias empresas estão produzindo sementes apenas com o objetivo de comercializar seus próprios venenos.

Segundo Silvia Ribeiro, os transgênicos, ao contrário do que se alardeou, não são mais nutritivos e saborosos, nem são bons para a saúde. Já existem estudos comprovando que a soja transgênica possui muito fitoestrogênio, o que causa baixa na fertilidade masculina. Ainda não há pesquisas conclusivas sobre outros possíveis efeitos nocivos à saúde humana. Em alguns lugares, estão sendo feitas campanhas para mostrar quais as empresas que industrializam e vendem produtos transgênicos.

A Via Campesina vem denunciando a comercialização e o plantio das sementes chamadas *terminador*. Trata-se de sementes estéreis que só germinam uma vez. Atualmente, Estados Unidos, Canadá, Nova

²¹ Silvia Ribeiro é pesquisadora do Grupo de Ação sobre Erosão, Tecnologia e Concentração (ETC), no México. Entrevista publicada no *Jornal Brasil de Fato*, edição de 13 a 19 de abril de 2006, p. 8.

Zelândia e Austrália defendem a sua liberação. Esse modelo de agrogócio não prioriza a qualidade alimentar, nem visa a preservação ambiental e a geração de trabalho. Tem como objetivo primeiro a geração de mercadorias para obtenção de lucros.

Dos dias 13 a 17 de março de 2006, aconteceu em Curitiba/PR a 3ª reunião das partes do Protocolo de Cartagena sobre biossegurança (a MOP3). De um lado, organizações não governamentais e movimentos sociais defenderam o uso da palavra “contém” para identificar a existência de organismos vivos modificados (OVMS), seguida de informações para evitar a contaminação nos países importadores. Contudo, as grandes empresas saíram vitoriosas da 3ª reunião, conseguindo emplacar um acordo fraco sobre a identificação de cargas de produtos transgênicos.

Além dos transgênicos, também causa preocupação a *nanotecnologia*, que é um conjunto de novas tecnologias capazes de manipular átomos, moléculas e partículas subatômicas, visando criar novos produtos. Essas tecnologias atômicas possibilitam controlar e modificar matérias vivas e inertes, o que irá interferir diretamente em nossa maneira de viver, de trabalhar, de nos alimentar etc. O tipo de ameaças que essas alterações causam para a biossegurança e para a integridade da vida no planeta ainda é uma incógnita.

3.9. *Violência no campo*

No enfrentamento à perversa estrutura fundiária brasileira com todas as suas variantes, surgem freqüentes focos de conflito, resultando em violência de diferentes níveis. Isso se verifica, sobretudo, na luta pela consolidação da reforma agrária e na defesa de outros direitos dos trabalhadores. Também são incontáveis os casos de violência originados em função da defesa do meio ambiente por parte de grupos, organizações e movimentos populares.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) tem acompanhado muito de perto esses acontecimentos e vem fazendo sistemáticas denúncias das várias formas de violência praticadas contra integrantes de movimentos populares. Na maioria das vezes é o próprio Estado, por meio da Brigada Militar ou do Exército, quem age com violência. Mas, não se

deve esquecer a mão violenta e assassina que se levanta do meio de tantos latifúndios espalhados pelo país.

As perseguições são feitas a pessoas, grupos e movimentos que ousam questionar e erguer a voz contra a “ordem” imposta pelo grande capital. Conforme a CPT – organismo que divulga dados sobre a violência no campo –, o modelo de expansão do agronegócio é apontado como a principal causa dos aproximadamente 40 camponeses assassinados por ano no Brasil.

O relatório sobre os conflitos do campo, lançado pela CPT em abril de 2006, afirma que a violência vem crescendo nos últimos anos. Em 2003, foram 1.690 conflitos; em 2004, 1.801; em 2005, 1.881. Estão incluídas aí ações de resistência e enfrentamento, envolvendo a luta pela terra, pela água, pelos meios de trabalho e produção e pelos direitos humanos em geral.

Desses conflitos, em 2003, resultaram 73 assassinatos; em 2004, foram 39 e em 2005 somaram 38 mortos. Entre os casos mais recentes está o bárbaro assassinato da Ir. Dorothy Stang, cometido em fevereiro de 2005, em Anapu (Pará). No final do ano, o ambientalista Francisco Anselmo de Barros (o Francelmo) ateou fogo ao próprio corpo em sinal de protesto diante do projeto de construção de diversas usinas de álcool em volta do Pantanal, o que afetaria seriamente o bioma daquela região.

Pelo país afora também é grave o problema de utilização de trabalho escravo, especialmente ligado ao corte de cana-de-açúcar e às carvoarias. De acordo com dados da CPT, o Pará é o estado recordista em uso de mão-de-obra escrava. Basta lembrar que de 1997 a 2005 foram libertados 13.511 trabalhadores do cativeiro. Por outro lado, isso também revela a ação destemida de movimentos populares, centros de defesa de direitos humanos e organizações não governamentais no enfrentamento a esta realidade.

QUESTÕES PARA OS GRUPOS:

1. Que movimentos populares existem na sua região?
2. Qual o envolvimento desses movimentos nas questões socio-

ambientais e qual a importância de sua atuação?

4. Desafios e alternativas

“Os inconformistas quase nunca têm razão nos precisos termos em que se manifestam. Mas, quase sempre têm razão na identificação do problema que os inconforma e no sentido geral da solução que eventualmente lhe será dada.”

(Boaventura de Sousa Santos)

O aquecimento global, o preço dos combustíveis, da energia, da água, do telefone; a poluição do ar, do solo, do subsolo; as modificações genéticas das sementes, dos animais e das pessoas e tantas outras questões se constituem em grandes desafios para toda a sociedade. Diante desses e de outros problemas, os movimentos populares vêm procurando alternativas e tentando construir uma outra ordem social, econômica e ambiental. Vejamos algumas iniciativas nesse sentido.

4.1. *Resgate de sementes crioulas*

Os pequenos agricultores estão sofrendo um processo acentuado de empobrecimento em face do elevado custo dos insumos agrícolas, dos baixos preços dos produtos e outros fatores conjugados. Nessa conjuntura e ante o problema da utilização de sementes geneticamente modificadas, em alguns locais está se investindo na agroecologia com base em sementes crioulas.²² A agroecologia é uma forma de produzir alimentos saudáveis e naturais, sem a utilização de agrotóxicos e adubos químicos, reduzindo os impactos ambientais. Está baseada na pequena propriedade familiar e na fixação do trabalhador no campo.

O cultivo de sementes crioulas permite que os agricultores se desvinculem da dependência direta das empresas multinacionais. Neste sentido, há várias experiências interessantes com bancos de sementes

²² Durante a 29ª Romaria da Terra do Rio Grande do Sul, a Comissão Pastoral da Terra e a Cáritas lançaram o livro *Conhecendo e Resgatando Sementes Crioulas*. Porto Alegre: Evangraf, 2006.

nas comunidades, grupos de produção, troca-troca e comercialização entre os camponeses, fortalecendo a agricultura familiar. As sementes crioulas representam um passo importante em vista da construção de um modelo de desenvolvimento ético e sustentável.

4.2. Cooperativismo rural e produção da subsistência

Uma alternativa interessante e viável para os pequenos agricultores é a organização em cooperativas, grupos e associações para a aquisição de insumos, atividades de produção, industrialização, comercialização e outros empreendimentos. Como se afirma popularmente, “a união que faz a força”. E o sistema cooperativista e comunitário ainda é a melhor forma para enfrentar os graves problemas presentes na agricultura familiar.

Outro aspecto importante na atividade agrícola é a diversificação da produção. Quem trabalha na terra não pode ficar na dependência de comprar os alimentos básicos em supermercado. A produção da própria subsistência representa uma diminuição do custo de vida e a possibilidade de consumir produtos mais saudáveis. Na verdade, a monocultura “mata” o pequeno agricultor.

4.3. Reforma agrária

A concentração de terras em nosso país é um problema histórico, responsável pela pobreza e violência no campo. A lentidão no processo da reforma agrária faz o quadro se agravar sempre mais. Os movimentos populares acreditam que essa situação só pode ser enfrentada e devidamente resolvida por meio de uma reforma agrária redistributiva, que atinja o latifúndio. Reforma efetiva e urgente, acompanhada de uma séria política agrícola que garanta condições de trabalho na agricultura e preços justos para os trabalhadores.

Os movimentos populares propõem um outro modelo de organização da vida no campo, onde as prioridades estejam reorientadas para a reforma agrária, a agroecologia, a segurança alimentar, a defesa das florestas, dos cerrados, da biodiversidade e a promoção da vida dos povos. Somente um novo modelo de desenvolvimento pode garantir a diminuição das desigualdades sociais no campo e seus efeitos cola-

terais nos centros urbanos.

Alinhado a esta idéia, o MST está desenvolvendo algumas experiências daquilo que vem chamando Comuna da Terra. Consiste em assentamentos próximos a grandes centros urbanos, constituídos por lotes de terra com cerca de dois hectares por família, com parte da produção coletivizada. Trata-se de uma forma de re-socialização dos camponeses em áreas rurais.

4.4. Revitalização de rios e construção de cisternas

A seca é uma questão que preocupa todas as regiões do país. No semi-árido nordestino, ela vem de longa data. Diante de tal realidade, alguns defendem o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco como maneira de resolver o problema. O conjunto dos movimentos populares, no entanto, entende que o melhor a ser feito é revitalizar o rio.

A luta pela preservação do Rio São Francisco é simbólica. Em função disso, no segundo semestre de 2005, num gesto profético, dom Luiz Flávio Cappio irrompeu em uma greve de fome em defesa da revitalização do “Velho Chico”. E afirmou categoricamente: “Quando a razão se extingue, a loucura é o caminho”.

Além de apoiar a revitalização de rios do Nordeste ou de qualquer outra região, os movimentos e organizações populares, Cáritas e Pastorais Sociais continuam investindo na construção de cisternas. A captação de água da chuva através das cisternas é um projeto revolucionário que vem sendo implantado no semi-árido há mais de 20 anos e há seis anos se tornou um programa oficial do governo.

As cisternas, juntamente com as pequenas barragens e a recuperação de poços, constituem soluções baratas e muito eficientes para enfrentar a seca e conviver com o semi-árido. Com as freqüentes e prolongadas estiagens em diversas regiões do país, as cisternas começam a ser construídas também nos estados do Sul e até no Pantanal, junto a assentamentos da reforma agrária, uma vez que lá a água de superfície não é boa para consumo humano.

4.5. Mobilizações públicas

As manifestações públicas são mecanismos importantes, fundamentais e indispensáveis nas mãos dos movimentos populares em vista da conquista de suas justas e legítimas reivindicações. Integrantes da Via Campesina costumam afirmar que, uma vez organizados e mobilizados, os pequenos agricultores se tornam “gigantes”. Numa de suas canções dizem: “Não adianta inventar outros caminhos, porque jamais irão conseguir nos convencer. Capitalismo nunca foi de quem trabalha; nossos direitos só a luta faz valer” (Zé Pinto/ BA).

Após destruir as mudas de eucalipto e o escritório da Aracruz, no Rio Grande do Sul, a Via Campesina divulgou um manifesto onde afirma: “Para nós, camponesas e camponeses, a terra deve cumprir função social e não comercial, deve alimentar a vida e não os lucros. Defendemos a agricultura camponesa que produz comida preservando a biodiversidade, respeitando a pluralidade cultural das populações e gerando trabalho, renda e dignidade para muita gente”.

Mais adiante, o documento diz: “Estamos nas ruas porque acreditamos que as verdadeiras mudanças nas sociedades são feitas pelo povo organizado. E acreditamos ser possível a construção de uma nova globalização, alicerçada na solidariedade entre os povos, no respeito entre as diversidades étnicas, religiosas, culturais, na igualdade de gênero, na cooperação para a preservação das riquezas naturais e na produção destinada a atender as necessidades das pessoas e não do capital”.

Muitas são as causas que levam os movimentos populares a tomarem ruas e avenidas, praças e prédios, rodovias e latifúndios. Manifestações que vão desde a luta pela redução da tarifa da energia elétrica até a exigência de reforma agrária, passando pela reivindicação por preços justos dos produtos agrícolas, defesa da floresta, da água, da paz e dos direitos humanos em geral.

4.6. *Energias alternativas*

O Brasil tem um potencial muito grande de produção de energia solar, eólica e de biomassas. São energias mais limpas (ditas também “positivas”), renováveis e sem elevados custos de produção. Contudo, não basta alterar a fonte energética, se o monopólio de geração e

distribuição continua com as grandes empresas. Movimentos sociais começam a discutir essas questões, atentos à necessidade de que o povo precisa ter o domínio da cadeia produtiva das energias alternativas a fim de que elas sejam alternativas no seu modelo e também no seu custo.

Em Santa Catarina, o Movimento Sem Terra já possui uma experiência com aproveitamento de dejetos de suínos para produção de biogás, que é utilizado em fogões e aquecedores de chuveiros de famílias do assentamento Tiarajú. Álvaro Santin,²³ líder do MST naquele estado, relata que o movimento está implantando um projeto de micro-barragem, com aproveitamento da água para irrigação e produção de energia, praticamente sem alterações ambientais.

4.7. Biocombustível

Estudos revelam que o Brasil pode se tornar o maior produtor de biocombustível do mundo. Os movimentos populares estão se mostrando interessados no assunto, organizando-se em cooperativas para se habilitarem a essa atividade produtiva. É o caso das cooperativas, Cooperbio e Biopampa, constituídas de pequenos agricultores e assentados da reforma agrária no Rio Grande do Sul, que já começam a produzir *biodiesel*. Há previsão de gerar mais de 180 milhões de litros por ano, garantindo cerca de 50 mil empregos.

Diante da alternativa do biocombustível, algumas empresas privadas – dentre as quais, algumas multinacionais – já se apresentam como interessadas no negócio. Pretendem fabricar *biodiesel* dentro do velho esquema de exploração dos pequenos agricultores, transformando-os em simples produtores de matéria prima. Nessa lógica, as empresas é que acabam faturando os maiores lucros. O projeto defendido pelos movimentos populares visa, porém, o envolvimento do pequeno e médio camponês no controle do máximo possível do processo produtivo, podendo ele mesmo ser consumidor de seu próprio combustível.

²³ Entrevista realizada em 22 de março de 2006, em Palmitos/SC, durante o seminário interestadual “água e energia”.

4.8. Água como direito humano

O aquífero Guarani, grande reserva de água subterrânea, é uma de nossas maiores riquezas. Seu lençol estende-se pelo território de nove estados brasileiros, além de parte do Paraguai e da Argentina. A persistir o uso inadequado e abusivo de água, com o cultivo intensivo de monoculturas de plantas exóticas, essa fonte será exaurida em curto prazo de tempo. A economia desse líquido precioso deve ser um compromisso de todos.

A luta para garantir que a água seja tratada como direito humano é fundamental e estratégica. Se for assegurada como um direito humano, o estado passa a ser obrigado a fornecê-la a quem não pode pagá-la. Na verdade, isso não interessa aos governos, nem às empresas privadas que querem preservar o direito de vender esse “produto”.

Portanto, temos somente dois caminhos: defender a água como um bem público e um direito humano ou continuar permitindo que ela se torne mais e mais um bem privado, uma mercadoria. Na ótica do hidronegócio, a água se torna um poder na mão das grandes empresas que querem controlar os recursos naturais e a vida no planeta.

4.9. Preservação da mata

Diversas ONGs e movimentos populares estão empenhados na preservação das matas nativas. Também algumas fundações, como é o caso da Fundação S.O.S. Mata Atlântica,²⁴ do Greenpeace, além de outras, têm se destacado nessa luta. Segundo Fabrizio G. Violini,²⁵ a Fundação S.O.S. Mata Atlântica leva informações por meio da mídia e procura estimular a população a preservar a mata. Desenvolve ações de mobilização social em vista de aprovar e incrementar políticas públicas; realiza atividades educativas; efetua denúncias de agressão ao meio ambiente; desenvolve e acompanha projetos de manejo sustentável.

²⁴ A Mata Atlântica se prolonga por toda a costa brasileira, do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte, abrangendo cerca de três mil municípios. Existem situações em que ela avança para o interior. É um conjunto de ecossistemas, incluindo o manguezal, a restinga, as matas de encosta da serra, as matas do interior e a floresta dos pinheirais.

²⁵ Fabrizio G. Violini é coordenador de educação ambiental da Fundação S.O.S. Mata Atlântica, em São Paulo. Entrevista realizada em 07 de março 2006.

A Fundação também trabalha com Comitês de Bacia Hidrográfica, monitora a qualidade da água, promove mutirões de limpeza e realiza oficinas de educação ambiental, incentiva o reflorestamento por meio dos projetos “click árvore” e “floresta do futuro”. O “click árvore” é um programa de reflorestamento pela internet com espécies nativas da Mata Atlântica. Cada *click* corresponde ao plantio de uma árvore, custeado por empresas patrocinadoras. Todos podem participar e é inteiramente gratuito.²⁶ O projeto “floresta do futuro” visa recuperar a Mata Atlântica em áreas de preservação permanente. Outro trabalho importante é feito com as Reservas Particulares do Patrimônio Nacional (RPPNs).

O Greenpeace é uma ONG surgida em 1971. Está presente em 42 países e envolve direta ou indiretamente cerca de três milhões de pessoas espalhadas por todo o mundo, as quais contribuem com a proteção da biodiversidade, o cuidado do meio ambiente e a promoção da paz. A organização vem desenvolvendo importantes campanhas ligadas à questão dos transgênicos, preservação da Amazônia, clima e energia. A *campanha do clima* monitora os impactos das mudanças climáticas no Brasil e no mundo e verifica as áreas mais vulneráveis, afirma Guilherme Leonardi.²⁷

4.10. *Biomias e Reservas da Biosfera*

Em outubro de 2005, movimentos populares, igrejas, pastorais sociais, redes e organizações diversas realizaram, em Brasília, a *Assembleia Popular Mutirão por um Novo Brasil*. O evento fez parte das atividades da 4ª Semana Social Brasileira, reunindo mais de oito mil pessoas de todas as regiões do país. Na assembleia foi defendida a importância de se construírem caminhos de desenvolvimento social e cultural que respeitem os diversos biomas.

“Bioma é um conjunto organizado de todas as formas de vida. A palavra vem de ‘bios’, que em grego quer dizer ‘vida’. Quando falamos em bioma estamos falando de um conjunto de vida humana, vegetal

²⁶ Mais informações sobre o projeto podem ser obtidas pelo site: www.clickarvore.com.br.

²⁷ Guilherme Leonardi é coordenador da Campanha de Energia no Greenpeace-Brasil. Entrevista realizada dia 15 de março de 2006 em São Paulo.

e animal que cobre determinada região de forma contínua, em condições geoclimáticas parecidas, o que acaba formando uma diversidade biológica muito própria.”²⁸

O território brasileiro é constituído por seis grandes biomas: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal. Dentro desses biomas, porém, existem diversos ecossistemas, com elementos bem específicos. Em linhas gerais, cada bioma caracteriza-se por uma identidade social, econômica e cultural própria a ser preservada.

O título de *Reserva da Biosfera* é dado a áreas consideradas de relevante valor ambiental e humano. Existem hoje no mundo cerca de 360 Reservas da Biosfera. A UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) declarou, no dia 9 de junho de 1994, a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo parte integrante da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. No Brasil, existem outras duas Reservas da Biosfera declaradas (Mata Atlântica e Cerrado) e outras em formação.

A campanha para o reconhecimento da Reserva da Biosfera do Cinturão de São Paulo foi um dos mais expressivos movimentos civis da cidade. A população se mobilizou, reagindo às ameaças ao patrimônio natural na época em que se discutia o projeto da construção da Via Perimetral Metropolitana, hoje denominada “Rodoanel”. Foram arrecadadas 150 mil assinaturas, apoiando o pedido de que a área fosse reconhecida internacionalmente.

A Reserva da Biosfera do Cinturão Verde visa preservar toda uma região que sofre o impacto da segunda maior metrópole do mundo. Contribui para a proteção e recuperação dos mecanismos vitais da própria metrópole e para a qualidade de vida de seus habitantes. Entretanto, o aparecimento de loteamentos clandestinos e o depósito de lixo de forma irregular constituem desafios a serem enfrentados para preservar a integridade da Reserva da Biosfera. Uma série de polêmicas e reações da sociedade civil organizada ressurgiu agora com o projeto de conclusão do trecho do Rodoanel, que atinge de modo direto a área.

²⁸ Rede Jubileu Sul Brasil, 2006:55-56.

4.11. *Erradicação dos lixões*

Um plano sistemático de erradicação do trabalho infantil nos lixões foi iniciado em 1994, quando foi divulgada a dramática situação de crianças trabalhando no lixão de Olinda. A notícia se espalhou pelo país e pelo mundo, diante do que a Unicef resolveu criar um programa específico para combater esse problema.

Por causa do aumento da produção de resíduos, do descarte irresponsável do “lixo”, ocasionando sérios problemas ambientais e sociais, surgiram, nos últimos tempos, muitas organizações. Entre elas, o Fórum Lixo e Cidadania, que se articula em nível nacional, atingindo 22 estados e uma série de municípios.

Esses fóruns envolvem entidades, pessoas físicas e o próprio Poder Público. Entre seus objetivos estão: 1) Erradicação do trabalho infantil e juvenil no lixo; 2) Extinção dos lixões – o lixão é uma solução ambientalmente condenável; 3) Gestão compartilhada dos resíduos; 4) Melhoria das condições de trabalho dos catadores. Não se soluciona o problema do lixo só com dinheiro e tecnologia. Tem de haver o envolvimento de toda a sociedade.

4.12. *Organização dos catadores*

Os catadores de materiais recicláveis são uma categoria de trabalhadores muitas vezes discriminados e rejeitados pela sociedade capitalista. Sua atividade, no entanto, os coloca no centro da questão sócio-ambiental urbana. Há mais tempo, um crescente número de homens e mulheres desempregados ou subempregados procura garantir sua sobrevivência e de sua família através da coleta de materiais recicláveis nos lixões ou pelas ruas das cidades.

Mais recentemente, os catadores estão se organizando em grupos, associações e cooperativas, tendo também constituído o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). O MNCR está entre os movimentos populares urbanos mais significativos surgidos, no Brasil, nos últimos anos. É, portanto, uma categoria nova, mas que está crescendo muito na busca de seus direitos.

A coleta seletiva é o primeiro passo para a reciclagem e para a

solução do problema do lixo urbano. De acordo com Ana Lúcia Brasil,²⁹ para fazer coleta seletiva, é preciso começar dentro de casa. Da mesma forma que as prefeituras pagam para empresas recolherem e enterrarem o lixo, deveriam pagar para cooperativas e associações de catadores pelo serviço público que prestam. Por sua vez, as cooperativas e associações precisam estar preparadas para fazer um trabalho eficiente, entende Ana Lúcia.

Entre outros benefícios, a reciclagem diminui a exploração de recursos naturais e o consumo de energia; melhora a limpeza da cidade e a qualidade de vida da população; evita a proliferação de insetos e roedores responsáveis pela transmissão de várias doenças; ajuda também a diminuir a poluição do solo, do subsolo, da água e do ar; gera trabalho e renda; prolonga a vida útil dos aterros sanitários e possibilita a produção de composto orgânico.

O trabalho cooperativo envolvendo catadores/as de materiais recicláveis articula questões de ordem *ambiental, social e econômica*. Segundo Elisabeth Grimberg,³⁰ a coleta seletiva com a inclusão dos catadores é viável e mais econômica do que se fosse através das grandes empreiteiras. “O desafio é construir alternativas por meio da organização autônoma e cooperativista dos catadores, garantindo investimento público para equipamentos e capacitação”, afirma ela.

Na carta do Congresso Latino-Americano de catadores, realizado em Caxias do Sul/RS, de 20 a 23 de janeiro de 2003, que teve a participação de cerca de 800 pessoas do Brasil, Uruguai e Argentina, esses trabalhadores escreveram: “Coletando e reciclando materiais descartados, somos agentes ambientais e contribuímos com a limpeza das cidades. A organização de associações e cooperativas criou a possibilidade de trabalho e renda para os setores mais excluídos da sociedade. O trabalho e as organizações dos catadores são uma luz que aponta na direção de um novo modelo de desenvolvimento para nos-

²⁹ Ana Lúcia Brasil é diretora da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental de São Paulo (ABES/SP), entidade que faz a secretaria executiva do Fórum Estadual Lixo e Cidadania. Entrevista realizada em 09 de março de 2006, em São Paulo.

³⁰ Elisabeth Grimberg é integrante da coordenação do Fórum Nacional Lixo e Cidadania. Entrevista realizada dia 18 de março de 2005 em São Paulo.

sas cidades e para nossos povos. Nossa experiência mostra que todas as pessoas podem ser muito mais felizes e saudáveis. Basta dar valor a tudo e reciclar tudo o que for possível, reciclando a própria vida”.

Dos dias 23 a 25 de janeiro de 2005, em São Leopoldo/RS, foi realizado o II Congresso Latino-Americano de Catadores/as de Materiais Recicláveis com o tema: “*Não há fronteiras para os que exploram; não deverá haver para os que lutam*”. Na oficina de *Implantação de Fóruns Municipais Lixo e Cidadania*, realizada durante o V Fórum Social Mundial, em Porto Alegre/RS, no dia 30 de janeiro de 2005, catadores, técnicos e apoiadores discutiram e propuseram ações para um adequado gerenciamento de resíduos sólidos, integrando os diferentes atores sociais.

Atualmente, as principais reivindicações do Movimento Nacional dos Catadores são:

- 1) *Direito à remuneração* – pelo serviço público que prestam;
- 2) *Direito ao trabalho digno* – condições de trabalho (galpão, prensa, balança, empilhadeira);
- 3) *Avanço na cadeia da triagem* – na linha do pré-beneficiamento;
- 4) *Linhas de crédito* para investimento;
- 5) *Capacitação* técnica, política, gerencial, para o cooperativismo;
- 6) *Luta por outros direitos* – moradia, educação, saúde, reconhecimento.

A grande novidade presente em organizações de catadores é a tentativa de articulação dos *princípios do cooperativismo* com os valores éticos da *regeneração* e do *cuidado com o meio ambiente*. Ao realizarem o trabalho da reciclagem, os catadores/as conjugam, de modo particularmente distinto, elementos alternativos à forma de produção capitalista e ao padrão consumista, depredador e insustentável.

Considerações finais

Os movimentos populares são vias importantes para exercitar a democracia participativa e direta. Tanto no meio rural quanto no meio urbano eles cumprem com o papel de organizar e mobilizar o povo em face dos mais diferentes direitos. Com sua atuação, questionam o processo de exploração capitalista e se articulam pela constituição

de uma nova ordem socioambiental.

Na lógica do capitalismo neoliberal, todos os bens naturais e os bens produzidos são vistos como mercadoria, como se fossem um cacho de bananas. A propósito, os movimentos populares de um modo geral empenham-se pela descolonização da mente e das estruturas. Lutam contra o processo de privatização e de globalização individualistas. Buscam uma globalização integradora, marcada pela justiça social e pela preservação da integridade da criação.

Um dos desafios centrais que os movimentos e a sociedade, como um todo, têm diante da atual crise ambiental é o desafio ético. É essencial que nós nos sintamos pertencendo a uma *rede de vida*, dentro de uma *casa comum*. Daí a necessidade do consumo responsável, da economia dos recursos naturais, da cooperação e da solidariedade.

Em nível nacional, um dos maiores desafios é o de conciliar o desenvolvimento sustentável e duradouro, assegurando qualidade de vida para todos e uso racional dos recursos naturais. A Agenda 21 Global, com seus desdobramentos locais, nacionais e mundiais, constitui um programa e compromisso fundamental e inadiável para a sociedade, em vista de um desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável.

Outro ponto indissociável da ação dos movimentos é sua luta permanente pela definição e implantação de políticas públicas que respondam às reais necessidades dos trabalhadores e garantam a preservação do meio ambiente. Precisamos passar de um modelo de sociedade consumista e individualista, que sacrifica os ecossistemas, penaliza as pessoas e destrói a sociobiodiversidade, para uma sociedade de sustentação de toda a cadeia da vida.

Dentro do contexto de uma sociedade em profunda crise de valores e de paradigmas, os próprios movimentos populares necessitam repensar a sua atuação e suas estratégias. Por isso, é fundamental um permanente processo de capacitação crítica do povo. Mais e mais, os movimentos estão reconhecendo também quanto é essencial investir na comunicação popular e alternativa e melhorar a articulação com a sociedade.

Em síntese, é imprescindível preservar a diversidade biológica e

cultural de nossos ecossistemas; opor-se resolutamente ao plantio extensivo de espécies exóticas e transgênicos; combater as sementes *terminador*, incentivar o resgate e uso de sementes crioulas e nativas; preservar a biodiversidade etc. Precisamos superar a *cultura da coisificação* do meio ambiente e construir uma nova civilização capaz de garantir a vida e a integridade da criação!

QUESTÕES PARA OS GRUPOS:

1. Diante da poluição, da devastação de florestas, da violência generalizada, fome, corrupção e tantos outros problemas, qual o nosso compromisso?
2. O que podemos e devemos fazer a curto, médio e longo prazo?

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Maria de Fátima. *Do lixo à cidadania: estratégias para a ação*. Brasília: Caixa Federal/UNICEF/ Fórum Nacional Lixo & Cidadania, 2001.
- BARBIERI, José Carlos. *Desenvolvimento e Meio Ambiente – as estratégias de mudanças da Agenda 21*. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BENINCÁ, Dirceu e ALMEIDA, Antonio Alves. *CEBs: nos trilhos da inclusão libertadora*. São Paulo: Paulus, 2006.
- BENINCÁ, Dirceu. *Reciclando a (Des)Ordem do Progresso*. Passo Fundo: IFIBE, 2006.
- BEOZZO, José Oscar (org.). *Água é vida: Dom de Deus e responsabilidade humana*. São Paulo: CESEP–Paulus, 2003.
- BETTO, Frei. *A mosca azul – reflexões sobre o poder*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
- BRETON, Binka Le. *Vidas roubadas – a escravidão moderna na Amazônia Brasileira*. Tradução de Maysa Monte de Assis. São Paulo: CPT; Goiânia: Loyola, 2002.
- BOFF, Leonardo. *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- _____. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- DAGNINO, Evelina. “Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania”. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- DIAS, Eurípedes da Cunha. “Arqueologia dos movimentos sociais”. In: GOHN, Maria da Glória. *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2003.
- GOHN, Maria da Glória. *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. 3ª edição, São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. (org.). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. 4ª edição, São Paulo: Contexto, 1993.
- GÖRGEN, Frei Sérgio A. *Marcha ao coração do latifúndio*. Petrópolis: Vozes, 2004.

- GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. 9ª edição, Campinas: Papirus, 1990.
- LEFF, Enrique. *Saber ambiental – sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LEIS, Héctor Ricardo. *A modernidade insustentável – as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Petrópolis: Vozes; Florianópolis: UFSC, 1999.
- MANCIE, Euclides André. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MATURANA, Humberto. *Emoções e linguagem na educação e na política*. 2ª reimpressão. Tradução de José Fernando Campos Fortes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia política da guerra camponesa de Canudos – da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2000.
- Rede Jubileu Sul Brasil. *O Brasil que queremos: assembléia popular Mutirão por um novo Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- RIBEIRO, Vera Masagão (org.). *Educação ambiental: uma abordagem pedagógica dos temas da atualidade*. São Paulo: CEDI / CRAB: Erexim, 1992.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Produzir para viver – Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- TOURAINÉ, Alain. *Poderemos viver juntos? – iguais e diferentes*. Tradução de Jaime A. Clasen e Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1998.
- VV.AA. *Meio Ambiente e cidadania: desafios para as Ciências Sociais*. 3ª edição, São Paulo: Cortez; Florianópolis: Editora UFSC, 2001.

Sites interessantes

- www.abong.org.br
www.agenciartamaior.uol.com.br
www.aguaevida.org.br
www.brasildefato.com.br
www.canalenergia.com.br
www.cempre.org.br
www.comciencia.br/reportagens/501anos/br07.htm
www.ecoar.org.br
www.envolverde.com.br
www.ethos.org.br
www.greenpeace.org.br
www.isa.org.br
www.lixoecidadania.org.br
www.mabnacional.org.br
www.maisambiente.com.br
www.menoslixo.com.br
www.mma.org.br
www.movimentodoscataadores.org.br
www.mst.org.br
www.polis.org.br
www.rits.org.br
www.sosmatatlantica.org.br
www.tomdamata.org.br
www.viacampesina.org
www.vitaecivilis.org.br

Ecologia: Cuidar da vida e da integridade da criação

www.wwf.org.br
www.5elementos.org.br

Sugestão de filmes

Ilha das Flores – Direção de Jorge Furtado, curta metragem, Brasil, 1989. O filme coloca em pauta a discussão acerca da pobreza, da fome e da exclusão social. Um tomate é plantado, colhido, vendido e termina no lixo da Ilha das Flores, entre porcos, mulheres e crianças.

Narradores de Javé – Direção de Eliane Caffé, longa metragem, Brasil, 2004. Trata da memória, história e exclusão. Após saberem que a cidade onde vivem será inundada para a construção de uma usina hidrelétrica, os moradores decidem preparar um documento que conte todos os fatos históricos do local, como tentativa desesperada de salvar a cidade da destruição.



3

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MEIO AMBIENTE: CONTRIBUIÇÃO À REFLEXÃO

Tilden Santiago¹ e René Vilela²

INTRODUÇÃO

As políticas públicas constituem processos historicamente construídos. Envolvem aspectos sociais e políticos, éticos, morais, técnicos e legais que são dinâmicos e podem ser influenciados pelos diversos segmentos interessados.

O fato de alguns temas se tornarem objeto de políticas públicas pressupõe seu reconhecimento como prioritários e merecedores de um tratamento especial no interior da sociedade e do Estado. Esse reconhecimento corresponde à sua legitimação política e social.

Certamente existem caminhos diferentes para se legitimar a criação de políticas públicas. Ao longo de nossa história, registramos a legitimação das políticas públicas muitas vezes restrita ao aparato estatal, sem a participação direta da sociedade. Também registramos procedimentos de legitimação estritamente técnica ou, distintamente, decorrentes da participação social.

¹ Tilden Santiago é jornalista, embaixador do Brasil em Cuba, professor licenciado da Universidade Federal de Minas Gerais, militante do Movimento Fé e Política e da Teologia da Libertação; foi Padre Operário, Deputado Federal, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais. Um dos fundadores da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT).

² René Vilela é sociólogo, consultor da UNESCO e do Ministério do Meio Ambiente. Foi consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Diretor da Secretaria de Meio Ambiente de Belo Horizonte, professor das Universidades Federal e Católica de Minas Gerais, militante do movimento ambiental, membro titular do Conselho de Política Ambiental e assessor da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em Minas Gerais.



Os procedimentos adotados para a legitimação circunscrevem, também, muitas das potencialidades e limitações das políticas públicas, particularmente, das políticas para o meio ambiente.

A partir de sua legitimação estão dadas algumas das condições essenciais para a institucionalização de uma nova política pública. A passagem da legitimação à institucionalização corresponderia à passagem do reconhecimento social de um tema como prioritário para a condição de tema legal e efetivamente integrado à estrutura do Estado.

Para subsidiar nosso estudo e posterior debate, apresentaremos um breve histórico sobre as políticas ambientais no Brasil e seu processo de institucionalização. Realizaremos uma abordagem do conceito de desenvolvimento sustentável e discutiremos a importância de aprimorar os mecanismos de participação social na formulação e gestão das políticas ambientais.

Breve histórico

No Brasil, como em outros países, os temas ambientais são historicamente enfocados, adotando-se como referência divisões do conhecimento científico ou a forma como as instituições encontram-se organizadas em cada época.

Isto faz com que muitos dos temas que atualmente integram as políticas ambientais tenham sido tratados ou ainda o sejam de maneira fragmentada pelo Estado e, muitas vezes, pelo conjunto da sociedade. A visão segmentada da ciência adquire legitimidade social e passa a constituir uma característica cultural de nossa época e de muitas das nossas instituições em âmbito federal, estadual ou municipal.

Assim, a constituição de uma nova forma de tratar um determinado tema e o processo de criação de uma nova política pública pressupõem mudanças, o que, normalmente, encontra resistências, envolve múltiplos interesses, atores, instituições e demanda tempo.

Ao se construir uma nova forma de pensar um determinado tema, são criadas também condições para a diferenciação de uma nova política. Como exemplo, no Brasil, temas que tradicionalmente eram de responsabilidade exclusiva da área da saúde, da engenharia, da

química, ao serem interpretados como decorrentes das atividades industriais e vinculados às condições do ambiente natural, passam a ser reconhecidos como objeto de novas políticas públicas: o que hoje chamamos políticas ambientais.

Passam da condição de problema tradicional de saúde pública para a condição de problema ambiental diretamente vinculados à produção industrial típica de nossa época. Problemas de saúde humana decorrentes de contaminação do solo, poluição das águas e da atmosfera ou mesmo da exposição à radiação, por exemplo, passam a exigir novos enfoques para se abordar o tratamento não só dos sintomas mas, também, de suas causas.

A institucionalização significa, dentre outros procedimentos, criar uma base legal e regulamentar as atribuições do Estado e da sociedade no tratamento de determinados temas, destinar recursos a serem investidos, constituir corpo técnico profissional e instituições especializadas que passarão a ter competência para executar ações e programas de governo.

A institucionalização de políticas públicas decorre também do fato de inexistirem consensos no interior da sociedade sobre a maneira mais adequada de se tratar determinados temas. Interesses de naturezas distintas coexistem, disputam, afirmam e constroem princípios e conceitos que estruturarão as políticas públicas.

Restringir a abordagem das temáticas ambientais a um enfoque meramente legal, ecológico ou técnico, dissociado das relações de poder, dos valores éticos e morais, significa reduzir sua compreensão e, portanto, limitar essencialmente nossas possibilidades de construirmos soluções para os desafios emergentes.

De fato, os processos de institucionalização das políticas ambientais no Brasil estenderam-se ao longo dos últimos 80 anos. Esse processo vem abrangendo uma diversidade cada vez maior de temas estabelecidos como prioritários por instituições e atores em âmbito internacional e/ou nacional.

Na síntese que apresentamos dessa trajetória, destacam-se três períodos históricos:

- o período da Revolução de 30 até o fim do Estado Novo (1930-

- 1945);
- o período da Ditadura Militar (1964-1984);
 - o período mais recente de redemocratização política (1984-2006).

Apresentaremos também alguns conceitos que exercem influência na formulação das políticas ambientais. Conceitos como nacionalismo, desenvolvimentismo, conservacionismo e liberalismo influenciam já na primeira metade do século XX as primeiras políticas públicas de alcance nacional relacionadas à água, às florestas e à pesca, estendendo-se até os dias atuais. No período recente destacamos ainda o conceito de desenvolvimento sustentável.

Revolução de 30: o governo Vargas

No século XX, a década de 30 constituiu marco político institucional na reestruturação do Estado e na formulação de políticas relacionadas a temas que hoje integram a agenda ambiental. A partir de então temas ambientais passaram a ser tratados como matéria de legislação ordinária do governo.

Em que pese a terem sido inspirados em políticas ambientais adotadas na Europa e nos Estados Unidos desde fins do século XIX, foram os movimentos políticos nacionalistas que mais influenciaram na interpretação oficial das temáticas ambientais.

Juntamente com o conceito de conservação ambiental, o nacionalismo fundamentou medidas compensatórias, paliativas e até mesmo facilitadoras do desenvolvimento econômico por parte do Estado brasileiro.

Foram instituídas naquela época as principais referências para a política regulatória praticada pelo Estado brasileiro abrangendo, dentre outros, a proteção dos recursos naturais através dos códigos de Florestas (1934), Águas (1934) e Pesca (1938). Também foram empreendidas as primeiras iniciativas governamentais de planejamento e manejo estratégico dos ecossistemas naturais do país.

Buscou-se incorporar ao planejamento econômico variáveis ambientais visando compatibilizar o desenvolvimento econômico com a proteção de alguns recursos naturais estratégicos. Eram políticas

orientadas para a adequação dos recursos naturais a um projeto nacional de desenvolvimento econômico.

Com a reforma do Estado foram priorizadas políticas regulatórias voltadas também para disciplinar o uso dos recursos naturais pelas atividades produtivas. Foi gerada uma complexa legislação que introduziu sistemas de autorização e estabeleceu padrões de qualidade ambiental, além de normas de emissão de resíduos.

A estratégia adotada no Governo Vargas não implicava a criação de novas estruturas burocráticas. A formulação de políticas regulatórias vinculava-se a um projeto de Estado centralizado e empreendedor, responsável direto pelos investimentos em indústrias de base, logística e infra-estrutura para promover a passagem de uma economia tipicamente agrícola para a condição de potência industrial regional.

Ditadura Militar: o governo Castelo Branco (1964-1967)

Como primeiro governo de intervenção militar na década de 60, o governo de Castelo Branco empreendeu também diversas iniciativas para a reestruturação do Estado. Dentre as iniciativas, destaca-se a criação dos novos códigos Florestal e de Pesca, além do Código de Mineração. No mesmo período, foi promulgada uma Lei tratando especificamente da caça e comercialização de espécimes da fauna silvestre.

Neste período, foi criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Também foi constituído marco legal regulatório para implantação de loteamentos em áreas urbanas florestadas, além de tratar também da qualidade do ambiente urbano. Isto ocorreu no momento em que o Estado intensificava os esforços para a constituição de pólos industriais, implicando em expressivos movimentos migratórios.

Na época foi regulamentada a primeira lei de incentivos fiscais para a proteção de reservas naturais, introduzindo em caráter pioneiro mecanismos redistributivos que passaram a compor a política de proteção ao meio ambiente.

Governo Costa e Silva (1967-1969)

No governo COSTA e SILVA, foi reestruturada a Política Nacional de Saneamento. Também foi regulamentado o Código Nacional de Trânsito, enfocando a poluição do ar nas áreas urbanas/industriais.

Foram assinados acordos internacionais para a proteção da natureza e dos recursos naturais que já prenunciavam uma certa pressão de grupos externos à política de desenvolvimento do país.

Governo Médici (1969-1974)

Inicialmente, as ações do governo Médici orientavam-se por uma concepção estritamente conservacionista da proteção ambiental e do uso racional dos recursos naturais. Predominava a criação de unidades de conservação e a decretação de medidas reguladoras sobre o uso dos recursos naturais.

Na década de 70, a atuação de organismos internacionais assumiu grande relevância ao impulsionar avanços na política ambiental também no Brasil. As pressões internacionais pela implementação de políticas mais rigorosas de controle da poluição ocorriam em um contexto marcado pela ascensão de governos autoritários na América Latina, África e Ásia, implicando a cassação dos direitos civis e repressão aos movimentos sociais.

O comprometimento das condições ambientais em escala global, somado à intensificação das disparidades sociais e econômicas entre nações, foi empregado pelos organismos internacionais para evidenciar o caráter insustentável dos modelos de desenvolvimento das sociedades industriais.

Dentre outros aspectos críticos associados a esses modelos cabe destacar:

1. concentração da riqueza nas mãos de grandes empresas e nações industrializadas;
2. intensificação das desigualdades sociais e econômicas entre nações, agravando a miséria, pobreza e endemias nas nações não industrializadas;
3. agravamento dos conflitos envolvendo o acesso aos recursos naturais;

4. modelos irracionais de exploração dos recursos naturais e consumo de mercadorias;
5. ampliação da demanda sobre bens e produtos inseridos em cadeias que têm em sua base a exploração de recursos naturais não renováveis;
6. intensificação dos efeitos adversos sobre a biosfera e ecossistemas em decorrência da insustentabilidade ecológica dos modelos produtivos;
7. irreversibilidade de parcela significativa dos efeitos adversos apontados.

A Conferência de Estocolmo (1972) constituiu um importante marco político e institucional, estabelecendo amplo debate. Visava construir consenso para que fossem elaboradas políticas globais e adotadas ações que possibilitassem conjugar o crescimento econômico, promoção do bem estar social e proteção ambiental. Organizada pela ONU, contou com a participação de 113 países.

Como parte dos resultados alcançados, foram criadas instituições especializadas nas temáticas ambientais em diversos países. No Brasil, merece destaque a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA).

Inspiradas no modelo europeu, essas novas instituições passaram a orientar suas tomadas de decisões por critérios eminentemente técnicos, buscando legitimar-se junto aos organismos internacionais e aparato de Estado. Aos poucos, os temas ambientais deixam a posição de marginalidade e passam a integrar a agenda oficial e envolver profissionais de várias áreas de conhecimento.

Governo Geisel (1974-1979)

Inicialmente, tratou da regulação da poluição industrial e estabeleceu medidas preventivas. Definiu treze regiões metropolitanas consideradas áreas críticas para instalação de novas indústrias e prioritárias para o controle ambiental.

Posteriormente o governo Geisel conferiu tratamento diferenciado a setores industriais considerados de “alto interesse para o desen-

volvimento e a segurança nacional”, sendo dispensadas de seguir as normas oficiais de controle da poluição estabelecidas anteriormente pelo Governo.

Governo Figueiredo (1979-1985)

As primeiras ações do governo Figueiredo reestruturaram as políticas ambientais e institucionalizaram o conceito de “defesa e preservação do meio ambiente”, cuja atribuição foi conferida ao Ministério do Interior.

Também foi assinada convenção internacional sobre responsabilidade civil para danos causados por poluição por óleo (1979) e criação de regulamento geral para Parques Nacionais (1979). Foram criadas novas unidades de conservação: Estações Ecológicas (1981); Áreas de Proteção Ambiental (1981); Reservas Biológicas (1984); Áreas de Relevante Interesse Ecológico (1984); e ainda nova lei, proibindo o parcelamento do solo urbano em áreas de preservação ecológica (1979).

Essa perspectiva estritamente regulatória e conservacionista gerou também um novo Estatuto da Terra (1979), que passou a considerar inaproveitáveis para exploração agrícola, pecuária e florestal as áreas ocupadas por florestas nativas ou de preservação permanente. Também estabeleceu um novo zoneamento industrial (1980).

Destaca-se a regulamentação da Política Nacional do Meio Ambiente implicando a descentralização da gestão e execução da política de controle ambiental, transferindo competências da União para estados e municípios. No mesmo período, foi criado o Conselho Nacional de Meio Ambiente, CONAMA.

Redemocratização política: governo José Sarney (1985-1989)

Adotado originalmente em 1980 pela *International Union for the Conservation of Nature and Its Resources*, e publicado posteriormente em 1987, no relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), Nosso Futuro Comum (Relatório *Brundtland*), o conceito de “desenvol-

vimento sustentável” consolidou-se como hegemônico na orientação das políticas públicas, reestruturação dos modelos produtivos e de organização das sociedades industriais.

Alguns dos princípios do desenvolvimento sustentável foram incorporados pela Deliberação Normativa 001/86 do CONAMA, ao resguardar ao cidadão o direito de acesso à informação e à manifestação de seus interesses no âmbito do processo de licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente degradáveis.

Adquirem maior relevância os avanços registrados a partir da Assembleia Nacional Constituinte (1986-1988), incorporando artigos inovadores – relacionados ao meio ambiente – à nova Constituição Federal. Dentre outros aspectos, instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e estabeleceu distinção jurídica entre garimpo e mineração, inclusive em Terras Indígenas. No caso específico das Terras Indígenas, as atividades de mineração por terceiros (não índios) passou a estar sujeita a condições mais rigorosas. Já o garimpo por terceiros passou a ser integralmente proibido.

A Constituição Federal promulgada em 1988 definiu o meio ambiente como patrimônio coletivo e promoveu avanços ao instituí-lo como objeto do Direito Difuso. Estabeleceu o direito ao pleno acesso à informação e à participação dos cidadãos e entidades civis diretamente envolvidas ou interessadas em projetos e ações que tenham implicações sobre sua realidade ou sobre o patrimônio ambiental.

Ainda no final da década de 80, foi criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) e o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA).

Governo Collor (1990-1992)

No final da década de 80, foram restabelecidas as eleições diretas para a Presidência da República. Em continuidade à mobilização social empreendida a partir da campanha pelas Diretas Já (1984) – pela eleição dos parlamentares para a Assembleia Nacional Constituinte (1986) –, a década de 90 registrou uma forte polarização das forças políticas do país. Polarização que traduzia, à época, concepções bastante distintas do papel do desenvolvimento econômico, bem como

da participação da sociedade nos processos decisórios.

Após a eleição de Collor, foi criada a Secretaria do Meio Ambiente como órgão de assistência direta ao Presidente da República (SEMAM/PR). Em 1992, a SEMAM/PR é transformada em Ministério do Meio Ambiente – MMA.

O governo brasileiro estabelece de forma mais incisiva a agenda ambiental como tema prioritário das relações internacionais e da política externa. Paralelamente, iniciou-se processo de liberalização da economia, abertura ao capital internacional e redução do papel do Estado. Esse processo foi retomado posteriormente durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Em 1992 foi realizada a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a Rio 92. Como resultado, a Conferência reiterou a determinação de governos e setores produtivos adotarem o conceito de desenvolvimento sustentável como referência para a adequação progressiva dos padrões de produção e consumo e, conseqüentemente, das políticas ambientais. Em parte, a hegemonia do conceito decorre do fato de propiciar avanços progressivos sem implicar ruptura com os modelos econômicos, de desenvolvimento, produção e consumo.

A Conferência implicou também uma série de compromissos do governo brasileiro que, dentre outros, vinculavam-se à implementação da Agenda 21 brasileira: definição da Amazônia como território prioritário para ações de proteção e preservação ambiental; implementação de políticas específicas para a gestão de recursos hídricos, proteção à biodiversidade, controle de efluentes industriais e promoção do desenvolvimento sustentável.

Os compromissos firmados na Rio 92 influenciaram significativamente as políticas ambientais implementadas pelos governos constituídos posteriormente. Implicou a diversificação e maior complexidade das políticas ambientais, em especial as que foram implementadas durante toda a década de 90.

Governo Itamar Franco (1992-1994)

Em 1993 confere papel de destaque à Amazônia ao criar o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal e o Conselho Nacional da Amazônia Legal (CONAMAZ). Como desdobramento desse processo, é criado o Conselho Nacional dos Recursos Naturais Renováveis (CONAREN). Interrompe o processo de liberalização econômica.

Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)

Como desdobramento da Rio-92, a partir de 1995 a temática dos recursos hídricos ganha destaque em âmbito federal refletindo, inclusive, na reestruturação das instituições existentes. A partir daquele período, foi constituído o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.

Como desdobramento foi instituída em 1997 a Política Nacional de Recursos Hídricos abrangendo a criação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Foi regulamentada a Lei de Crimes Ambientais ou Lei da Natureza. Criada a Agência Nacional de Águas (ANA).

Foram instituídos princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade e o Programa Brasileiro de Ecologia Molecular da Amazônia – PROBEM. Foi instituída a Política Nacional de Educação Ambiental e criada a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Brasileira.

O Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal foi transformado em Ministério do Meio Ambiente.

Governo Lula (2003-2006)

Uma parcela significativa das políticas ambientais implementadas no governo Lula decorriam do cumprimento de prioridades e compromissos estabelecidos nos governos anteriores. Algumas prioridades tiveram seu alcance ampliado, podendo-se destacar:

- ▣ Territórios destinados a unidades de conservação: criação de novas unidades de conservação federais de uso direto e indireto, ampliando de modo significativo as áreas protegidas, particu-

larmente, na Amazônia;

- ▣ Instituições e mecanismos de comando e controle mediante realização de concursos públicos para contratação de analistas, investimentos em tecnologia e equipamentos, incorporação de planos de combate ao crime organizado vinculado a crimes ambientais como o Plano de Combate ao Desmatamento na Amazônia;
- ▣ Serviços de saneamento ambiental com ampliação de municípios e habitantes atendidos por sistemas de disposição e reciclagem de resíduos sólidos, coleta e tratamento de água, tratamento de esgotos;
- ▣ Manejo florestal sustentável com espécies nativas (Floresta Amazônica, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica);
- ▣ Apoio e fomento ao associativismo e cooperativismo, particularmente, de iniciativas de povos e comunidades tradicionais;
- ▣ Apoio ao agroextrativismo e à agricultura familiar;
- ▣ Investimentos em fontes alternativas de energia de base vegetal, em especial, *biodiesel* a partir das culturas de cana-de-açúcar, soja, pinhão manso e mamona;
- ▣ Representatividade de instâncias participativas de caráter consultivo a exemplo das Conferências do Meio Ambiente, Encontro dos Povos do Cerrado, dentre outros.

O Ministério do Meio Ambiente adotou a transversalidade das políticas ambientais como estratégia para o estabelecimento de agendas positivas e multilaterais junto a outras áreas de governo, setores produtivos e organizados da sociedade civil.

Registrou-se o fortalecimento da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (SDS) ampliando sua competência e adquirindo alcance nacional. Além de executar diversos programas (PROAMBIENTE, SPRN, ZEE) na Amazônia, a Secretaria diversificou e estendeu suas ações às demais macro-regiões brasileiras a exemplo da Agenda 2, GESTAR, GESCOM (Gestão de Conflitos Relacionados

à Mineração), Carteira Indígena, dentre outros.

As ações da SDS visam fortalecer a participação social e aprimorar os modelos produtivos, agregando sustentabilidade à ocupação territorial. Algumas iniciativas de caráter distributivo foram gestadas e encontram-se em etapas avançadas para sua regulamentação, dentre as quais destacam-se:

- Instrumentos Econômicos: mecanismo de incentivo à aquisição de equipamentos, tecnologias limpas e ou ambientalmente amigáveis;
- Imposto de Renda Ecológico: mecanismos de compensação de investimentos na área ambiental que, à exemplo da Lei de Incentivo à Cultura, possibilita a isenção de percentual do Imposto de Renda que venha a ser destinado a projetos socioambientais;
- Crédito Sustentável: mecanismo que incentiva atividades produtivas com menor impacto ambiental e social ao propiciar menor custo de capital para seu financiamento;

O conceito de desenvolvimento sustentável

A institucionalização do conceito de desenvolvimento sustentável tem implicado na ampliação dos temas classificados como ambientais. Neste sentido, destaca-se a incorporação de temas tradicionais das Ciências Humanas que, historicamente, são objetos de tensão e conflitos sociais.

A inclusão de temas socioculturais, éticos e políticos é enfatizada pela CEPAL em 1991 na Reunião Preparatória da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, na cidade do México.

“Transcorridas quase duas décadas desde a Conferência de Estocolmo, modificou-se consideravelmente a percepção do mundo em relação aos problemas ambientais, conforme atesta a criação pela Assembleia Geral das Nações Unidas (Resolução 38/161) da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. (...) Desde o início, a comissão recusou limitar-se exclusivamente aos problemas ambientais em seu sentido restrito. (...) os debates concentraram-se nos estilos de desenvolvimento e

suas repercussões sobre o funcionamento dos sistemas naturais.” (CEPAL - *O desenvolvimento sustentável: transformação produtiva, equidade e meio ambiente*. Cidade do México, 1991)

É destacada a necessidade de se harmonizar a preservação do meio ambiente, a conservação dos recursos naturais, os desafios de tornar as economias latino-americanas mais competitivas e se concretizar maior equidade social.

“Não é mais possível reduzir a crise ambiental a uma questão de manter limpos o ar que respiramos, a água que bebemos ou o solo que produz nossos alimentos. (18/19) (...) as modificações ocorridas no período a que nos reportamos impõem modificar a forma de encarar os desafios socioecológicos. (...) Não tem sentido opor meio ambiente e desenvolvimento, pois a qualidade do primeiro é o resultado da dinâmica do segundo. Os problemas de preservação do meio ambiente são os problemas do desenvolvimento. (...) o que está em jogo é, mais do que a capacidade humana de adaptação, a possibilidade de imprimir uma mudança substancial em sua forma de organização social e de interação com as leis.” (CEPAL, opus cit.)

A ênfase ao tema foi retomada pelo governo brasileiro às vésperas da Eco 92, no Rio de Janeiro.

Se o conceito de desenvolvimento sustentável vem alcançando elevado consenso e afirmando-se como socialmente desejável, isto decorre, dentre outros aspectos, do fato de este ser constituído por preceitos e bases teóricas bastante genéricas. Isto, todavia, não esgota os conflitos e tampouco exclui a continuidade de disputas envolvendo sua utilização.

A incorporação de temas socioculturais, políticos e econômicos confere grande abrangência ao desenvolvimento sustentável, ampliando também sua atratividade e potencial de aceitação social. Acrescenta, todavia, novos dilemas à sustentabilidade do próprio conceito, uma vez que os novos temas incorporados encerram, historicamente, significativas divergências e conflitos de interesse.

À medida que o conceito amplia seu escopo, sua própria viabilidade

requer uma maior capacidade de conciliação junto às suas bases institucionais, sociais, políticas, culturais e econômicas de sustentação. Esses aspectos assumem contornos próprios nos diversos contextos, envolvendo segmentos e interesses diversos em âmbito internacional, nacional, regional e local.

Deve-se destacar que, mesmo se alcançando consensos em torno do desenvolvimento sustentável, isto não significa necessariamente estabilização do consenso. Muito menos na eliminação de conflitos. Mesmo quando estabelecidas bases consensuais em relação a objetivos finais, divergências tendem a emergir quando da definição dos meios e procedimentos a serem adotados para atingi-los.

Surge daí o dilema de se adotar um conceito que em linhas gerais evidencia amplo consenso, que se estrutura sobre categorias e propósitos socialmente desejáveis, porém, objeto de ampla e complexa disputa sobre como deve ser aplicado.

Sobretudo nas dimensões social e política, a viabilidade do conceito estaria condicionada, por um lado, pelo dilema de se compatibilizar a ampliação da sustentabilidade sociopolítica em âmbito global e, paralelamente, fortalecer a coesão e integração de suas bases de sustentação. Essas bases apresentam, dentre outros aspectos discordantes, valores culturais, éticos, morais e interesses materiais de difícil aproximação.

O conceito de desenvolvimento sustentável demonstra encerrar uma grave ambigüidade: tem sua eficácia colocada em risco exatamente pelo caráter abrangente que tornou seu conteúdo atraente para diversos segmentos sociais.

Também poderia ser destacado o fato de o desenvolvimento sustentável estruturar-se sobre uma vertente ideológica (politicamente interessada) e uma vertente científica, a qual, em muitos casos, condiciona a eficácia do conhecimento produzido a uma pretensa isenção axiológica.

Segundo o Relatório de Brundtland, “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias” (ONU, Relatório de Brundtland – Nosso Futuro Comum, 1987).

Uma vertente ideológica estaria diretamente relacionada à proposi-

ção de equidade social, além de definir princípios de responsabilidade ética e moral entre gerações. A observância das variações registradas no conceito até o presente permite observar o desdobramento dessas prescrições.

“É um desenvolvimento com vistas a uma ordem econômica internacional *mais justa* (grifos nossos), incorporando as mais recentes preocupações ambientais, sociais, culturais e econômicas.” (BRASIL, Agenda 21 Brasileira: Bases para Discussão, 2000)

“é o desenvolvimento que provê, a todos, os serviços econômicos e ambientais básicos, sem ameaçar a viabilidade *natural e social* dos sistemas.” (grifos nossos) (International Council for Local Environmental Initiatives, Toronto, 1996)

No caso específico da definição de Brundtland, a incorporação de princípios genéricos e utópicos à definição de desenvolvimento sustentável pode ser melhor observada nos seguintes trechos do relatório publicado:

“a busca do desenvolvimento sustentável requer:

- a. um sistema político que assegure a **efetiva participação** dos cidadãos no processo decisório (grifos nossos);
- b. um sistema econômico capaz de gerar **excedentes e know how** técnico (grifos nossos) em bases confiáveis e constantes;
- c. um sistema de produção que respeite a obrigação de preservar a base ecológica do desenvolvimento”. (Brundtland, 1987)

Esse processo encerra disputas sobre quais aspectos da realidade natural, social, política, econômica devem ser definidos como melhores tradutores do modelo de desenvolvimento e de sustentabilidade: projeta-se sobre quais dimensões da realidade serão priorizadas.

Daí também a relevância de saber quais segmentos da sociedade e com que amplitude estarão envolvidos na definição das questões priorizadas, bem como dos espaços institucionais destinados a promover a interação entre eles.

Na concepção adotada pela Agenda 21 Brasileira, para se promo-

ver a sustentabilidade, os conflitos de interesse precisam, necessariamente, ser equacionados. Pressupõe a capacidade da gestão de conflitos superar interesses que se apresentem como antagônicos, inconciliáveis.

“(...) sustentabilidade progressiva significa que não se deve aguçá-los a ponto de torná-los inegociáveis, e sim fragmentá-los em fatias menos complexas, tornando-os administráveis no tempo e no espaço.” (BRASIL, *opus cit.*)

É verdade que o Estado adquire relevância ao executar políticas regulatórias e distributivas: vincula-se à garantia de direitos fundamentais, individuais e coletivos. Também possui a prerrogativa de instituir mecanismos para os quais possam convergir a força social capaz de impulsionar transformações necessárias à concretização de novos modelos de produção e organização social efetivamente orientados pela justiça social e ambiental. Sua capacidade de intervenção, porém, demonstra sérias limitações.

Acrescenta-se o fato de que em diversos contextos as divergências envolvendo a viabilidade de mudanças progressivas ou de reestruturação de um determinado modelo de produção convertem-se em conflitos que não necessariamente se caracterizam como um jogo de soma zero em que os diversos interesses podem ser acomodados e convertidos em consenso pela mediação do Estado.

Neste sentido, deve-se destacar a relevância de se constituir e fortalecer bases institucionais, sociais, políticas e técnicas de sustentação a processos participativos e decisórios capazes de influenciar substancialmente a formulação e execução de políticas de desenvolvimento capazes de promover a progressiva incorporação de variáveis socioambientais.

Ao ser entendida como necessariamente vinculada a processos decisórios inclusivos e participativos e como prerequisite para a viabilidade das futuras gerações, a sustentabilidade imprime ao direito à informação, à institucionalização de instâncias decisórias e participativas um caráter essencial.

Conclusão

Da primeira metade do século passado aos dias atuais, alguns aspectos merecem ser destacados para compreendermos as transformações já registradas nas políticas ambientais, como também as novas perspectivas que se abrem para as sociedades e das relações dessas com a natureza. Inicialmente destacamos:

1. políticas exclusivamente regulatórias empreendidas por um Estado centralizador passam a ser conjugadas com políticas distributivas. Esse processo intensifica-se com a redemocratização política no país;
2. surgimento de um campo político e institucional específico para as temáticas ambientais;
3. afirmação do desenvolvimento sustentável como conceito hegemônico na formulação de políticas ambientais em âmbito internacional e nacional;
4. fortalecimento dos marcos legais das políticas ambientais;
5. crescente complexidade dos sistemas legal e institucional relacionados às políticas ambientais;
6. passagem das políticas ecológicas para políticas socioambientais;
7. diversificação dos temas incorporados às políticas ambientais;
8. crescente interesse das entidades empresariais e movimentos sociais pelos temas ambientais;
9. crescente demanda pela inclusão dos movimentos sociais nas instâncias decisórias responsáveis pela formulação e gestão das políticas ambientais.

Em que pese o crescente interesse e participação da sociedade civil, os pilares das políticas ambientais no Brasil resultam em grande parte de reações do Estado a demandas e pressões de organismos internacionais.

Sobretudo na década de 80, os organismos internacionais atuavam de modo convergente com entidades ambientalistas brasileiras. Estas, todavia, não eram estruturadas para fazer com que os temas ambientais adquirissem amplo interesse social ou passassem a ser objeto de políticas de massas. Esse aspecto não desmerece muitas das iniciativas

empreendidas pelo Estado brasileiro, para institucionalizar as políticas ambientais no país.

Indubitavelmente, as intervenções realizadas por aquelas instituições fizeram com que o Estado brasileiro empreendesse importantes avanços. Por outro lado, o fato de terem sido implementadas por governos centralizados ou autoritários e sem ampla participação social implicou sérias limitações para o enraizamento das políticas ambientais no país. A gravidade dessas limitações assume dimensões significativas ao considerarmos a diversidade cultural e complexidade política e social existentes no Brasil.

Do ponto de vista legal, o processo de institucionalização das políticas ambientais no Brasil implicou a ampliação da capacidade de gestão do Estado e também da sociedade civil organizada. Isto resultou em avanços também na promoção da gestão participativa, quando o Estado passou a compartilhar com os segmentos organizados da sociedade o poder e a responsabilidade sobre a formulação e gestão das políticas ambientais. Os avanços registrados nas décadas de 80 e 90 demonstram-se todavia limitados e insuficientes no contexto atual.

A criação de instituições, instâncias decisórias e uma complexa legislação voltadas para a promoção da gestão participativa possibilitaram avanços e contribuíram para o processo de redemocratização do país. Todavia, ao abordarmos o quadro atual no Brasil identificamos graves limitações do aparato institucional destinado a propiciar ampla e democrática participação dos setores organizados da sociedade.

Um indicador da fragilidade dos mecanismos de gestão participativa e controle social na área ambiental corresponde ao fato de, transcorridos 20 anos de criação do CONAMA, parcela significativa dos estados da federação não registrarem a existência de órgãos colegiados, paritários e deliberativos. O mesmo ocorre ao se observar a realidade dos conselhos destinados à gestão de recursos hídricos e, particularmente, dos comitês de bacias hidrográficas.

Ao enfocarmos as instâncias municipais, o quadro demonstra-se ainda mais frágil com o registro de um percentual insignificante de municípios que têm constituído conselhos municipais de meio ambiente (CODEMAs). Como agravante, em muitos municípios, os

CODEMAs constituídos não possuem caráter deliberativo, representação paritária ou mesmo têm instituído o direito à livre escolha dos representantes da sociedade civil organizada, gerando, entre outras implicações, o comprometimento do pleno acesso à informação, a legitimação e transparência dos processos decisórios.

A despeito dos diversos avanços relatados neste texto, a manutenção destes exige grandes esforços. Diversos são os exemplos registrados na história do Brasil e também em âmbito internacional de retrocessos em processos de democratização.

Estender e ampliar a participação dos movimentos sociais nos Conselhos já existentes significa reconhecer a relevância de o Estado promover também o ambientalismo dos pobres: daqueles que menos usufruem os benefícios e mais arcam com os custos do atual modelo de desenvolvimento globalizado predominante na agenda internacional e também brasileira. Significa também imprimir maior eficácia às políticas públicas e constituir uma rede social que dê sustentação a elas.

Se na década de 80 vimos temas sociais e políticos serem incorporados à agenda ambiental, no princípio do século XXI necessitamos ver concretizada a transversalidade das políticas ambientais, ampliados e fortalecidos os mecanismos e instâncias de gestão participativa. Isto significa reconhecer como agenda prioritária políticas integradas que agreguem sustentabilidade não só aos diversos setores da economia mas à sociedade toda.

Deve-se ponderar também que diversas iniciativas precisam ser implantadas e ainda não se concretizaram, por exemplo, a superação dos pontos de conflito envolvendo atividade mineral, terras e povos indígenas. A demarcação de terras indígenas tem registrado poucos avanços, assim como as iniciativas de controle à monocultura, particularmente, da soja e do eucalipto, em larga escala.

O desmatamento de espécies nativas da Floresta Amazônica, da caatinga, cerrado ou mata atlântica ainda atingem índices alarmantes e vinculam-se a outras práticas criminosas que precisam ser combatidas com mais rigor.

A despeito da crescente ampliação de nossa pauta de exportações, constatamos poucos avanços no desenvolvimento de novas frentes

econômicas de menor impacto ambiental e social. Continuamos sendo um país exportador de matérias-primas de elevado custo socioambiental e baixo valor agregado como minério, madeira e soja.

Os investimentos públicos concentram-se sobre as matrizes energéticas tradicionais de combustíveis fósseis, petróleo e carvão, de usinas hidrelétricas ou ainda a produção de álcool a partir da monocultura da cana-de-açúcar. Pouco se avançou em políticas energéticas de baixo impacto ambiental como a energia eólica e solar. Mesmo as iniciativas de produção do *biodiesel* esbarram nos riscos de vermos sua produção constituir mais um incentivo à ampliação das frentes da monocultura de soja e cana-de-açúcar.

Necessitamos transpor a barreira das políticas setoriais implementadas de forma desarticulada, das políticas públicas dissociadas da participação social e do amplo leque de instituições que representam de forma legítima os interesses dos mais diversos setores da sociedade.

Os desafios que se colocam na área ambiental não se restringem à adequação/reestruturação dos modelos produtivos. Abrangem aspectos socioambientais mais amplos que nos remetem à necessária transformação ética, espiritual, política e social dos princípios estruturantes de nossa sociedade.

Não há perspectiva de conferirmos viabilidade à humanidade, às demais espécies e a todo o planeta se não revirmos os princípios de satisfação humana predominantes em nossa época, voltados para a alienação no consumo, concentração da riqueza, exclusão social, reificação das relações humanas e das relações da humanidade com as demais manifestações da vida.

QUESTÕES PARA OS GRUPOS:

1. Qual a capacidade de as políticas ambientais enfrentarem os conflitos sociais e ambientais relacionados ao desenvolvimento econômico em nosso país? E quais são as suas limitações?
2. Tomando em conta a realidade de nosso país como referência, reflita sobre até que ponto as expressões “desenvolvimento

sustentável” e “sociedade sustentável” têm sentidos comuns ou distintos. Até que ponto estes termos, “desenvolvimento” e “sustentável”, são complementares ou inconciliáveis?

BIBLIOGRAFIA

- ACSELRAD, Henri. *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.
- BARBIERI, José Carlos. *Desenvolvimento e meio ambiente*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *O desafio do desenvolvimento sustentável*. Brasília: 1991.
- _____. *Agenda 21 Brasileira: bases para discussão*. Brasília: 2000.
- _____. *Gestão ambiental no Brasil: um compromisso com o desenvolvimento sustentável*. Brasília. 2001.
- _____. *Cúpula Mundial sobre desenvolvimento sustentável*. Brasília: 2002.
- _____. *Conferência Nacional do Meio Ambiente: deliberações*. Brasília: 2003.
- BRYANT, Raymond e BAILEY, Sinéad. *Third World political ecology*. London & New York: Routledge, 1997.
- DUPUY, Jean-Pierre. *Introdução à crítica da ecologia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- FERNANDES, Marcionila e GUERRA, Lemuel (orgs.). *Contra-Discurso do desenvolvimento sustentável*. Belém: Unamaz, 2003.
- FERREIRA, L. C. e VIOLA, E. (orgs.). *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Campinas: Unicamp, 1996.
- GIDDENS, Anthony. “Introdução”. In: *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- HOGAN, Daniel e VIEIRA, Paulo Freire (orgs.). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Unicamp, 1995.
- LEFF, Enrique. *Saber ambiental. Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. São Paulo: Vozes, 2001.
- LEFF, Enrique. *Saber ambiental*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- LEROY, Jean-Pierre et alii. *Tudo ao mesmo tempo agora. Desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você?* Petrópolis: Vozes, 2002.
- LEROY, Jean-Pierre. “A dívida ecológica brasileira. Quem deve a quem?”. In: *Cadernos de debate. Brasil sustentável e democrático*, N. 6, 2000.
- LINS RIBEIRO, Gustavo. “Ambientalismo e desenvolvimento. A nova ideologia/utopia do desenvolvimento”. In: *Revista de Antropologia*, Vol.34, 1991.
- LOPES, José Sergio Leite, ANTONAZ, Diana e SILVA, Gláucia (orgs.). *Ambientalização dos conflitos sociais. Participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.
- MARTINEZ-ALIER, Joan. “Justiça ambiental (local e global)”. In: Clóvis Cavalcanti (org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1999.
- MARTINEZ-ALIER, Joan. *The environmentalism of the poor. A study of ecological conflicts and valuation*. Edward Elgar Publishing, 2003.
- MELLO, Marcelo Pereira de. *Problemas ambientais: construção social e desconstrução analítica*. Tese de Doutorado / IUPERJ, 1996.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). “Nosso Futuro Comum” (Relatório *Brundtland*). Nova Iorque: 1987.
- PÁDUA, José Augusto (org.). *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo,

- 1987.
- SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI. Desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- SACHS, Wolfgang (org.). "Introduction" e "Environment". *The development dictionary. A guide to knowledge and power*. London: Zed Books, 1996. Tradução: *Dicionário do desenvolvimento. Guia para o conhecimento como poder*. Editora Vozes, 1999.
- _____. *Development. The rise and decline of an ideal*. Wuppertal Papers, N. 108, Agosto de 2000.
- _____. *Globalización y sustentabilidad*. World Summit Papers of the Heinrich-Böll Foundation, N. 6, Berlim, Agosto de 2001.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural. Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- VEIGA, José Eli. *Desenvolvimento Sustentável. O desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice (orgs.) *A insustentável leveza da política ambiental. Desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.



S E G U N D A P A R T E

Seção bíblico-teológica



4

CRIAÇÃO E BÍBLIA

Ivoni Richter Reimer¹

1. Introdução

Vivemos em contextos globalizados marcados por muitas *crises socioambientais*. Vivenciamos o agravamento do abismo entre miséria e riqueza, construído dentro da lógica de paradigmas de relações de poder patriarcais-patrimoniais. Há milhões de pessoas excluídas de qualquer sistema econômico neoliberal informatizado. Estas relações de injustiça construídas num “mundo sem alma” (MARX) coexistem e contribuem para o crescimento de problemas ambientais: o mundo sem alma estende suas garras sobre a alma de toda criação!

Em qualquer lugar que estivermos, podemos verificar problemas relacionados com a *contaminação* do ambiente: poluição do ar (efeito estufa, chuva ácida etc.), poluição das águas através de resíduos industriais, agrotóxicos e esgotos domésticos não tratados. A luta pela água já é hoje um tema capaz de gerar conflitos e até guerras, pois se sabe que 1/3 da população mundial não tem acesso diário à água tratada.

Outro problema sério é constituído pelas mudanças climáticas provocadas pela intervenção abusiva dos seres humanos nos ecossistemas, entre elas o desmatamento de florestas e matas ciliares, bem como a construção de grandes pólos industriais que alteram o equilíbrio climático.

Junto com isso verifica-se o problema atômico-militar: o lucrativo sistema armamentista mata demais todos os dias. Mas o seu horror se

¹ Teóloga, biblista, pastora junto à Igreja Luterana (IELCB) em Goiânia/GO; professora da Universidade Católica de Goiás e do Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás; assessora junto ao CEBI, ao SAB; autora de vários livros e artigos.

estende para além desta terrível realidade: a louca marcha armamentista produziu um arsenal capaz de, em minutos, destruir a face da Terra, podendo causar impactos inclusive para além da esfera terrestre.

Outro problema, que muitas vezes é tratado com muita resistência e reticência, justamente por causa da sua complexidade, é o *problema habitacional*. Hoje já somos mais do que 6 bilhões de seres humanos habitando conflituosamente a mesma casa global. O índice de crescimento vegetativo é elevado e preocupante diante da constatação de que os recursos naturais são finitos e acessíveis em proporções cada vez menores.

No âmbito populacional, o problema mais grave é a *injustiça global* no que tange ao acesso das pessoas a seus direitos básicos, como o direito a se alimentar, a usar água potável, enfim, a viver com dignidade. Os grandes problemas ecológicos devem estar sempre relacionados com a pobreza da maioria da população global. Uma espiritualidade ecológica deve ter sua referência no cotidiano de pessoas empobrecidas, excluídas e marginalizadas, objetivando a sua efetiva valorização e inserção dentro da casa comum de toda a criação, em todas as suas possíveis relações. Poder, economia, política social, teologia e ecologia são grandes áreas interligadas, cuja análise exige uma perspectiva da complexidade de suas conexões.

Dentro desta complexidade de realidades e relações, precisamos perguntar como (re)ler a Bíblia, e em especial as narrativas e tradições da criação, a partir destas inquietações, questões e perspectivas que a crise socioambiental nos coloca. É preciso questionar se, e como, textos bíblicos podem contribuir para a construção de pensamentos e paradigmas ecologicamente corretos. Neste estudo, primeiramente tecemos alguns fios para a confecção de uma hermenêutica ecológica. Elencamos, então, blocos textuais e temáticos que precisam passar por um processo de (re) interpretação a partir desta hermenêutica. Por fim, aprofundamos o estudo em alguns destes blocos, tanto do Antigo² quanto do Novo Testamento.

2. Construindo uma hermenêutica ecológica

² Para a escrita deste texto, utilizamos e retrabalhamos em parte tópicos do livro recém-publicado de Haroldo Reimer: *Toda a Criação*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2006. Assim, por exemplo, extraímos a narrativa mítica *Enuma elish* (veja aqui tópico 4.1) deste material: p. 19-44.

Para uma hermenêutica ecológica de textos bíblicos há que se fazer um “caminho mental” que situe o sujeito interpretante dentro da complexidade maior do universo criado. O físico F. Capra, um dos expoentes deste tipo de reflexão, expressou-se da seguinte forma sobre esta nova realidade e sua visão: “A nova visão da realidade (...) baseia-se na consciência do estado de inter-relação e interdependência essencial de todos os fenômenos – físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais. Esta nova visão transcende as atuais fronteiras disciplinares e conceituais” (CAPRA, 2000, p. 259). Com isso se quer expressar a procura por um pensar e viver a vida como um todo, como um conjunto de relações, como um grande ecossistema, com uma constante e incessante inter-retro-relação entre todas as partes, incluindo-se aí a vivência do Sagrado como um sistema maior de energias e trocas simbólicas. O ser humano é parte integrante e sujeito reflexivo deste todo maior. Esse conjunto de práticas e pensamentos vem sendo chamado de *pensamento ecológico*.

No conjunto dessas reflexões, um pensamento ecológico constitui parte de um novo paradigma de pensamento. O conceito *paradigma* designa toda uma constelação de opiniões, valores e métodos etc., compartilhados pelos membros de uma sociedade. Isto funda um sistema disciplinar, mediante o qual esta sociedade se orienta a si mesma e organiza o conjunto de suas relações. Nos últimos tempos, afirma-se de forma cada vez mais intensa que a humanidade precisa de fato viver uma *transição de paradigma*. A visão antropocêntrica deve dar lugar a uma compreensão de que os humanos fazem parte de um conjunto maior, aos quais cabe a responsabilidade do cuidado bem como a tarefa e o privilégio de refletir criticamente sobre o nosso lugar dentro do todo.

Nesta visão, entende-se *ecologia* (palavra derivada do grego *oikos* – *casa como espaço comum de vida*) como uma ciência que estuda a “casa” em suas diversas formas de organização e manifestação, podendo o termo ter acepções distintas: “ecologia ambiental”, “ecologia social”, “ecologia mental” etc.

Em tempos de globalização, fala-se cada vez mais de “aldeia global” ou de “casa global”. Com isso, busca-se entender todo o nosso

planeta Terra, ou todo o universo como uma *grande casa*. Neste amplo espaço, do qual muitas vezes não conseguimos visualizar a extensão, *convivem e devem conviver*, cada vez mais próximos, os mais distintos elementos e seres de toda a natureza e do cosmos. Cada vez mais, o destino desta *casa global* está relacionado com as ações e as práticas de cada habitante. Se no paradigma antropocêntrico moderno (ainda) se afirma que a terra é uma grandeza a ser dominada e explorada em favor dos seres humanos, dentro da visão do novo paradigma holístico ou ecológico deve-se reivindicar que *a terra é a casa comum de todos os seres e do próprio Deus, e nela cada qual tem responsabilidades de cuidado*.

Repensar e (re)viver estes conceitos é um grande desafio, que deve ser levado a cabo por todo um conjunto de ramificações trans-disciplinares ligadas à educação ambiental. As religiões também têm como contribuir. Talvez uma das principais contribuições da experiência religiosa esteja na redescoberta de *elementos de sabedoria e espiritualidade* no sentido de perceber as multiformes *ligações e necessidades de religação* do ser humano com a criação e com o próprio Criador. Ler e reler textos em perspectiva ecológica é uma contribuição que o movimento bíblico pode dar/aprofundar para o processo como um todo.

3. Textos bíblicos em perspectiva ecológica

Em perspectiva ecológica, a leitura da Bíblia precisa respirar e transpirar ar ecumênico! Vivemos na chamada pós-modernidade, e talvez seja importante (re)ler os textos como *fonte de sabedoria* para resgatar também daqui alguns elementos de culturas originárias. Os textos bíblicos são expressões de pensamento pré-moderno, marcado por uma visão teocêntrica, em que os eventos do cotidiano são vistos em conexão direta com a Divindade, entendida como criadora e mantenedora do cosmo. É importante perceber isto para evitar tentações fundamentalistas de uma transposição direta e imediata dos textos bíblicos para a realidade atual. Textos bíblicos podem ser *fontes* a partir das quais se pode iluminar crítica e criativamente nosso pensar e agir.

Um dos primeiros blocos que necessitam passar por um prisma ecológico na leitura são os textos iniciais de Gênesis, nos quais se fala do

lugar do ser humano na criação. Trata-se de textos míticos, nos quais se estabelecem valores que pretendem ser fundantes na comunidade que aceita e vive estes textos. Na ótica comunicativa dos textos, há uma mensagem fundamental a ser passada: o mundo é uma criação do Deus *Yahveh* e a partir das ordenanças (Torá) deste Deus a vida alcança o seu verdadeiro sentido. Na leitura destes textos é importante destacar o lugar adequado dos humanos dentro de toda a casa da criação, levando a sério que o relato não culmina na criação dos seres humanos, mas no *shabbat* da criação e de Deus (Gn 2,1-3). As atribuições de domínio dos humanos na criação (Gn 1,28) devem ser relativizadas em favor de uma leitura que destaca a tarefa de *trabalho e cuidado* na criação (Gn 2,15), bem como a relação intrínseca entre o ser humano (*'adam*) e a mãe-terra (*'adamah*).

Outra tarefa é descortinar as nervuras e os filamentos das *tradições sabáticas*, nas quais se procura desdobrar para dentro do cotidiano do antigo Israel a perspectiva de que a vida humana não tem o seu sentido na servidão do trabalho, mas que o trabalho necessário e gratificante deve ser intermediado por tempos de pausa, de descanso. Assim como o Deus criador descansou no sétimo dia, os humanos deveriam, por *imitatio Dei*, observar tempos de descanso. Também Jesus de Nazaré conferiu dignidade especial a esta tradição, afirmando que o ser humano não foi feito para o sábado, mas o sábado para o ser humano (Mc 2,27-28). Toda a riqueza ecológico-social das tradições dos anos sabáticos (da terra, da libertação dos escravos e da remissão de dívidas) também precisa ser contemplada.

Interessantes são também alguns *insights* ecológicos no livro de Deuterônomo. Em Dt 22,6-7 há uma prosaica prescrição sobre o modo de lidar com pássaros e ninhos de aves. Recomenda-se tomar posse somente dos filhotes, deixando voar em liberdade a mãe-pássaro. Essa lei contrasta com fragmentos de anais assírios, com reflexos em textos proféticos (Is 10,14), nos quais o dominador se vangloria de ter metido a mão nas riquezas dos povos como em ninho e não haver deixado voar ninguém em liberdade; a lei bíblica constitui, provavelmente, uma reação contra o imperialismo assírio e suas conseqüências de devastação social e ambiental. Algo semelhante encontra-se em Dt

20,19-20, onde se interdita o desmatamento de árvores frutíferas para ações bélicas. A lei mais intrigante encontra-se em Dt 23,13-15, com recomendação de procedimentos de higiene e saneamento básico na vida do acampamento (e das cidades israelitas).

O livro de Jó também constitui bom espaço para uma leitura ecológica. Nesse texto há a disputa de um homem rico, que se tornou pobre e levou a sua vida em pó e cinzas. Nesta condição marginal, Jó realiza toda sorte de discussões com amigos e questionamentos a Deus por sua desgraça social. No fundo trava-se uma disputa pela validade e limites da teologia da retribuição. Na condição de marginalidade de vida, o questionamento de Jó a Deus sobre sua capacidade de gerenciar a criação desencadeia uma resposta divina (Jó 38-42), em que se descortina toda a complexidade das relações no complexo espaço da criação.

Os Salmos, como expressões humanas multiformes face à existência de Deus, são um tesouro inesgotável de pensamentos, sentimentos e orações humanas. Também dali, podemos extrair perspectivas ecológicas no sentido de afirmar o lugar dos humanos na criação divina, com a tarefa da mordomia e do cuidado diante do Criador.

No Novo Testamento, são reveladoras as ênfases na gratuidade da vida, na criação de Deus, bem como os gemidos da criação na tessitura social e política na dominação do Império Romano. O pressuposto da criação como obra de Deus perpassa o Novo Testamento, principalmente nos evangelhos e em Paulo. Os relatos da criação recebem, porém, um novo enfoque, sendo que é preciso perceber a função interpretativa atribuída por estes textos à criação, como no caso do Cristo cósmico ou também do casamento. Dentro de contexto social e politicamente catastrófico para comunidades cristãs, textos apocalípticos relêem e reescrevem a tradição da criação na expectativa de novos céus e nova terra.

A questão da terra, da água, do trabalho escravo e da necessidade de refazer a vida está significativamente presente em tradições do Novo Testamento, e igualmente pode ser resgatada para a reconstrução de paradigmas e de posturas ecologicamente corretos no mundo de hoje.

Quem busca estudar rapidamente o tema “ecologia” na Bíblia, encontrará algumas dificuldades, entre elas, que este tema não é direta e

especificamente trabalhado. Isto tem a ver com as intencionalidades da Bíblia enquanto livro de textos fundantes das tradições judaico-cristãs. Mesmo que a dimensão ecológica não constitua o seu centro, este livro pode e deve ser lido na consciência do “caminho mental” que busca ressaltar mais a dimensão holística e superar o caráter fragmentário do viver. A perspectiva ecológica deve ter presença assegurada na leitura da Bíblia, buscando sempre uma integração entre o grito dos pobres e os gemidos da criação.

4. Narrativas míticas da criação: Em um princípio...

O mito é uma linguagem religiosa que expressa as mais profundas convicções e dá sentido às inquietudes mais ousadas do ser humano. Compreender as narrativas da criação numa perspectiva mítico-literária pode contribuir, na pesquisa bíblica e na vida pastoral, para superar falsas alternativas (criacionismo x evolucionismo) e oferecer possibilidades de percepção mais profunda sobre a humanidade e sua elaboração do Sagrado. E isto pode, enfim, ajudar a construir um novo e necessário paradigma para a nossa vida no mundo.

Também o povo de Israel, como outros povos, utilizou-se da linguagem mítica para expressar sua fé e sua cosmovisão. Em Gn 1, defrontamo-nos com linguagem mítica ou até com um mito israelita da origem do universo. Convém, porém, destacar que esta narrativa de origem, muito provavelmente, nasceu de um confronto com outros mitos do entorno cultural antigo.

4.1. *Nascedouro e pano de fundo mítico-religioso de Gn 1*

Há um consenso exegético de que Gn 1 foi formulado em meio às experiências de uma parte do povo de Israel no contexto do exílio na Babilônia (587 e 539 a.C.). Quem aqui se expressa é a antiga elite de Judá e Jerusalém, que foi deportada pelo exército babilônico de Nabucodonosor (597 e 586 a.C.) e que agora está assentada “às margens dos rios da Babilônia” (Sl 137,1). Em uma situação totalmente nova, essa gente precisa articular a sua fé no novo contexto histórico e diante de novos desafios teológicos. “Ex-sacerdotes e ex-cantores do templo de Jerusalém terão dado a forma final à poesia” (SCHWAN-

TES, 1989, p. 28), o que confere um sentido litúrgico ao texto de Gn 1. Esta poesia genealógica do cosmos pode ter incorporado algumas tradições anteriores (Jr 31,35) e sofrido algumas adaptações quando veio a fazer parte da Torá ou Pentateuco, o que provavelmente ocorreu durante a época persa (em torno do ano 400 a.C.). O texto-base, portanto, brotou da experiência de gente de Israel no exílio, sofrendo posteriormente adaptações para servir de introdução geral a toda a obra da Torá (Pentateuco).

Assim compreendido, Gn 1 articula o debate da fé de Israel com o mundo cultural e religioso mesopotâmico, sobretudo com os mitos cosmogônicos e a religião astrológica. O Sol, a Lua e as estrelas são tidos como as representações dos deuses do panteão babilônico. Sobre tudo Marduc, o deus maioral neste panteão divino, tem a sua representação fulgurante no astro Sol. Os céus do mundo mesopotâmico estavam ocupados pelos deuses-ídolos da religião oficial do império babilônico. O próprio poder militar e estratégico desse império era ostentado por intermédio do símbolo do Sol como divindade.

Para os israelitas no exílio, a cultura e a religião babilônicas mostravam a sua dominância também através de mitos cosmogônicos que, na perspectiva mesopotâmica, relatam a origem do cosmos e a ordem social pretendida. Mitos cosmogônicos narram a origem do universo e das coisas a partir de alguma luta (*gonia*) nas origens. Na cultura mesopotâmica há um mito que se destaca: o *Enuma elish*, um poema acádico, escrito em sete tabuinhas de mais de mil versos. O nome é dado segundo as duas primeiras palavras do mito e significa “quando no alto...”. Este poema-mito foi concebido para justificar a supremacia de Marduc, deus da Babilônia, sobre outras divindades do panteão babilônico.

Enuma elish inicia com uma descrição do universo primitivo, o qual era constituído pelas águas doces, personificadas em *Apsu*, e pelas águas salgadas, personificadas em *Tiamat*, intimamente confundidas. Dessas entidades míticas originais nasceram as outras divindades:

“Quando no alto o céu não se nomeava e embaixo a terra firme não recebera nome, foi Apsu, o iniciante, que os gerou (os deuses

mencionados adiante no poema), a causal Tiamat que a todos deu a luz; como suas águas se confundiam, nenhuma morada divina fora construída, nenhum canal tinha ainda aparecido. Quando nenhum dos deuses começara a existir, e coisa alguma tivesse recebido nome, destino fora determinado, em seu seio (de Apsu e de Tiamat) foram então criados.”

Em seqüência, o mito narra uma luta entre as divindades para firmar a hierarquia no panteão divino. Nesse processo, Apsu é morto pelo deus Ea; em reação, Tiamat prepara uma vingança, reunindo partidários em torno de si. Outros deuses, no entanto, agregam-se em torno de Marduc, filho de Ea, e o instigam a enfrentar Tiamat e, assim, alcançar o posto dominante no panteão. Em uma batalha cósmica, Marduc vence e mata Tiamat e com os restos do seu corpo constitui o universo. Isso é narrado na tabuinha VI do poema de *Enuma elish*:

“Voltou (Marduc) atrás em direção a Tiamat que ele havia capturado.

O Senhor (Marduc) destruiu Tiamat e com sua massa (arma) inexorável, despedaçou-lhe o crânio; seccionou as artérias de seu sangue e deixou que o vento do norte o levasse para lugares desconhecidos. Vendo tal gesto, seus pais se alegraram, rejubilaram; e a ele ofereceram dons e presentes. Tendo-se acalmado, o Senhor (Marduc) examinou seu cadáver (de Tiamat); quer dividir o monstro, formar algo engenhoso; ele a cortou (Tiamat/feminino) pelo meio, como em dois cortando um peixe na secagem, dispôs uma metade como céu, em forma de abóbada; esticou a pele, instalou guardas, confiou-lhes a missão de não deixar sair nas águas.”

Com essa narrativa mítica, o poema babilônico assegura ao deus Marduc o posto mais elevado no panteão divino, e ele era celebrado como Deus criador também para além das fronteiras da Babilônia. Seu cosmos veio a existir por meio de sua luta. Vencida Tiamat, de seu sangue Marduc formou as águas, e de sua carne, a terra seca. No mito, o masculino vence a grandeza feminina, o que sem dúvida é reflexo das estruturas sociais e políticas.

Antes de destacar os conteúdos do mito israelita da criação, apontamos mais dois elementos da cultura religioso-mitológica babilônica que também servem de pano-de-fundo para as elaborações de Gn 1. Por um lado está a dimensão da *criação* dos seres humanos e do trabalho. Na mitologia babilônica, os humanos foram criados basicamente para executar tarefas que os deuses não (mais) queriam realizar. Por outro lado, está a concepção de imagem de Deus. A mitologia babilônica reserva aos governantes (imperadores, reis) o direito de serem chamados e venerados como imagem do Deus criador.

Gênesis 1 é uma narrativa mítica prescritiva. Ela foi assumida como testemunho da fé de Israel e testifica que o cosmos, a criação e a humanidade surgiram por vontade do Deus *Yahveh*. Os verbos hebraicos utilizados para relatar esta criação que nasce pela Palavra são *barah*, “criar” (1,1.21.27; 2,4) e *assah*, “fazer” (1,25; 2,2.3). Mais adiante, veremos como o Novo Testamento se apropria desta linguagem para expressar a concepção de Deus como criador.

Sendo que tudo o que existe surgiu da vontade de Deus *Yahveh*, o texto de Gn 1 também prescreve e ordena simbolicamente a ordem real (presente) do cosmos e da criação/humanidade. Vejamos alguns elementos prescritivos para compreensões profundas de Israel:

- Trabalho e pausa - A própria forma da narrativa, construída numa seqüência de sete dias, já prescreve um ritmo de tempo fundamental na experiência histórica (anterior e posterior) de Israel: seis dias de trabalho e um dia de descanso (*shabat*). Segundo o relato, o trabalho faz parte da ordem da criação; porém, a criação, sobretudo dos humanos, não tem no trabalho a sua culminância nem seu sentido exclusivo. O ritmo de trabalho é entrecortado por tempos especiais de pausa. A estrutura do relato culmina no estabelecimento do *shabat*. O poema israelita prescreve as pausas como constitutivas do viver na e da criação. Nisso, o relato certamente retoma tradições anteriores de Israel como leis que prescreviam a observância de um dia de descanso após seis dias de trabalho.³ Aqui, o sábado ganha

³ Sobre as tradições do sábado como um dia de descanso na legislação do antigo Israel, ver

uma relevância especial, porque é dignificado pela atividade do não-fazer-nada do Criador neste dia e pela bênção Dele sobre esse tempo especial. Israel, na sua *imitatio dei*, isto é, no seu modo concreto de organizar a vida social, sabe e deveria saber que esse ritmo de tempo faz parte de sua cosmovisão, desde o tempo “em um princípio”.

- Comunidade da criação - A seqüência dos conteúdos na estrutura do relato afirma os diversos elementos integrantes da criação como elos de uma comunidade da criação. Nela, cada elo tem seu valor intrínseco. Isso é apresentado no texto por uma fórmula estereotipada que se repete várias vezes: “e viu Deus que era bom” (Gn 1,12.18.21.25). Os elos na criação, criados antes do ser humano, recebem uma valorização e uma dignificação especiais de parte do criador.
- Humanos: seres da terra integrados na criação - Os seres humanos são confirmados como integrantes-integrados na ordem da comunidade da criação. Junto com os vegetais (criados no terceiro dia – Gn 1,11) e os animais vivos (criados no sexto dia – Gn 1,26), os humanos são seres saídos da terra. Para qualquer israelita, o termo ‘*adam*’ estabelece uma relação semântica com o termo ‘*adamah*’, que significa terra ou solo. Essa associação entre os humanos e a terra torna-se mais explícita em e a partir de Gn 2,7, mas já está totalmente presente em Gn 1, na medida em que se afirma que os humanos são “seres saídos da terra”. Traduzido para o português, esse laço semântico pode ser expresso pela relação entre *humanus* e *humus*. Os humanos são feitos do húmus! Portanto, desde as origens, estão inter-relacionados com a terra. É sabido, porém, que Gn 1-2 sempre foram lidos e interpretados para expressar a superioridade dos humanos em relação ao “resto” da criação e para legitimar a dominação humana sobre este “resto”. A partir de uma releitura de Gn 1, deveríamos fazer um esforço no sentido de superar

REIMER; RICHTER REIMER, 1999, p. 38-56. Ver também o artigo de PIXLEY, 1999, p. 23-32.

tais interpretações e posturas, aprendendo também as palavras de Albert Einstein (*apud* REIMER, 2001, p. 755):

“Os seres humanos são uma parte do todo que nós chamamos de Universo, uma pequena região no tempo e no espaço. Eles consideraram a si mesmos, suas idéias e seus sentimentos como separados e à parte de todo o resto. É uma ilusão de ótica em suas consciências. Essa ilusão é uma espécie de prisão. Ela nos restringe às nossas aspirações pessoais e limita nossa vida afetiva a umas poucas pessoas muito próximas de nós. Nossa tarefa seria livrar-nos dessa prisão, tornar acessível nosso círculo de compaixão de forma a abraçar todas as criaturas vivas e toda a natureza em sua beleza”.

- Imagem de Deus - Gn 1 confere e prescreve também uma dignificação especial para todos os seres humanos. Todos os humanos (*'adam* é masculino e feminino!) são afirmados como imagem e semelhança do criador. Assim, a fé de Israel, projetada nesta narrativa mítica, transforma contraculturalmente conceitos antropológicos vigentes na cultura babilônica dominante, segundo os quais somente os governantes seriam imagem e semelhança de Deus. Gn 1 polemiza contra tal antropologia e democratiza o conceito de *imago dei* para todos os seres humanos.
- Mandatos dos humanos - Gn 1 prescreve atribuições de mandato aos humanos dentro da ordem da criação. Já antes da criação dos humanos, o relato atribui posição de domínio para estes: “Tenha *'adam* domínio sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos, sobre toda a terra e sobre todos os répteis que rastejam pela terra” (Gn 1,26). O mandato de domínio é expressamente repetido em Gn 1,28, onde se elenca primeiramente a fórmula de bênção e fertilidade:

“sede fecundos, multiplicai-vos e enchei a terra...” . Esta formulação de bênção aos humanos já é referida anteriormente também em relação aos animais criados no quinto dia (Gn 1,20-23)! Somente depois é que se afirma em que consiste o mandato

de domínio dos humanos: “sujeitar (*kabash*) a terra”; “dominar (*radah*) os animais” (peixes, aves e répteis).

Esse binômio sujeitar-dominar tem desempenhado um papel importante, e também funesto, na autocompreensão dos humanos no mundo, sobretudo dos ocidentais modernos. O mundo moderno teria encontrado, aqui, bases ideológicas para um *dominium terrae* irrestrito. Assim lido e entendido, o mandato de Gn 1,26.28 pôde servir para a construção de uma mitologia do poder na civilização ocidental.

Será que o mandato aos humanos de fato prescreve esta dominação? Como podemos lidar com esse mandato?

Os verbos hebraicos *kabash* e *radah* são termos recorrentes na linguagem da ideologia régia do antigo Oriente, aparecendo também nos chamados ‘salmos reais’ na tradição de Israel (Sl 72,8; 110,2). Uma análise da ocorrência destes verbos evidencia conteúdos como pretensões de sujeição ou projeções de dominação sobre outros. Vejamos:

O verbo *kabash* tem em si o significado de “pisar na terra”, ou de dominar no sentido de submeter, tomar posse e tornar a terra aproveitável. A ação predominante do verbo é “colocar aos pés”. Algo semelhante se dá com o verbo *radah*. A partir de seu uso nos textos reais, estes verbos hebraicos denotam ações de domínio, que podem dar margem para interpretações no sentido de um *dominium terrae* irrestrito. Uma análise mais crítica, porém, percebe e resgata alguns aspectos na limitação deste poder de dominação:

- Na ideologia régia, como expressa nos salmos reais (Sl 2; 72; 110), o poder de dominação e sujeição do respectivo rei ou messias é direcionado para o ordenamento do cosmos, no sentido de estabelecer justiça e paz para o próprio povo. Afirma-se que o rei ou o messias da justiça e da paz terá cuidado especial com os pobres, fracos e necessitados (Sl 72,12-13).
- A sujeição da terra e o domínio sobre os animais talvez estejam vinculados com a necessidade de sobrevivência ou subsistência dos humanos na criação. Conforme Gn 1, os humanos deveriam ser vegetarianos; um domínio sobre os animais, portanto, não

inclui (ainda) o direito de tirar a vida para prover a sobrevivência. Isto será retificado nos chamados mandamentos noádicos (Gn 9,1-7).

- Gn 1 está direcionado para o seu *clímax* no sétimo dia da criação. Esse clímax prescreve um *shabat* (descanso sabático) para toda a criação, inclusive para o próprio Criador. O texto ordena e prescreve uma interrupção temporária da atividade produtiva e produtora na organização dos humanos, como é atestado na legislação social do antigo Israel. Na situação dos exilados na Babilônia, submetidos a trabalhos forçados, a aspiração por um tempo de descanso deve ter alimentado a resistência. O domínio humano na criação, pois, não se afirma como ilimitado, mas está restrito a tempos de trabalho. A partir da cosmovisão projetada neste mito, a pausa de um *shabat* é prescrita como uma ordem necessária e justa para toda a criação, para a sobrevivência e preservação de toda a criação (Ex 20,8-11; 23,10-11.12).

Esses elementos podem, pois, ser entendidos como limitadores do mandato de dominação dos humanos. O texto de Gn 1, porém, recebe ainda uma complementação pela justaposição de um outro relato mítico em Gn 2,4b-3,24, comumente designado de “segundo relato da criação”. Este relato tem sua gênese em outro contexto histórico, e apresenta ênfases próprias e distintas.

Neste segundo relato da criação, em Gn 2-3, o binômio, “sujeitar e dominar”, é relativizado pelo binômio “cultivar e guardar” (Gn 2,15). O verbo hebraico para “cultivar”, *abad*, tem aqui a dimensão de trabalho para garantir a subsistência. O verbo “guardar”, *shamar*, designa mais a tarefa precípua do princípio “cuidar”. Assim como um salmo afirma que o Deus *Yahveh* é o “guarda de Israel”, isto é, imbuído de misericórdia e cuidado, os humanos devem cuidar de toda a criação. Assim, homem e mulher tornam-se “imagem” de Deus criador.

As atividades dos humanos consistem em trabalho e cuidado (cultivar e guardar). Esta tarefa consiste, por um lado, na transformação do ambiente natural em ambiente cultural. O desafio do ser humano é justamente transformar em cultura o que é simplesmente natural.

Nisso reside talvez uma das genuínas tarefas criadoras do ser humano: ser co-criador(a) com Deus. Por outro lado, a tarefa do ser humano implica também o “guardar”, isto é, não destruir a natureza criada por Deus, mas mantê-la em suas bases de sustentação e no seu próprio ciclo de vida.

Os seres humanos recebem de Deus a incumbência de zelar pela criação continuada de Deus, uma criação que se estende até hoje, incluindo todas as mutações, transformações e evoluções naturais. Os humanos são *um* elo da comunidade da criação, e co-responsáveis por ela.

As projeções ideais de Gn 1 + 2-3 + 4 são relativizadas pela experiência mítico-simbólica do dilúvio, recebendo a ordem da criação um novo ordenamento após o dilúvio. Na verdade, a ordem “real” de Israel é a projeção “após do dilúvio” (Gn 9). Alguns elementos da ordem ideal de Gn 1 + 2-3 continuam tendo validade (a concepção de *imago dei*), outros elementos são reordenados e prescritos de modo constativo na “nova ordem pós-diluviana”. Assim, a relação dos seres humanos com a terra continua sendo afirmada no nível do sujeitar/cuidar; a relação com os animais, porém, é acirrada no sentido de incluir o derramamento de sangue e a utilização da carne para a dieta humana, embora com restrições. Na cosmovisão de Israel não existe um retorno à “ordem ideal” no sentido de um “paraíso perdido”. Para Israel e para quem segue nos trilhos da fé de Israel, o ponto de chegada na caminhada histórica é um constante (re)ordenamento da criação, segundo os princípios de cuidado expressos e/ou revelados no restante da Torá de Israel.

Gn 1 tem sido reiteradamente cooptado para legitimar um domínio utilitarista dos humanos sobre a criação. Diante de novos desafios na lógica de um pensamento ecológico, é importante redescobrir e reler esse texto. Um problema central continua sendo a concepção de antropocentrismo, que, na verdade, é uma leitura egocêntrica. Deve-se, hoje mais do que nunca, reconhecer a dimensão de comunidade de criação e passar a fazer uma leitura ecocêntrica, isto é, tomando a casa da criação e suas inter-retro-relações como ponto de partida e referencial hermenêutico na leitura deste texto.

Gn 1 abre toda a Escritura Sagrada. Não é uma página isolada, nem um mito particular. Pela intertextualidade, está ligado com o todo da Escritura, testemunhando que o Deus libertador e da aliança com Israel é também o Deus criador e ordenador do cosmos. Como mito de origem, Gn 1 não existe de modo isolado, mas deve ser lido na relação com outros mitos cosmogônicos do antigo Oriente.

QUESTÕES PARA OS GRUPOS:

- 1) A partir das crises socioambientais, da emergência do pensamento ecológico e da urgência da questão ambiental, como você avalia este exercício de construir uma hermenêutica ecológica? Fale de suas experiências!
- 2) Nesta breve abordagem de textos bíblicos que podem ser relidos em perspectiva ecológica, faça alguns destaques referentes ao capítulo 4 e reflita: Será que uma “leitura mítico-literária” pode ajudar a reconstruir nosso mundo e nossas relações também com Deus? Como? E em que medida?

4.2. Criação e criatura em alguns Salmos

Assim como os relatos míticos de Gênesis, também os Salmos são *testemunhos* que comunicam a experiência religiosa fundante. Na origem destes textos está a experiência do Sagrado em suas diversas formas de linguagem (símbolos, mitos, ritos, doutrinas, ética). No centro dos Salmos está a experiência com *Yahveh*, Deus de Israel. Por isso, eles podem ser entendidos como respostas humanas a esta experiência da manifestação de Deus. Particularmente nos Salmos estamos diante do “lado orante” da lei de Deus e do seu povo (MESTERS). Os Salmos *comunicam* esta *hierofania* (manifestação de Deus), buscando perceber Deus em fenômenos da natureza, na atuação junto ao templo, na liturgia, na oração, no louvor...

Os Salmos não são homogêneos. Eles têm gêneros literários distintos, sendo um tesouro precioso de mentalidades, sentimentos e espiritualidade. Nesta coleção de cânticos de louvor, lamentações individuais e coletivas, hinos, salmos sapienciais etc. estão

codificadas experiências e projeções distintas de pessoas, grupos e diferentes comunidades no contexto do antigo Israel e em seu contexto maior.

Essa variedade de expressões litúrgicas e de fé, contudo, passou por um processo cuidadoso de composição. Existe uma arquitetura interna do saltério, destacando um princípio que perpassa toda a coleção. Os Salmos são estruturados em cinco “livros” (3-41; 42-72; 73-89; 90-106; 107-145), nos quais as doxologias (41,14; 72,18; 89,53; 106,48; 145,21) servem como marcadores. Os cinco “livros” recebem um *preâmbulo*, formado pelos Sl 1 e 2, sendo que os temas da Torá, Messias, Sião e poderio de Deus marcam o saltério desde esta porta de entrada. Esse preâmbulo tem o seu contraponto na longa *doxologia final*, constituída pelos Sl 146-150. Aqui reaparecem temas da abertura como Jerusalém, Davi como Messias, cosmos, o povo messiânico e a afirmação de que em tudo o que respira está o poderio de Deus.

Este quadro arquitetônico-literário dos Salmos mostra que seu conteúdo está pensado dentro do horizonte messiânico e teocrático. *Yahveh* é o rei supremo (Sl 93-100) sobre todo o cosmo, Davi é o seu Messias e Jerusalém/Sião é o lugar privilegiado de sua manifestação e moradia. Entende-se que no processo de seleção e composição dos salmos foram utilizados critérios enquanto “filtros” teológicos. Um deles é a concepção monoteísta de *Yahveh* como Deus criador, centrado no monte Sião. Isso implica que determinadas “funções divinas” que eram atribuídas a outras divindades agora podem ser incorporadas à cultura religiosa hebraica. Veja-se o Sl 65, no qual *Yahveh* é celebrado como o Deus da fertilidade, uma função que na tradição cananéia era atribuída ao Deus *Baal*. Algo semelhante está refletido no Sl 19, um hino ao sol, representado por *El* no panteão cananeu: na primeira parte do salmo (v. 1-6) usa-se sempre o nome divino *El*, e, na segunda parte (v. 7-14), na qual se fala da perfeição da Torá, usa-se o nome próprio *Yahveh*. Talvez seja uma simbiose de dois elementos que originalmente estivessem dissociados.

4.2.1. O lugar de Deus na criação (Sl 104)

Do ponto de vista da poesia, o Sl 104 é um dos mais sugestivos do Saltério. É um hino à natureza, uma paráfrase litúrgica de Gn 1. Em seu conteúdo, expressa magistralmente a dimensão de *Yahveh* como o Deus criador de tudo e a concepção da inter-relação entre Deus e a criação.

Elencados estão os distintos elementos constitutivos do cosmos: céus (v. 2-4), terra (v. 5-9), dinâmica da vida na terra (v. 10-18), lua e sol (v. 19-23), mar (v. 24-26). O auge do salmo está na afirmação de que *Yahveh* é o doador e mantenedor da vida. A *ruah* (espírito) de *Yahveh* é entendida como o princípio vital de todo o cosmos. “Envias a tua *ruah*, eles são criados, e assim renovas a face da terra” (v. 30). Essa dimensão primordial da força criadora de *Yahveh* é celebrada com toda carga poética. Mas os autores também têm consciência do “elemento aterrorizante” deste Deus. “Se escondes a tua face, eles se apavoram, se retiras seu sopro, eles morrem e voltam a ser pó” (v. 29; v. 32).

No Sl 104, a vida da criação é pensada em termos de uma grandiosa e incessante troca de energias. Essa “enlevação ecológica”, porém, não está desconectada das realidades históricas marcadas pelo conflito entre pobres/justos e opressores/ímpios (v. 35). Dentro destas contradições históricas, a esperança humana é celebrada no Deus “que fez os céus e a terra, o mar e tudo o que nele há e mantém para sempre a sua fidelidade, que faz justiça aos oprimidos e dá pão aos que têm fome (...) guarda o peregrino, ampara o órfão e a viúva” (Sl 146,6-7.9). Também no Sl 33, celebra-se *Yahveh* como Deus criador que tem cuidado por toda a criação: frustra planos de inimigos (v. 10), subjuga poderes militares e cuida da vida das pessoas. Talvez nisto os Salmos ajudem a articular uma relação intrínseca entre discurso e prática ecológicos com referenciais básicos da teologia da libertação.

4.2.2. O lugar dos humanos na criação (Sl 8)

O Sl 8 reflete sobre o lugar dos humanos na criação. Apesar dos problemas de tradução e interpretação, há um consenso em relação à idéia central: as obras de Deus são elogiadas, destacando-se entre elas o ser humano.

O salmo apresenta dois temas conflituosos:

a) A menção de crianças e lactentes (v. 3) não aponta para um

louvor ingênuo e infantil, mas remete para um terrível contexto de violência de guerra que causa sofrimento e destruição (veja Jr 44,7; Lm 4,4). A boca das criancinhas clama por causa do sofrimento, ao qual *Yahveh* responde instaurando refúgio ou fortaleza. O louvor da criação não descola das realidades de sofrimento da criação no seu curso histórico. Assim também o Sl 8 mantém interligados o louvor ao Deus do universo e a sua intervenção na história como um Deus libertador e protetor dos elos mais fracos na criação, isto é, pobres, viúvas, órfãos, peregrinos (veja Sl 146,6-7).

b) O segundo elemento conflituoso no Sl 8 são as afirmações sobre ser humano, que aparecem sobretudo nos v. 5-6:

“O que é um homem, para que dele te lembres?
E o filho do ser humano para que o visites?
Fizeste-o um pouco menor de um Deus,
de glória e honra o coroaste.
Fizeste-o domínio sobre as obras da tua mão
e sob seus pés tudo lhe puseste ...”.

Este tem relação com a narrativa de Gn 1, em especial com o mandato divino aos humanos (1,26-28). A teologia da criação já está pressuposta, bem como uma tendência a um universalismo teológico típico de escritos tardios do Antigo Testamento.

A menção paralela de *enosh* (homem) e *ben-adam* (filho do ser humano) justaposta a Deus no v. 5 indica que se trata de criaturas, que, ao contrário do criador, têm uma existência limitada. Quem é este ser humano? A resposta é: um pequeno Deus, coroado de glória, que submete a criação a seus pés. Tais projeções têm influências da linguagem real do antigo Oriente, aplicada aos reis (veja Dn 2,37-38; Sl 72,8-11). Neste sentido, afirmações do Sl 8, bem como de Gn 1,26-28, foram interpretadas como elementos religiosos legitimadores das pretensões humanas de um *dominium terrae* irrestrito. Diante de graves crises ambientais, tais interpretações são merecedoras de crítica e revisão.

Abstraido do contexto real, porém, as afirmações do Sl 8 podem ser entendidas como autocompreensão de pessoas em contexto de

ameaças e luta por sobrevivência, como foi marcante para israelitas durante o exílio e mesmo no período do pós-exílio. Em tais situações, projeções de poder e domínio têm limites claros: O ser humano é reconhecido como tendo a dignidade da imagem e semelhança do criador (majestade e glória são atributos divinos!). Mas a sua função deve ser entendida em consonância com as características marcantes de *Yahveh* como libertador e mantenedor da vida.

O uso do verbo *mashal*, “dominar” (v. 7), que tem um emprego variado dentro da Bíblia hebraica, pode ser entendido no sentido básico de expressar a administração responsável de um elemento dentro de um conjunto, inclusive cuidando da supressão e controle de aspectos indesejáveis. Através deste domínio, o Sl 8 não outorga ao ser humano uma condição de senhor absoluto e tirânico, mas de “gerente e administrador do universo em nome de Deus” (SOUZA, 1995, p. 59). É evidente que o verbo expressa uma dimensão de hierarquia, que em alguns casos pode ser problemática (Gn 3,16), mas, no geral, a posição de ser humano é a de zelar e cuidar, e o seu exercício cotidiano deveria ser um desdobramento de sua condição antropológica essencial: o ser humano é um ser de cuidado (BOFF, 1999).

O que o Sl 8 expressa como domínio dos humanos sobre a criação pode ser percebido como tendo dois desdobramentos testemunhados nos textos da Bíblia hebraica. Em muitas passagens, verifica-se um domínio utilitarista no sentido de uma lógica sacrificial de elementos da natureza, para satisfazer as necessidades, interesses e desejos dos humanos e do próprio Deus. Em outra perspectiva, pode-se perceber nos textos da Bíblia hebraica uma variedade de tradições explícitas do cuidado dos humanos para com os elos mais frágeis da criação, sejam eles pessoas empobrecidas ou outros elementos da natureza ameaçados.

De uma forma geral, os salmos expressam a idéia central de que a criação/natureza é criação divina. *Yahveh* é celebrado como o doador e mantenedor da vida de toda a criação. Embora a mensagem ecológica não seja o centro dos Salmos, eles expressam a idéia de que o Criador mantém uma aliança com toda a criação. Os Salmos mais “ecológicos” são hinos de louvor e celebram “a pertença e a comunhão com

o universo” (SOUZA, 1995, p. 59). Os elementos naturais, embora sendo transparência para Deus, em boa medida são dessacralizados e recebem uma dimensão libertadora em relação a eventuais dependências de forças da natureza. *Yahveh* é celebrado como o rei de toda a criação. Pode-se perceber uma espiritualidade ecológica que insere toda a criação e o próprio Deus num só e mesmo universo. Ao ser humano cabe uma função de mordomia responsável junto a toda a criação e diante do Criador.

5. Criação e recriação no Novo Testamento

Um dos pressupostos básicos para analisar a temática da criação no Novo Testamento é que tanto as cartas do *corpus paulinum* quanto os *evangelhos*, *Atos* e *Apocalipse* refletem uma já tradicional teologia da criação. A novidade é que existe uma releitura desta tradição a partir do evento de Cristo, aspecto muito forte em algumas cartas e em escritos joaninos.

No Novo Testamento, a criação não é tema central, nem predileto. Quando é tematizada, a criação sempre está vinculada à ação histórica de Deus no mundo ou interligada com o evento crístico. Assim, a história libertadora de Deus com seu povo e a história da criação estão intimamente relacionadas, como também já o constatamos no Antigo Testamento. Igualmente, no contexto sociocultural e religioso do Novo Testamento era comum a noção de que o mundo foi criado por uma ou várias divindades. Por isto, para as pessoas e comunidades cristãs era importante afirmar que Deus – o Deus de Abraão, de Sara, Jacó, Miriam... e de Jesus – é o criador do mundo, marcando com isto seu referencial e diferencial de identidade religiosa naquele contexto.

Talvez seja importante destacar, aqui, que a afirmação de Deus criador não tinha tanto a função de entender ou tornar compreensível o início ou o surgimento do mundo. Era mais do que isto: num contexto de exploração econômico-social e de ocupação político-militar, esta afirmação de identidade religiosa objetivava garantir a existência/sobrevivência digna do povo, bem como a preservação do mundo e de todos os seres criados.

Para termos um referencial panorâmico do tema em textos do Novo

Testamento, faremos, primeiramente, uma abordagem lingüística do termo grego *ktidzein* “criar”, na relação com a temática no Antigo Testamento. Depois disso, aprofundaremos alguns temas e textos pertinentes ao assunto.

5.1. Os sentidos do “criar”

O termo hebraico *barah* é traduzido para o grego *ktidzein* na *Septuaginta* (LXX - tradução grega do Antigo Testamento) e assim também é utilizado no Novo Testamento. Aqui, o termo e seus derivados aparecem 35 vezes, e a maioria se encontra em escritos paulinos ou de influência paulina. Esses termos se referem sempre a Deus como criador, bem como à sua criação e criaturas. Trata-se do mesmo uso de linguagem que provém da LXX, refletindo e pressupondo, portanto, toda tradição judaica da criação como obra de Deus.

O termo *ktidzein* tem vários níveis de significado, se refere e é utilizado em relação a:

a) *Deus como criador do mundo* é um pressuposto e por isto não precisa ser justificado (Mc 13,19 par.). O apóstolo Paulo, discorrendo sobre a justiça como característica da fé em Jesus Cristo, afirma que os atributos, o poder e a própria divindade de Deus são (re)conhecidos – desde o princípio do mundo – através de e nas coisas que foram por ele criadas. Por isto, Paulo denuncia práticas impiedosas e perversas como originárias de sabedoria humana egocêntrica, que transforma a glória de Deus em representações da vanglória humana (Rm 1,16-32). Nesta lógica, numa denúncia clara também ao culto ao imperador, o apóstolo afirma que adorar a servir a criatura no lugar do criador é uma forma de idolatria (Rm 1,25), e deve ser condenada. Interessante é a abrangência do argumento criacionista de Paulo neste texto: A concepção de Deus como criador é utilizada tanto para denunciar abusos de poder nas relações sociais quanto para “naturalizar” a condição sexual de homens e mulheres; o “desvio” sexual seria decorrência do “desvio” teológico (Rm 1,26), e por isto igualmente é condenado pelo apóstolo. Por isto mesmo é interessante observar que a noção de Deus como criador é usada para argumentar e legitimar a relação entre homem e mulher no casamento, visto que Deus criou homem e

mulher (Mc 10,6; Mt 19,4; 1Cor 11,9). Além disto, em escritos mais recentes, há a convicção de que o criador deve ser honrado através do louvor e agradecimento (1Tm 4,3; Ef 3,9; Ap 4,11), visto que ele permanece fiel à sua criação (1Pd 4,19). No conjunto, a concepção veterotestamentária de Deus como criador é relida a partir do evento crístico: Jesus Cristo chega a ser apresentado na função de mediação no processo da criação (Cl 1,15-20; Ef 3,9).

b) *Criação como obra de Deus*, a qual no momento está sofrendo como não sofria desde o princípio (Mc 13,19). É no ato da criação que também se manifesta o poder de Deus e sua divindade (Rm 1,20), e é desde então que Deus criou homem e mulher (Mc 10,6). A Boa Nova da salvação é oferecida a toda a criação (Cl 1,23; Mc 16,15). Desde o princípio da criação, Cristo é o primogênito (Cl 1,15; Ap 3,14), e com isso adquire característica e *status* de quem não foi criado, assumindo função mediadora e acima da criação. Há distinção entre criador e criação (Rm 1,25). Esta distinção não exclui a relação, que Paulo reflete cristologicamente: sendo que a divindade se expressa no ato criador, a criação que está sofrendo tem a expectativa de que o poder de Cristo a liberte do sofrimento e das amarras da opressão. Isso indica para a noção de nova criação (Rm 8,19-20) e adquire significado antropológico e dimensão cosmológica.

c) A noção da *nova criação* encontra-se em escritos do *corpus paulinum* e joaninos. Quem está “em Cristo” é nova criatura (2Cor 5,17); nela as diferenças étnico-culturais são superadas (Gl 6,15). A nova criação, portanto, está intrinsecamente vinculada ao evento crístico (Ef 2,10.15; 4,24 = Cl 1,15). Com este conceito, expressa-se a existência da pessoa cristã após o batismo. É nesta existência, marcada por um contexto sócio-histórico hostil, que comunidades cristãs reinterpretem tradições profético-apocalípticas dentro de um horizonte histórico-salvífico. É dentro e a partir de contexto de opressão política, de exploração econômica e de discriminação religiosa – o ressurgir do caos original – que o Apocalipse faz também sua releitura do Gênesis. A criação original foi tomada pelo monstro do caos, o dragão e seus aliados. Há dor, destruição, exploração. Há choro, clamor e lágrimas. A expectativa da salvação vem da certeza de que Deus pode recriar:

todas as coisas serão recriadas (Ap 21-22). A nova criação será totalmente habitada por Deus, e Deus mesmo será a luz para iluminar e transformar a vida. No princípio, a luz foi fonte criadora de vida (Gn 1,2-4). Esta mesma luz atuou em Cristo (Lc 2,32; Jo 1,4; 3,19; 8,12). E também no final – que é recriação – a luz vencerá as trevas (Ap 22,5)!

5.2. A criação anseia por libertação (Rm 8)

Paulo escreve a partir e para dentro de uma realidade social, política e religiosa conturbada para pessoas que aderiram ou querem aderir à fé cristã. Rm 8 reflete esta situação. E para dentro dela, tece um horizonte de esperança. Sua perspectiva é cristocêntrica, relacionada com a criação, respectivamente com uma releitura da criação. Paulo não nega a realidade do sofrimento pessoal e global, e oferece uma superação do sofrimento a partir da participação no processo recriador.

Rm 8,18 retoma o versículo anterior para dar-lhe continuidade e aprofundamento. O tema do sofrimento e da glória é aqui retomado. O destaque é dado para a certeza que Paulo tem acerca da superação do sofrimento, o qual é característica “deste tempo presente” (*kairós*). Esse tempo é tempo revelador, é tempo de desmascarar a injustiça e articular a esperança.

O apóstolo não é ofuscado pela certeza da glória, mas essa certeza torna seu olhar e seu juízo mais aguçados para a percepção da injustiça manifesta nos sofrimentos. Só assim é que ele pode remeter simultaneamente à superação destes, contrapondo os sofrimentos ao que há de vir. O assunto é apocalíptico. Há coisas que precisam ser desvendadas urgentemente. Duas vezes em seguida são usados termos apocalípticos (8,18.19). A partir daí, vai se tirar a máscara do sofrimento e da sua causa.

A justificativa da superação do sofrimento é a expectativa da criação (*ktísis*) que aguarda ansiosamente a revelação dos filhos e filhas de Deus (8,19). A libertação da criação está intrinsecamente ligada à libertação das pessoas que fazem parte dela. Como se explica a expectativa da criação?

Rm 8,20 dá a resposta: a criação está submetida à futilidade. Essa

submissão existe não porque ela o queira, mas por causa de quem a sujeitou! Temos aqui um *midrax*, uma interpretação crítica dos resultados advindos do mandato divino desrespeitado pelos seres humanos (Gn 1-3). A queda dos seres humanos tem por consequência a queda de toda a criação. O desencantamento da criação já é interpretado assim no judaísmo contemporâneo de Paulo: “Quando Adão infringiu os meus mandamentos, a criação foi julgada. Então os caminhos deste mundo tornaram-se estreitos, tristes e penosos, lastimosos e ruins, cheios de perigos e a mercê de grandes necessidades” (4 Esdras 7,11-12). A “futilidade” da criação, portanto, é consequência do pecado humano (Gn 3,17); a criação perdeu seus encantos, e a relação para com ela passa a ser de exploração, fadiga e indiferença. Nada tem a ver com trabalho criador, cuidado e descanso.

Nesse tempo de sofrimento, o primeiro anseio, a primeira expectativa expressa por libertação é manifestada pela criação. A passagem de 8,20 para 8,21 é profunda e central. Ali está expresso que a expectativa por libertação da criação baseia-se “na esperança”. Esta esperança não é apenas a revelação dos filhos e das filhas de Deus, isto é, a sua justificação que condena toda espécie de dominação e opressão, mas é também a libertação da própria criação: “pois também a criação será libertada da escravidão da corrupção para a liberdade da glória dos filhos e filhas de Deus” (8,21). Há, portanto, aqui, uma visão holística da libertação, da revelação através da graça de Deus: o acento recai sobre toda a criação!

O texto afirma que a criação será libertada da “escravidão da corrupção”, e que também ela viverá a liberdade da glória dos filhos e das filhas de Deus, que foram agraciados pela justiça de Deus. A criação participará da liberdade e da glória. O texto respira e transpira a nova criação! Agora há sofrimento, e o apóstolo Paulo demonstra que existe uma profunda relação entre a futilidade da criação e o cativo da corrupção, sob o qual ela está sofrendo. O pecado, a injustiça, a omissão diante de toda forma de violência corrompem a criação, o que em perspectiva ecológica significa dizer: ganância e consumismo intoxicam, envenenam, sugam a ponto de exterminar a criação toda. Por isso, ela se encontra em situação de “futilidade” que anseia por

libertação. Esta libertação será integral, abarcando toda a criação.

5.2.1. Parir libertação – imagem e realidade

O anseio por libertação e a certeza dela estão argumentados em 8,22: “pois sabemos que toda a criação geme conjuntamente e conjuntamente tem dores de parto até agora”! Os termos que aqui aparecem têm uma força de expressão e concreção tão grandes que nos fazem vibrar junto com a criação. Eles expressam e visualizam o *corpo* da criação em trabalho de parto. Os verbos (*systemádzein*, “gemer conjuntamente” e *synodínein*, “conjuntamente ter dores de parto”) fazem menção clara de todo processo do trabalho de parto. As traduções bíblicas são péssimas, quando generalizam este sentido para “geme e suporta angústias” (Almeida), ignorando sua relação com o trabalho de parto.

Considero o texto de Paulo lindo, porque trabalha o conjunto da criação. Aos gemidos e dores de parto da criação juntam-se também os gemidos de parto das pessoas que têm as primícias do Espírito (8,23). Ninguém fica de fora nesse processo. No sofrimento e na esperança junta-se todo ser vivente e se faz corpo com a divindade. Faz-se corpo no e através do parto. Traduções parecidas com “gememos em nosso íntimo” (Almeida) são falsas, porque não consideram o parto como elemento revelador da glória e revelação de Deus. Nosso gemer é igualmente um “gemido de parto” (*stenádzo*) que acontece em nós, porque também nós temos a ardente expectativa da filiação divina, que significa a redenção do nosso corpo (8,23)!

Os termos gregos que traduzimos como “libertação” (*eleutheria*, v. 21), “escravidão/cativeiro” (*duléia*, v. 21), “redenção” (*apolytrosis*, v. 23) remetem ao contexto romano de escravidão. É muito revelador o fato de Paulo usar um termo eminentemente econômico-político e jurídico para falar da redenção de nossos corpos: *apolytrosis* é termo técnico usado para designar a compra da liberdade de uma pessoa escrava; é libertação adquirida por preço que alguém paga, é alforria!

5.2.2. O fundamento da libertação...

Como vimos, o texto afirma que também nós gememos em dores de parto na ansiosa expectativa da filiação divina, que significa a liberta-

ção dos nossos corpos (8,23). Portanto, os corpos de toda a criação, também das pessoas crentes, estão sendo submetidos à corrupção, à injustiça, aos sofrimentos. O parto necessário é a libertação através da revelação da filiação divina.

Para Paulo, esta libertação ocorre e se fundamenta na salvação já ocorrida através da esperança que se apresenta em Cristo Jesus (8,24)! O Gólgota remete aos gemidos de parto, e o túmulo vazio representa a concretização do parto. Nova história, nova criação está iniciada.

A criação toda geme em trabalho de parto. Gerner e gritar, fazer força eram necessariamente (até há pouco tempo) características para o trabalho de parto “natural”. Penso que Paulo utiliza esta imagem para refletir a necessidade de fazer força, de trabalhar para que a nova vida aconteça. Nós participamos da construção, da gestação deste novo! É Cristo que arduamente conquista nossa redenção-libertação, mas nós devemos vivenciar esse processo em nosso corpo. Interessa a salvação do corpo. Interessa a salvação do todo. Nós participamos desse processo, vivendo como pessoas justificadas que realizam o projeto de justiça e cuidado de Deus. Também esse é o nosso gemido de parto...

Na imagem de parto, que esse texto transpira, transparece a esperança da vida, da nova criação, isenta de corrupção, de escravidão, de futilidade. Esta é imagem de esperança viva, que nos faz trabalhar, fazer força, porque sabemos que vale a pena, porque já sentimos o novo em nosso corpo. E trabalhamos, mesmo que a morte esteja pairando nesse momento das dores do parto...

5.2.3. ...é o fundamento do cuidado e da perseverança

Nesse trabalho não estamos sós, nós e toda a criação. Também o Espírito-*ruah* (Gn 1,2; 8,1) nos assiste em nossa “fraqueza” (*asthenéia*). A nossa fraqueza situa-se dentro de um contexto social determinado, onde os “fortes” são os mantenedores do poder, criam os mecanismos e realizam as dinâmicas da corrupção e da escravidão. Nós somos pessoas “fracas” em relação aos poderes corruptos e ao poder do pecado. Mas não estamos sós: somos pessoas justificadas, e o Espírito-*ruah* nos assiste em nossa fraqueza, principalmente quando não sabemos orar como é preciso: com teimosa perseverança (veja

Lc 18,1-8). Então, finalmente, também o Espírito-*ruah* intercede por nós em “gemidos de parto” (*stenagmós*: 8,26), de tal forma que não podemos expressá-lo (*alalétos*)... E nisso acontece a vontade de Deus (8,27). Para Paulo, Deus cuida zelosamente de toda a criação, e o faz no poder da Trindade (8,24.26-27.32).

É por isso que não há motivo para medo e insegurança em meio às situações de sofrimento: para as pessoas que amam a Deus, todas as coisas cooperam para o bem (8,28-30). Se todas as coisas conjuntamente estão sofrendo, então todas as coisas conjuntamente também trabalharão para o bem. A idéia deste sinergismo baseia-se na certeza da superação do sofrimento, visto que no final está a justiça e a glorificação das filhas e filhos de Deus, que serão a própria “imagem do Filho” (8,28-30), assim como já o somos de Deus.

5.2.4. Cuidar e perseverar: ternura que transforma e vence

Rm 8 testemunha a experiência da opressão sob as condições socioeconômicas do Império Romano. O sistema e os instrumentos dessa opressão corrupta e violenta estão descritos em 8,31-39. Ali se mostra quem transforma a criação em futilidade, quem escraviza as pessoas, quem planeja e realiza a corrupção. Dentro deste contexto, as pessoas que crêem em Deus são acusadas de não serem fiéis ao Império e à sua política (8,33). Diante dessas acusações, Paulo reforça a justiça de Deus. Deus não abandona em meio à perseguição. Para quem é fiel a Deus, o sofrimento e a condenação não vêm de Cristo, mas dos poderes representativos de uma sociedade injustamente construída (8,35).

Dentro desse contexto de corrupção e escravidão, Rm 8 testemunha a resistência através da construção da esperança e da certeza da vitória, que se baseiam na fé e na salvação já vivenciadas (8,38-39). Este trabalho acontece conjuntamente com toda a criação. Para Paulo, esta nova criação não é apenas um discurso, mas é realidade por ele vivida junto às comunidades. Igualmente não se trata de intelectuais religiosos tecerem um novo discurso sobre a criação, mas de viverem outras formas de relações que vão sendo introduzidas no cotidiano, como uma proposta de “redenção” para todos os corpos.

Este trabalho de recriação é a ternura que se expressa no compro-

metimento com a vida, simbolizada na imagem do trabalho de parto. O gemido antecipa e pressupõe o cuidado, a saudade daquilo que ainda não está aí, mas que já é sentido. Ele expressa a expectativa do abraço e da alegria – a glória – que já dá para sentir em meio à dor.

Nada poderá nos separar do amor de Deus em Cristo e na intercessão do Espírito-*ruah*. Por isso é que não há condenação para as pessoas justificadas (8,1.39). Elas colocam-se, por causa disso, a serviço na prática da justiça, com os gemidos de quem está trabalhando no novo que já está aí, mas que precisa de uma força para resplandecer em glória. Esse novo inclui e pressupõe um novo paradigma para vivermos como criação de Deus, cuidando-nos mutuamente.

5.3. Paulo e sua teologia da terra

Em 1Cor 10,26, o apóstolo Paulo faz uma releitura do Sl 24, afirmando que “a terra é de Deus, e tudo o que nela há”. O contexto de 1Cor 10 é uma releitura da história salvífica: Os nossos pais e mães vivenciaram a libertação da escravidão no Egito, alimentaram-se do maná e, por fim, beberam da rocha que é Cristo. Paulo reconta a história do passado para fortalecer a resistência atual. Dentro do seu contexto, isso significa não se entregar à idolatria e ao cansaço na caminhada, e reafirmar que somos “um corpo” dentro de um mundo que fragmenta a identidade dos povos. Afirma-se a busca do bem de todas as criaturas num mundo que impõe o interesse próprio! Em 1Cor 10, Paulo trabalha com a tríade: terra prometida – água e comida – ética comunitária. Não é possível receber a terra e seus frutos e não cuidar dela; não é possível receber bênção e explorar o próximo!

Já em 1Cor 3, Paulo atacara frontalmente o sistema dominante, quando afirmara que tudo é de Deus. Nós não somos cooperadores do sistema opressor, mas somos cooperadores de Deus. Portanto, nossa função é plantar e cuidar, mas Deus dá o crescimento (3,6). Afirmar a nossa propriedade é afirmar a propriedade de Deus: “tudo é vosso: seja Paulo, seja Apolo, seja Cefas, seja o mundo, seja a vida, seja a morte, sejam as coisas presentes, sejam as futuras, *tudo é vosso, e vós, de Cristo, e Cristo, de Deus*” (3,22-23). Portanto, tudo é de Deus e é ele que tudo nos dá; se tudo é nosso, então nossa função é cuidar

como Deus cuida! Somos administradores, mordomos e servos de Deus, mas não senhores do mundo.

Para Deus, a terra é um valor em si mesmo; para nós, ela adquire valor na relação que temos com ela. Se a terra é dom e dádiva de Deus, então não pode ser explorada. Se ela é de Deus, então está relacionada com toda a criação, e dessa relação depende o bem-estar do corpo todo.

5.4. *Nosso corpo, terra vivificada, solidariedade e comunhão*

Os escritos bíblicos refletem a fé das comunidades que criam que nossos corpos fazem parte de toda a criação. Nosso corpo é terra viva, vivificada, emprestada temporariamente pela graça de Deus. Somos seres mortais, passageiros. É bom saber disto. Pensar na morte ajuda a valorizar e a bem-querer a vida, e isso faz parte de milenar cultura religiosa. A vida faz parte da morte, e vice-versa. Também a morte mostra que a terra é um corpo vivo, como o nosso. No anúncio da morte de Jesus, em Mt 12,40, afirma-se que ele passaria três dias e três noites no *coração da terra*. A imagem não remete apenas ao fato de voltarmos a ser o que éramos (terra), mas remete ao imaginário religioso de que a terra é um ser vivo, e nos abriga em seu coração no nosso morrer, para que possamos renascer!⁴

Saber que somos parte da criação de Deus e que somos passageiros como os lírios do campo nos faz questionar valores socioeconômicos, que requerem produtividade, sucesso, lucro, acúmulo, como se fossemos imortais ou não tivéssemos valor algum pela vida em si. O corpo-terra e a terra-corpo nos ajudam a pensar com alegria nas ervas e flores do campo que precisam da terra, da água, do sol e do ar para viver, florescer, frutificar. A espiritualidade ecológica, presente em Lc 12,22-31, por exemplo, evidencia a consciência de que Deus cuida de toda sua criação. Assim como a terra e tudo o que nela há é sustentado por Deus, também nós somos sustentados por ele. Na

⁴ Cora Coralina, poetisa goiana, utilizou semelhante antropologia da terra, caracterizando seu amor pelo chão, que transparece numa de suas poesias: "Eu sou a mulher mais antiga do mundo, plantada e fecundada no ventre escuro da terra". Grifado por mim.

perspectiva de Lucas, porém, esta espiritualidade não é ingênua, mas está ligada com a certeza e a necessidade da justiça do Reino de Deus. Assim, “Olhai os lírios do campo...” é uma afirmação de sabedoria da fé que deve ser experimentada com a esperança revolucionária de que “Deus derrubou dos tronos os poderosos... encheu de bens os famintos...” (Lc 1,46-55). Ambas afirmações testemunham a mesma fé: Deus cuida de cada elo de sua criação, principalmente de quem mais sofre! Esta comunhão de Deus com sua criação é paradigmática para as pessoas que foram criadas para serem imagem e semelhança de Deus.

Para as pessoas e comunidades de fé, cujas experiências estão fragmentariamente narradas no Novo Testamento, o objetivo da herança da terra, de “possuir” a terra, não é o acúmulo, não é a exploração, mas é a construção de uma vida boa, prazerosa, justa e farta para todas as pessoas. A comunhão e a partilha são muito importantes nessa construção de relações e organização da vida. É assim que a primeira comunidade cristã na cidade de Jerusalém faz sua experiência de fé, resistência e perseverança (At 2-4). Considerar que tudo é de todas as pessoas porque tudo provém de Deus implica compartilhar e ampliar a graça de Deus. Vivendo da graça e da solidariedade, a partilha de bens, inclusive da terra, se torna bênção que se renova na comunhão!

5.5. De terra e água, de amor e guerra

A terra sem água não frutifica, a vida sem amor não se torna plena. Assim também canta a Banda Vento Azul, em sua música *Terra*: “Abre o meu peito e joga terra dentro dele, e vem regar a planta que o amor plantou”.

Refletir sobre terra e água convida para a necessidade da espiritualidade. É ela que reaviva a terra e a água em mim, e me coloca em comunhão com outros corpos terra-água. É ela que deságua em mim a comoção e a compaixão com a tragédia da morte forjada e forçada diariamente por todos os sistemas que geram violência e morte. É ela que desperta em mim a solidariedade com milhares de pessoas que morrem de fome, sede e sofrem as mais diferentes formas de violência

em casa, na rua, no trabalho. Espiritualidade comprometida com o Reino de Deus se compadece e se compromete com quem sofre e com quem transforma esse sofrer em motivo de festa e vitória.

Há textos do Novo Testamento que usam imagens da água, da terra e de outros seres que interagem para ameaçar e para salvar a vida. Trata-se de textos como Ap 12; 21-22; Jo 4, que ajudam a resgatar a dignidade humana e esboçar um projeto divino de vida.

5.5.1. A terra abre sua boca e a água não engole a mulher (Ap 12,16)

Ap 12 é uma narrativa mítica sobre a mulher e o dragão, que tece imagens de recriação dentro de um contexto caótico. Elaborar-se novo mito cosmogônico com características messiânicas. A “rainha do céu” está para parir um menino, e é ameaçada pelo dragão que aguarda avidamente pelo nascimento do mesmo, a fim de matá-lo. Este é um quadro plástico de uma luta (*gonia*), na qual parece óbvio que a mulher sairá perdendo. A lógica e o projeto de Deus, no entanto, questionam e invertem a expectativa desta obviedade. Vejamos os elementos que vão sendo tecidos e que interferem no caos e suas ameaças:

Após o nascimento, o menino é arrebatado ao céu, e a mulher foge para o deserto: lá Deus lhe preparou acolhida e sustento. No imaginário simbólico, deserto é linguagem simbólica para lugar de crise, resistência e reconstrução de vida. A luta travada no céu estende-se para a terra, para o lugar onde a mulher está. Agora o dragão a persegue. No entanto, a intervenção vem em forma de duas asas de água que salvam, pela primeira vez, a vida da mulher. Refugiada no deserto, ela sofre a segunda ameaça do dragão que despeja contra ela um rio de água caudalosa que a mataria. Água pode ser ameaça, pode causar medo, pode matar... A terra vem socorrer a mulher, abre sua boca e engole o grande rio.

Este mito pode ser interpretado de muitas maneiras. O que importa ressaltar, aqui, é a força viva da terra que socorre a vida ameaçada. Somos parte de um grande ecossistema que quer que a vida sobreviva, seja sustentada e amparada. Aqui, a água, o rio caudaloso e o mar são retratados como ameaças, porque, na realidade

histórica daquelas comunidades cristãs, são essas águas que trazem o grande inimigo, o exército romano e todos os seus funcionários. E o dragão é a representação do Império que persegue o Novo que está surgindo.

5.5.2. Água, frutos, folhas e curas

O próprio Apocalipse, porém, conhece a água também como símbolo de vida, quando se trata de afirmar a certeza da esperança de um novo céu e de uma nova terra. Diferente das águas destruidoras, então haverá um rio de água da vida, brilhante como cristal, que brota do trono de Deus (22,1). No meio da praça da nova Jerusalém, de uma e outra margem do rio, estará a árvore da vida que produz doze frutos, dando o seu fruto a cada mês, e as folhas da árvore servem para a cura dos povos.

Esse novo céu e essa nova terra, dentro dum contexto de perseguição do Império às pessoas cristãs, rememoram o mito da criação em tempos imemoriais, atualizando-o, crítica e escatologicamente, para a esperança e a resistência. Esta esperança de novos céus e nova terra, “nos quais habita a justiça” (2Pd 3,13), aponta para a necessidade de transformação profunda das relações que se mostram cada vez mais injustas para a maioria do(s) povo(s). É neste sentido que Ap 12 também faz uma releitura de Is 65,17-25: tanto do céu quanto da terra deve brotar a justiça (veja Mt 6,10)!

5.5.3. Água que jorra para a vida eterna

Há outros textos, em que a água é fonte de alegria, de vida abundante, e serve para saciar a sede no mais profundo dos seus sentidos. A narrativa da samaritana junto ao poço (João 4) mostra o cotidiano de uma mulher que realiza seu trabalho de buscar água para o sustento da casa. O relato, no entanto, quer destacar seu diálogo com Jesus.

Jesus vem ao poço para saciar sua sede. Ele pede água para a mulher. Sabe-se que há conflitos entre as etnias judaicas (Jesus) e samaritanas (mulher). Estes, no entanto, não são apresentados como empecilho para o diálogo profundo que ocorre no lugar do poço.

Poço é lugar de encontro. Não deve ser lugar de guerra, lugar pelo

qual se faz guerra. A água convida para reflexões teológicas, água da vida, fonte que jorra para a vida eterna (4,14). O compartilhar dessa água e dessa sede de sabedoria abre o futuro, e a espiritualidade é solidária, de alegria e reconhecimento.

Após o encontro, a mulher passa a anunciar aquilo que vivenciou: Jesus Messias, a fonte da vida eterna! A mulher larga o cântaro, símbolo de sua dependência e submissão aos costumes casamenteiros patriarcais, e anuncia a Boa-Nova. Torna-se apóstola de Jesus!

O poço e a água apontam para lugares de espiritualidade cotidiana, de diálogo, de reflexão sobre o sentido da vida. Essa experiência com a água como elemento significativo na nossa composição corpórea e como elemento necessário para a nossa saúde faz com que Jesus testemunhe de si mesmo que ele é a água da vida, a fonte da água viva: do interior de quem nele crê igualmente fluirão rios de água viva (Jo 7,38). A graça recebida deve ser compartilhada!

O compartilhar da água, em meio a tempos que ameaçam matar de sede, faz parte de uma profunda vivência de espiritualidade da compaixão. O primeiro passo para isso é deixar que sejamos transformados em água para outras pessoas, para refrescar diante do calor, para lavar feridas, para estabelecer laços de paz e não de guerra entre pessoas e povos.

5.5.4. Água viva, água batismal, compromisso de nova vida

A água concreta, que também é simbólica, torna-se relevante para todas as práticas rituais de iniciação através do mergulho, da imersão, da aspersão da água. O batismo é a experiência do novo nascer pela fé (Jo 3,1-7). A água torna-se elemento purificador.

O rito batismal é sacramento que comemora o mito da novidade de vida. Este mito é rememorado e vivificado a cada dia através da prática ética que remonta ao batismo (Gl 3,26-28), à promessa do Cristo presente (Mt 28,18-20) e ao compromisso firmado pelas pessoas por ocasião do batismo. Uma ética de justiça e solidariedade está vinculada com o sacramento do batismo.

A prática batismal de João Batista indica uma ética solidária e crítica para todos os grupos sociais: o povo simples deve compartilhar o pouco que tem; os funcionários não devem roubar, enganar e praticar

corrupção; os soldados não devem maltratar ninguém, nem usar de seu poder para ganhar propinas e saldos extras (Lc 3,10-14).

O batismo feito em nome de Jesus tem como consequência um compromisso ético de andar em novidade de vida (Rm 6,4), de viver como novas criaturas (2Cor 5,17). Isso engloba as relações de interdependência biofílica e topofílica, e ajuda a construir um novo paradigma de cuidado para com todos os elos da criação. Não se busca nem se pratica a ganância, a soberba, a morte, a violência, a diferença que desvaloriza o outro ser. As diferenças que causam opressão e sofrimento são superadas, e isso vale para todas as formas de vida, porquanto Deus dá vida a todo ser vivente, respiração e tudo mais... e nele vivemos, nos movemos e existimos (At 17,25.28).

6. Em vez de concluir...

A interdependência e a solidariedade entre todos os elos da criação são destacadas também num texto eclesiológico, que apresenta a organicidade do corpo eclesial: se um elo sofre, sofrem todos os demais; se um se alegra, alegram-se todos os demais; há que se honrar as partes mais fracas, porque elas mais necessitam de cuidado (1Cor 12,12-26). Nesta eclesiologia, transparece uma espiritualidade do sentir-com, da com-paixão, da comunhão que simultaneamente é desafio e alento na caminhada.

Talvez devamos aprender a apreciar as belas e boas obras com Deus no Jardim e a cuidar prazerosamente de tudo que perfaz este Jardim. Talvez devamos deliciar-nos com Jesus olhando os lírios do campo e estressar-nos com ele e seus discípulos(as), curando doentes, matando fome e sede de pessoas ao nosso redor e no mundo. Apreciar e cuidar, deliciar-se e estressar-se, são os dois lados da mesma moeda no trabalho do Jardim/Reino de Deus. A labuta e a contemplação, a graça e a ordenança, a denúncia e o anúncio integram uma espiritualidade de pessoas que sabem ser e fazer parte da criação de Deus.

QUESTÕES PARA OS GRUPOS:

- 1) A partir dos Salmos e do significado de “criar”, no NT, como podemos reconhecer nosso lugar no mundo e nos tornar “seres de cuidado”?
- 2) No que a perspectiva apocalíptica dos textos pode contribuir para a elaboração de NOSSO “pensamento ecológico”?

BIBLIOGRAFIA

- BOFF, Leonardo. *Saber cuidar. Ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação. A ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo: Cultrix, 2000.
- PIXLEY, Jorge. “O sábado: festa e sinal”. *Revista de Interpretação Bíblica Latino-americana*. Petrópolis, n. 33, p. 23-32, 1999.
- REIMER, Haroldo; RICHTER REIMER, Ivoni. *Tempos de graça. Jubileu e as tradições jubilares na Bíblia*. São Leopoldo: Cebi, Sinodal; São Paulo: Paulus, 1999.
- _____. “‘Em um Princípio...’ Sobre a linguagem mítica em Gn 1,1-2,4a”. *Fragmentsos de Cultura*. Goiânia, v. 11, n. 5, p. 743-764, 2001.
- _____. *Toda a Criação*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2006.
- RIBEIRO, Osvaldo Luiz. “Vento Tempestuoso: um ensaio sobre a tradução e a interpretação de Gn 1,2 à luz de Jr 4”. *Fragmentsos de Cultura*. Goiânia, v. 12, n. 4, p. 573-598, 2002.
- RICHTER REIMER, Ivoni. “Terra, água e espiritualidade no Novo Testamento”. *Fragmentsos de Cultura*. Goiânia, v. 12, n. 1, p. 103-120, 2002.
- _____. “As águas sagradas, a economia e a resistência. Textos e contextos do Novo Testamento”. *Estudos Bíblicos*. Petrópolis, v. 80, p. 69-76, 2003.
- _____. “Terra, relações de poder e mulheres: realidades, símbolos e sonhos no contexto do Novo Testamento”. *Caminhos*. Goiânia, v. 1, n. 1, p. 55-68, 2003.
- SCHWANTES, Milton. *Projetos de Esperança: meditações sobre Gênesis 1-11*. Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal, 1989.
- SOUZA, Marcelo de Barros. “A terra e os céus se casam no louvor. Os Salmos e a ecologia”. *Revista de Interpretação Bíblica Latino Americana*. Petrópolis; São Leopoldo, v. 21, p. 50-62, 1995.
- WEGNER, Uwe. *Bíblia e Ecologia*. 2. ed. São Leopoldo: CEBI, 2001. (Série A Palavra na Vida, n. 53/54.)



5 ECOLOGIA: TEOLOGIA E ESPIRITUALIDADE

*Leonardo Boff*¹

Ecologia como novo paradigma

A ecologia é mais que técnica e gerenciamento racional e sustentável de escassos recursos da natureza. Ela é antes arte e novo modo de relacionar-se com a natureza e com a realidade total.

A ecologia em suas várias vertentes – a ambiental, a social, a mental e a integral –, tão bem assimiladas pela Carta da Terra, nos faz ver a natureza e o universo como sistemas onde cada elemento está ligado ao outro. Assim o físico, o mineral, o vegetal, o biológico, o consciente e o espiritual não formam realidades justapostas e paralelas. Elas estão interconectadas umas com as outras, se pressupõem, se compõem e se complementam. Todas elas são momentos de um vasto processo de evolução que já dura bilhões de anos.

Os formuladores da física quântica se deram conta de que tudo tem a ver com tudo em todos os momentos e em todas as circunstâncias. Tudo vem estruturado em campos de energia sempre interativos, em redes de relações envolvendo todos os seres, mesmo os mais inertes. Assim, o universo não é feito da soma de todos os seres nele existentes, mas pelo conjunto das redes de relações que o perfazem e sustentam. Nada existe fora da relação. Todos, também o ser humano e a consciência, encontram seu lugar no conjunto dos seres.

¹ Leonardo Boff, doutor em filosofia e teologia, esteve nas origens da teologia da libertação. Foi agraciado com o prêmio Nobel alternativo de 2001. É membro da Comissão Internacional da Carta da Terra, professor emérito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro de Ética e Ecologia Filosófica, autor de mais de 70 livros nas áreas de teologia, espiritualidade, ética e ecologia.



No entanto, a ecologia não estuda os seres em si mesmos, as pedras, as plantas, os animais e os seres humanos. Estuda as relações existentes entre eles, pois de fato e realmente eles se encontram sempre juntos e interligados. A ecologia é a ciência das relações, já o afirmava Ernst Heckel, o criador desta palavra e desta ciência.

Compreender a realidade em redes e em teias de conexões entre todos é já superar o velho *paradigma* vindo de Newton e Galileu Galilei que compartimentava e atomizava a realidade. É mover-se dentro de um novo paradigma. Com esta palavra, paradigma, queremos sinalizar que a ecologia representa um conjunto articulado de conhecimentos, valores, visões e utopias que redefinem o sentido do universo, do ser humano, da sociedade, dos processos produtivos, das instituições, da cultura e da religião.

O novo paradigma ecológico projeta também uma imagem própria de Deus, de sua revelação na história (também natural), do mistério da salvação e do destino do ser humano e do universo. Com outras palavras, a teologia se sente desafiada a pensar todas estas realidades sagradas no interior deste paradigma ou a partir dele. É o que tentaremos fazer nestas poucas páginas.

Antes, porém, importa oferecer, em rapidíssimas pinceladas, qual é a imagem de mundo que a ecologia, em seu sentido integral, nos fornece. Aí se revela o que é o novo paradigma e facilmente permite perceber as implicações com a teologia. Essa visão de mundo é também chamada de *cosmologia*.

A nova cosmologia

A realidade primeira indizível e misteriosa é denominada pelos físicos quânticos e cosmólogos de *vácuo quântico*. Ele é tudo menos vazio. Significa a energia originária de fundo, anterior a qualquer ser, anterior ao espaço e ao tempo, da qual tudo provém e para a qual tudo retorna. É chamado também de Fonte originária de todo o ser ou o Abismo alimentador de tudo (all-nourishing abyss).

Desta Fonte ou Abismo originou-se aquele pontinho primordial, infinitamente menor que a cabeça de um alfinete, borbulhante de energia. Há 15 bilhões de anos, sem sabermos por que, explodiu.

Cientistas captaram, vindo de todas as direções do universo, o eco dessa explosão chamada de *big bang*. Produziu-se um incomensurável caos inicial com um calor de bilhões de graus. Espalharam-se energia e gases incandescentes em todas as direções, formando nuvens imensas.

Bilionésimos de segundos após, ela começou a se condensar sob a forma de matéria primitiva, os *topquarks*, depois sob a forma de prótons, nêutrons, núcleos e finalmente de átomos.

Posteriormente, os gases se resfriaram e se condensaram. Eles deram origem em dois a três bilhões de anos às grandes estrelas vermelhas. No seu interior, como num forno, em ininterruptas explosões atômicas, queimando hidrogênio e hélio, se formaram todos os elementos pesados, como o ferro, o carbono, o silício, o magnésio e outros. Num dado momento, elas explodiram e jogaram esses elementos pelo universo afora. Deram origem às galáxias, às estrelas e aos planetas. Desses elementos, quase cem, formaram-se todas as coisas, inclusive nós, seres humanos. Um dia, estávamos todos unidos e juntos no coração das grandes estrelas vermelhas.

O universo, portanto, provem do caos primordial, do *big bang*. Mas ao se expandir, supera o caos, cria ordens e equilíbrios dinâmicos, se complexifica, se autocria e se auto-organiza. Alcançado certo nível avançado de complexidade e organização, irrompe a vida como auto-organização da matéria complexa. Isso ocorreu há cerca de 3,8 bilhões de anos.

Continuando a expandir-se e a complexificar-se surgiu a vida humana como subcapítulo do capítulo da vida, por volta de 7 milhões de anos atrás. Surgido na África, o ser humano se propagou por toda a Terra criando sociedades, culturas e impérios. Hoje, está voltando desta longa peregrinação e inaugura a fase planetária e globalizada de sua história. Agora, todos nos encontramos na mesma Casa Comum, o planeta Terra. É o nosso tempo presente.

A evolução não é linear. Ela conhece paradas, recuos, avanços, destruições e novas retomadas. Mas, olhando-se para trás, o processo mostra inegavelmente uma direção, a seta do tempo, para frente e para cima. A energia vira matéria, o caos se organiza, o simples se complexifica, e de um ser complexo surgiu a vida e da vida a consciência.

Há um propósito que não pode ser negado. É o que vem afirmado pelo princípio *andrópico*. Ele diz que, se as coisas em seus mínimos detalhes não tivessem ocorrido como ocorreram, nós humanos (daí andrópico) não estaríamos aqui para falar destas coisas.

Escreveu com razão o conhecido matemático e físico Stephen Hawking em seu recente livro *Uma nova história do tempo* (Ediouro, Rio de Janeiro, 2005): “tudo no universo precisou de um ajuste muito fino para possibilitar o desenvolvimento da vida; por exemplo, se a carga elétrica do elétron tivesse sido apenas ligeiramente diferente, teria estragado o equilíbrio da força eletromagnética e gravitacional nas estrelas e, ou elas teriam sido incapazes de queimar o hidrogênio e o hélio, ou então não teriam explodido. De uma maneira ou de outra, a vida não poderia existir” (p. 121).

Como Deus surge dentro da nova cosmologia

A compreensão exposta acima suscita imediatamente a questão: O que havia antes do *big bang*? Quem deu o impulso inicial? Quem sustenta o universo como um todo e cada um dos seres para continuarem a existir e a se expandir? O nada? Mas do nada nunca vem nada. Se apesar disso apareceram seres é sinal de que Alguém os chamou à existência e os alimenta permanentemente.

O que podemos sensatamente dizer sem logo formular uma resposta teológica é: antes do *big bang* existia o Incognoscível, vigorava o Mistério. Sobre o Mistério e o Incognoscível, por definição, não se pode dizer literalmente nada. Por sua natureza, eles são antes das palavras, antes da energia, da matéria, do espaço, do tempo e do pensamento.

Ora, ocorre que o Mistério e o Incognoscível são precisamente os nomes pelos quais as religiões, também o Cristianismo, significaram Deus. Deus é sempre Mistério e Incognoscível. Diante dele mais vale o silêncio que a fala. Apesar disso, Ele pode ser percebido pela razão reverente e pode ser sentido pelo coração como uma Presença que enche o universo e faz surgir em nós o sentimento de grandeza, de majestade, de respeito e de veneração.

Colocados entre o céu e a terra, vendo as miríades de estrelas, retemos a respiração e nos enchemos de reverência. Naturalmente nos

surtem as perguntas: Quem fez tudo isso? Quem se esconde atrás da via-láctea? Em nossos escritórios refrigerados ou entre quatro paredes brancas de uma sala de aula podemos dizer qualquer coisa e duvidar de tudo. Mas inseridos na complexidade da natureza e imbuídos de sua beleza, não podemos calar. É impossível desprezar o irromper da aurora, ficar indiferentes diante do desabrochar de uma flor ou não se quedar pasmos ao contemplar uma criança recém-nascida. Quase espontaneamente dizemos: foi Deus quem colocou tudo em marcha e é Deus que tudo sustenta. Ele é a Fonte originária e o Abismo alimentador de tudo.

Outra questão importante vem simultaneamente suscitada: por que exatamente este universo existe e nós vivemos? Que Deus quer expressar com a criação? Responder a isso não é preocupação apenas da consciência religiosa, mas da própria ciência. Sirva de ilustração o já citado Stephen Hawking, em seu famoso livro *Breve história do tempo* (Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1992). Aí ele revela a intenção de sua pesquisa cosmológica: conhecer o que Deus tinha em mente ao criar o inteiro universo. Se descobrirmos a fórmula básica usada por Deus, encontraremos sentido para todo o universo e solução para todos os problemas. Até hoje os cientistas e sábios estão se interrogando e buscando o desígnio escondido de Deus.

A partir de uma perspectiva religiosa, sucintamente podemos dizer: o sentido do universo e de nossa própria existência consciente reside no fato de podermos ser o espelho no qual Deus mesmo se vê a si mesmo. Cria o universo como desbordamento de sua plenitude de ser, de bondade e de inteligência. Cria para fazer outros participarem de sua superabundância. Cria o ser humano com consciência para que ele possa ouvir as mensagens que o universo nos quer comunicar, possa captar as histórias dos seres da criação, dos céus, dos mares, das florestas, dos animais e do próprio processo humano e religar tudo à Fonte originária de onde procedem.

O universo e cada ser dentro dele ainda não revelaram tudo, pois se encontram em evolução e em expansão. Não acabaram ainda de nascer. Por isso vêm carregados de virtualidades a serem, um dia, realizadas. O universo e especialmente o ser humano carregam dentro de

si uma promessa e um futuro. A tendência de tudo é poder realizar-se e mostrar as potencialidades que estão escondidas dentro. Por isso, a expansão significa também revelação. Quando tudo tiver se realizado, então se dará a completa revelação do desígnio do Criador. Saberemos a fórmula que Ele usou para que se formasse esse esplendoroso sistema que é o universo em suas relações e em suas coisas relacionadas.

Deus se manifesta dentro desse processo, animando, atraindo e fazendo convergir para o alto e para frente. Ele é o Ponto Ômega, aquele que atrai todas as energias e todas as formas de matéria para que cheguem a uma suprema culminância. Então a promessa se transforma em realidade e a virtualidade em ridente concreção.

Como nomear o Deus da nova cosmologia

Como nomear esse Deus-mistério e Deus-incognoscível a partir dessa visão cosmológica?

O primeiro que nos ocorre é chamá-lo de **Energia** suprema, consciente, ordenadora, sustentadora, amorosa. A energia, como dissemos, é a realidade mais originária e misteriosa, anterior a esse universo que conhecemos.

Podemos compreendê-lo também como **Paixão** infinita de comunicação e expansão, pois o universo é cheio de movimento, criando o tempo, o espaço, a informação e a matéria, enfim, todos os seres na medida em que se expande indefinidamente.

Deus irrompe como **Espírito** que perpassa o todo e cada parte porquanto tudo apresenta uma ordem que continuamente se cria a partir do caos inicial e que se abre para formas cada vez mais abertas, inteligentes e superiores de relação.

Ele comparece como o **Futuro** absoluto, o ponto **Ômega** de realização de todas as promessas presentes na evolução voltada para frente.

Todas as coisas comungam entre si e comungam, portanto, com a Fonte originária. Deus é um **Deus-comunhão**, um Deus-relação. Essa constatação abre o espaço para compreendermos a experiência cristã de Deus como Trindade, como comunhão de Pessoas divinas, como Pai, Filho e Espírito Santo.

Panenteísmo: Deus em tudo e tudo em Deus

Como se depreende, a cosmovisão ecológica enfatiza a imanência de Deus. Deus vem misturado com todos os processos, sem perder-se dentro deles, pois Ele, sendo Mistério e Incognoscível, os desborda por todos os lados. Antes, orienta a seta do tempo para a emergência de ordens cada vez mais complexas, dinâmicas e carregadas de propósito.

Deus está presente no cosmos e o cosmos está presente em Deus. A teologia antiga expressava esta mútua interpenetração pelo conceito *pericôrese* que significa exatamente “interpenetração de um no outro”. A teologia moderna ecumênica cunhou outra expressão, o *panenteísmo* (em grego: pan = tudo; en = em; theos = Deus). Quer dizer: Deus em tudo e tudo em Deus.

O panenteísmo deve ser distinguido claramente do panteísmo. O panteísmo (em grego: pan = tudo; theos = Deus) afirma que tudo é Deus e Deus é tudo. Sustenta que Deus e mundo são idênticos; que o mundo não é criatura de Deus mas o modo necessário de existir de Deus. O panteísmo não aceita nenhuma diferença. Tudo é idêntico. Tudo é Deus. Se tudo é Deus e Deus é tudo, então é indiferente se me ocupo com os meninos e meninas de rua assassinados no Rio de Janeiro ou com o carnaval, ou com o futebol ou com os indígenas kayapó em extinção, ou com um trabalho sério junto aos portadores de HIV ou criar a agroecologia e hortas comunitárias, o que é manifestamente um erro. Uma coisa não é a outra. Há diferenças neste mundo. E estas são respeitadas pelo panenteísmo e negadas pelo panteísmo.

Tudo não é Deus. Mas Deus está *em tudo* e tudo está *em Deus*. Pelo fato da criação, Deus deixa sua marca registrada e garante sua presença permanente na criatura (providência). A criatura sempre depende de Deus e o carrega dentro de si. Deus e mundo são diferentes. Um não é o outro. Mas não estão separados ou fechados. Estão abertos um ao outro. Encontram-se sempre mutuamente implicados. Se são diferentes é para poderem se comunicar e estarem unidos pela comunhão e mútua presença.

Por causa desta mútua presença, supera-se a simples transcendência e a pura imanência. Deus e mundo se fazem mutuamente

transparentes.

Teilhard de Chardin viveu como ninguém no século XX uma profunda espiritualidade da transparência. Bem dizia: “O grande mistério do cristianismo não é a aparição, mas a transparência de Deus no universo. Oh! Sim, Senhor, não somente o raio que aflora, mas o raio que penetra. Não vossa Epi-fania, Jesus, mas vossa Dia-fania” (*Le milieu divin*, Seuil, Paris 1957, p.162). Ou então o expressava nesta outra oração: “Novamente, ó Deus, qual destas duas bem-aventuranças é mais preciosa: o fato de que todas as coisas estejam em contato contigo? Ou que Tu sejas tão universal que eu Te encontre e Te sinta em cada criatura?” (op. cit. p. 151).

O universo em cosmogênese nos convida a vivermos a experiência que subjaz ao *panenteísmo*: em cada mínima manifestação de ser, em cada movimento, em cada expressão de vida, de inteligência e de amor, estamos às voltas com o Mistério do universo-em-processo. As pessoas sensíveis ao Sagrado e ao Mistério testemunham, “nele vivemos, nos movemos e existimos”(At 17,28). Transformar estes conteúdos numa experiência e numa comoção é o que dá origem à espiritualidade.

QUESTÕES PARA OS GRUPOS:

1. Já incorporamos uma visão mais abrangente de ecologia que vai além do mero ambientalismo?
2. Em que medida uma visão integral da ecologia nos ajuda a entender a interdependência que todos os problemas guardam entre si e como isso melhora nossa análise e o encaminhamento das soluções?

A SS. Trindade como jogo de relações includentes

O discurso ecológico nos propicia a possibilidade e a plausibilidade de se falar de Deus como trindade de Pessoas. Assim falam os cristãos que acreditam na coexistência, na simultaneidade e na coeternidade

do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

A ecologia, como dissemos acima, se estrutura ao redor da teia de relações, interdependências e inclusões que sustentam e perfazem nosso universo. Junto com a unidade (um só cosmos, um só planeta Terra, uma só espécie humana etc.) vigora também a diversidade (conglomerados galácticos, sistemas solares, biodiversidade e multiplicidade de raças culturas e indivíduos). Esta coexistência entre unidade e diversidade nos abre um espaço para situarmos a compreensão trinitária e comunal da divindade. Pelo fato de se falar de Trindade em lugar de simplesmente Deus, se supõe uma ultrapassagem de uma visão monoteísta e substancialista da divindade. A Trindade nos coloca no centro de uma visão de relações, reciprocidades e inter-retro-comunhões bem no estilo do que pensa e diz a ecologia.

Então quando os cristãos falam que Deus é Trindade, Pai, Filho e Espírito Santo não estão somando números $1+1+1+1=3$. Se houver número então Deus é um só e não Trindade. Com a Trindade nós cristãos não queremos multiplicar Deus. O que queremos é expressar a experiência singular de que Deus é comunhão e não solidão.

Bem o expressou João Paulo II em sua primeira visita à América Latina no dia 28 de janeiro de 1979, em Puebla no México: “Já se disse, de forma bela e profunda, que nosso Deus em seu mistério mais íntimo não é uma solidão mas uma família, pois que leva em si mesmo a paternidade, a filiação e a essência da família que é o amor; este amor, na família divina, é o Espírito Santo” (Documento de Puebla, Petrópolis: Vozes, 1979, p. 46). Deus-Trindade é, portanto, a relacionalidade por excelência.

Na linguagem dos medievais que elaboraram filosófica e teologicamente a reflexão trinitária, as Pessoas são “relações subsistentes”, vale afirmar, uma total relacionalidade de cada uma com respeito às outras, de tal forma que se implicam e incluem reciprocamente sempre e em cada momento, sem que uma seja a outra. Nesta lógica devemos então entender: o Pai é único e não há ninguém como Ele; o Filho é único e não há ninguém como Ele; o Espírito Santo é único e não há ninguém como Ele. Cada um é único. E o único, como o sabem os matemáticos, não é número mas a ausência de número.

Então teríamos três Únicos? Três deuses? Seria o argumento lógico. Entretanto, a lógica trinitária é outra. Ela não é substancialista e estática mas processual e relacional. Ela diz: os Únicos se relacionam entre si tão absolutamente, se entrelaçam de forma tão íntima, se amam de maneira tão radical que se uni-ficam, isto é, ficam um. Esta comunhão não é resultado das Pessoas que, uma vez constituídas em si e para si, começam a se relacionar. Não. Ela é simultânea e originária com as Pessoas. Elas são, desde toda a eternidade, Pessoas-comunhão. Então, há um só Deus-comunhão-de-Pessoas.

O que importa não é ver cada Pessoa em si e para si, mas a circularidade que envolve, intrinsecamente, uma à outra, o jogo ininterrupto das relações. As próprias palavras Pai, Filho e Espírito Santo sugerem esta circularidade relacional. Pai só existe porque é Pai do Filho. Filho é sempre Filho do Pai. E Espírito Santo é o sopro (sentido originário de Espírito = Sopro) do Pai e do Filho.

Difícilmente algum ecólogo moderno poderia expressar melhor este jogo de relações que a fé cristã elaborou, já que esse jogo constitui a lógica básica da cosmogênese e da visão ecológica.

Se Deus é comunhão e relação, então tudo no universo vive em relação e tudo está em comunhão com tudo em todos os pontos e em todos os momentos, como já o dissemos anteriormente. Tudo emerge como sacramento da SS. Trindade.

Numa linguagem direta, fundada mais na vivência de fé do que nas doutrinas, poderíamos expressar assim a SS. Trindade: o Deus que está **acima** de nós e é nossa Fonte originária chamamos de Pai. O Deus que está **ao nosso lado** e se mostra como irmão chamamos de Filho. E o Deus que mora **dentro de nós** e se revela como entusiasmo chama-se de Espírito Santo. Eles são um só Deus-comunhão-e-amor.

O Espírito Santo habita a criação

Um dos nomes de Deus é Espírito. Isto significa que Ele é vida e propósito. Para os cristãos o Espírito é a terceira Pessoa da SS. Trindade, o Espírito Santo. Ele é chamado na tradição de **Spiritus Creator**, de Espírito Criador. Ele enche a Terra e renova todas as coisas. Nada

mais ecológico do que esta afirmação.

Assim, o Espírito está presente na primeira criação (Gn 1,2). É atuante e densissimamente presente em Jesus de Nazaré. Os evangelhos atribuem ao Espírito a encarnação do Filho: “Maria foi grávida do Espírito Santo” (Mt 1,20). S. Lucas dirá que o Espírito fixou morada sobre ela, o que equivale a dizer que ela foi alçada à altura divina; por isso, o que dela nasce é Santo e Filho de Deus (cf. Lc 1,35).

É o Espírito que ressuscita Jesus dentre os mortos, inaugurando uma forma de vida totalmente plena, sem entropia e já com as características da divindade (cf. Rm 1,4; 1Tm 3,16). É o Espírito que dá origem à Igreja, à comunidade que leva pela história afora a herança de Jesus (At 2,32). É o Espírito que como entusiasmo e vida se faz presente dentro de cada ser humano.

A multiplicidade dos seres, a biodiversidade, a diversidade das energias construtoras do universo remetem à diversificada atuação do Espírito que aprecia a diferença. Na comunidade humana doa a diversidade de talentos: “há diversidade de dons, mas um mesmo é o Espírito” pondera S. Paulo (1Cor 12,4).

Da mesma forma na ecologia: há a diversidade de energias, de partículas, de seres e de formas de vida e de inteligência. Mas existe um só cosmos e uma só Terra. O que vale para a comunidade de fé vale para a comunidade cósmica, planetária e humana: “a cada um é dada a manifestação do Espírito em vista do bem comum”(1Cor 12,7) que nunca é apenas humano, mas omni-englobante e cósmico.

O Espírito é fator de comunhão e de comunicação. Assim como em Pentecostes todos ouviam em suas diversas línguas a mesma mensagem libertadora (At 2,11), assim a diversidade das energias e dos seres remetem à mesma fonte criadora, ao *Dominus vivificans*, o Senhor que tudo vivifica como se recita no credo cristão.

Para os cristãos não é nenhuma novidade falar da encarnação do Verbo. Mas estão pouco habituados a ouvir falar na habitação do Espírito em sua criação. Assim como o Filho “se torna carne e armou sua tenda entre nós” (Jo 1,14), assim o Espírito Santo “armou sua tenda” entre nós através de Maria (cf. Lc 1,35) e “fixou sua morada” no universo.

Dizer que Ele armou sua tenda e inabitou a criação significa que Ele participa das ascensões e regressões que podem ocorrer. Ele se alegra com a criação, sofre com ela, geme junto com as demais criaturas esperando a redenção e a libertação plenas. Porque a ama e armou sua tenda nela, pode ficar “abatido” e “entristecido” pelo seu drama como insinuam as Escrituras (cf. 1Ts 5,19; Ef 4,30).

Do Oriente nos vem um pequeno poema que traduz este pan-espiritualismo: “O Espírito dorme na pedra, sonha na flor, acorda no animal e sabe que está acordado no ser humano”.

O Espírito perpassa tudo como enovelamento do universo sobre si mesmo, como despertar de consciência, de desejo, de entusiasmo, de gemido de liberdade e como força de comunicação e comunhão.

Tal visão nos propicia uma mística cósmico-ecológica. Encontramo-nos mergulhados num campo de absoluta Energia – o **Spiritus Creator** – que se manifesta nas energias do universo e na nossa própria energia vital e espiritual. Formamos um todo com e no Espírito. A espiritualidade que nasce desta fé sente-se ligada aos processos naturais e cósmicos. Deixar-se imbuir e carregar por eles é viver segundo o Espírito de forma natural e consciente.

O Cristo cósmico

Pertence essencialmente à fé cristã a proclamação de que o Filho de Deus se fez carne e veio habitar em nosso meio (Jo 1,14). Dito em termos cosmológicos e ecológicos, significa que ele é feito com os mesmos elementos com os quais todos os seres e corpos são compostos. Hoje sabemos que, à exceção do hélio e do hidrogênio que são originários e irreduzíveis a outros elementos mais simples, todos os elementos do cosmos foram formados no interior das grandes estrelas pelo processo chamado de nucleossíntese.

Nosso sistema solar, a Terra, cada ser e cada pessoa contém material reciclado destas antigas estrelas. O corpo de Jesus, portanto, possui a mesma origem ancestral e até com materiais da poeira cósmica que podem ser mais antigos que nosso sistema solar e planetário. O ferro que corria em suas veias, o fósforo e o cálcio que fortificavam seus

ossos, o sódio e o potássio que permitiam a transmissão de sinais através de seus nervos, os 65% de oxigênio que compunham o seu corpo e os 18% de carbono, tudo isso faz que sua encarnação seja realmente cósmica. O Filho se vestiu de toda essa realidade quando emergiu da cosmogênese.

O Concílio cristológico de Calcedônia (451) reafirma dogmaticamente que Jesus em sua humanidade é consubstancial a nós, no corpo e na alma. Isto significa, dentro de nossa cosmologia, que Jesus é um produto da grande explosão do *big bang* e das grandes estrelas vermelhas, que suas raízes se encontram na Via Láctea, seu berço é o sistema solar e sua casa é o planeta Terra.

Ele participou do surgimento da vida e da formação da consciência. Como qualquer ser humano ele é filho do universo e da Terra. É membro da família humana. O ser humano é aquele ser pelo qual o cosmos mesmo chega à sua auto-consciência e à descoberta do Sagrado, o lugar biológico-antropológico da irrupção da divindade dentro da matéria. Essa realidade nos faz entender por que a encarnação não atingiu apenas o homem Jesus, mas a todos os humanos. Todos, por serem irmãos e irmãs de Jesus, estão chamados a serem assumidos a seu modo e a sua maneira pelo Verbo. A encarnação destarte aparece como um processo ainda em curso. O Verbo continua emergindo da matéria do mundo e da massa humana até verbificar o inteiro universo e introduzi-lo no Reino da Trindade.

A encarnação enraíza Jesus no cosmos. Mas também o limita às amarras espacio-temporais. Encarnação é sempre limitação e rebaixamento (*kénose*). Ele é judeu e não romano. É homem e não mulher. Nasceu na era do *homo sapiens sapiens* e não do australopiteco, sob Tibério Augusto, e morreu sob Pôncio Pilatos.

Foi dentro destas limitações e não apesar delas que o Verbo se revelou e nos santificou.

Pela ressurreição, no entanto, romperam-se todas as amarras do espaço e do tempo. Cristo ganhou uma dimensão cósmica. A evolução se transformou numa verdadeira revolução.

O Cristo cósmico surge então como motor da evolução, como seu libertador e seu plenificador. São Paulo vai dizer que “Cristo é tudo

em todas as coisas” (Cl 3,11) e “ tudo subsiste nele” (Cl 1,16). Sem ele as coisas seriam um torso, faltando-lhe a parte mais expressiva que é a cabeça. Por isso a Epístola aos Efésios afirma que importa “unir sob uma só cabeça todas as coisas em Cristo” (1,10). Ele recapitula tudo.

O texto mais expressivo desta cristologia cósmica se encontra num *Agraphon* (palavra de Cristo não contida nos evangelhos) do Logion 77 do evangelho copta de S. Tomé. Aí a ubiqüidade cósmica de Cristo ganha toda a sua força: “Eu sou a luz que está sobre todas as coisas; eu sou o universo; o universo saiu de mim e o universo retornou a mim; rache a lenha e eu estou dentro dela; levante a pedra e eu estou debaixo dela”.

Eis o pan-cristismo, derivado de uma leitura global do mistério de Cristo. Ao abraçarmos o mundo, ao penetrarmos na matéria, ao sentirmos o campo das forças e das energias, ao fazermos os mais humildes e penosos trabalhos como rachar lenha ou levantar pedras, estamos em contato com o Cristo ressuscitado e cósmico.

Aqui, abre-se o espaço para uma experiência inefável de comunhão com o Cristo total, atualizada continuamente pelo mistério da Eucaristia. A hóstia e o vinho não são apenas uma porção de matéria, um pedaço de pão e um pouco de vinho que estão sobre o altar. Pela fé no Cristo cósmico e na inabitação do Espírito, o universo inteiro se transforma em hóstia e em vinho para ser o corpo cósmico de Cristo.

Espiritualidade ecológica

Estas reflexões teológicas embasam uma espiritualidade ecológica, quer dizer, uma experiência de Deus em contato com a natureza e o universo.

Uma coisa é a teologia e outra é a espiritualidade. A teologia pensa e trabalha com conceitos. A espiritualidade experimenta e trabalha com emoções profundas. Quando passamos da cabeça ao coração, então surge a espiritualidade. Espiritualidade não é pensar Deus no universo, é sentir Deus presente em todas as coisas.

Uma boa porta de entrada para uma experiência espiritual ecológica e cósmica é a visão do globo terrestre reproduzido de mil formas pelos meios de comunicação. O globo transmite uma experiência de

sacralidade e de veneração. É o planeta Terra dependurado no fundo negro do universo, pequeno e frágil, mas cheio de evocações.

Os astronautas nos transmitiram esta imagem e nos deixaram testemunhos de grande força inspiradora.

Assim o astronauta James Irwin dizia a partir da Lua: “Aquele objeto vivo tão belo e tão caloroso parece frágil e delicado. Contemplá-lo muda a pessoa, pois ela começa a apreciar a criação de Deus e a descobrir o amor de Deus”. Outro, Gene Cernan, confessava: “Eu fui o último homem a pisar na Lua em dezembro de 1972. Da superfície lunar olhava com temor reverencial para a Terra num transfundo de azul muito escuro. O que eu via era demasiadamente belo para ser captado, demasiadamente espiritual, cheio de propósito para ser fruto de um mero acidente cósmico. A gente se sentia, interiormente, obrigado a louvar a Deus. Deus deve existir por ter criado aquilo que eu tinha o privilégio de contemplar”. Espontaneamente surge no ser humano a veneração e a ação de graças. É para isso que ele existe no universo.

Ao ver a Terra de fora da Terra, o ser humano desperta para a compreensão de que ele e a Terra formam uma unidade e que esta unidade pertence a uma outra maior, à solar, e esta à outra ainda maior, a galáctica, e esta nos remete ao inteiro universo e o inteiro universo nos reenvia a Deus.

“De lá de cima”, observava o astronauta Gene Cernan, “são indiscerníveis as barreiras da cor da pele, da religião e da política que lá em baixo dividem o mundo. Terra e humanidade formam uma coisa só”. Tudo é unificado no único planeta Terra. É esse todo que vem eco-espiritualmente sentido como o templo do Espírito e como pertencendo à realidade assumida pelo Verbo. Sentir com o coração a globalidade do ser, vivenciar o sentimento que freme, perceber a inteligência que se alarga infinitamente e o coração que se inunda de comoção e ternura: eis fazer uma experiência eco-espiritual.

Como todos os caminhos espirituais, também a eco-espiritualidade vive de fé, de esperança e de amor. Eco-espiritualmente a fé nos faz entender que nosso trabalho de cuidado e de preservação de nosso belo planeta é incorporado no trabalho do Criador, que em cada

momento sustenta e mantém no ser a todos os seres.

Eco-espiritualmente a **esperança** nos assegura que apesar de todas as ameaças de destruição que a máquina de agressão da espécie humana montou e utiliza contra a Terra, o futuro bom e benfazejo está garantido porque esse Cosmos e esta Terra são do Espírito e do Verbo. Algo de nosso universo e de nossa humanidade masculina e feminina já foi eternizado, já penetrou os umbrais da absoluta realização dinâmica, já está no coração da Trindade.

Eco-espiritualmente o **amor** nos leva a nos identificar cada vez mais com a Terra, pois o amor é a grande força unitiva e integrativa do universo. Por séculos pensamos *sobre* a Terra. Nós éramos o sujeito do pensamento e a Terra, o seu objeto e conteúdo. Depois de termos tomado consciência de que Terra e Humanidade formamos uma única realidade, importa pensarmos *como* Terra, sentirmos *como* Terra, amarmos *como* Terra.

Nós não estamos apenas sobre a Terra. Somos a própria Terra, que num momento de sua evolução começou a sentir, a pensar, a amar, a venerar e a cuidar. Por isso que homem vem de *húmus*, terra fértil e Adão de *adamah*, terra fecunda. O amor nos inicia nesta identificação com a Terra.

Abraçando o mundo, a Terra e as coisas, estamos abraçando a Deus, entrando em comunhão com o Espírito, atuando nos processos naturais e históricos e com o Cristo cósmico que está empurrando a evolução para a sua culminância no seio do Reino da Trindade.

São Francisco de Assis nos serve de referência. Ele viveu essa espiritualidade ecológica e cósmica. Conseguia ver em cada ser da criação um irmão e uma irmã. Humildemente se colocava **junto** deles e jamais **sobre** eles vivendo uma profunda comunhão de identificação e de comoção.

Precisamos desta espiritualidade nos dias atuais pois ela nos ajudará a cuidar da Terra e de tudo o que ela contém. Ela nos permite também experimentar Deus na forma como Ele quer ser encontrado, conhecido e servido, nesta fase histórica que nos trouxe esse estado de consciência novo, nos munuiu de tantos conhecimentos sobre o universo e sobre nossa missão dentro dele.

QUESTÕES PARA OS GRUPOS:

1. Como incorporamos em nossa piedade e em nossa reflexão uma visão dinâmica e comunitária de Deus?
2. Contem experiências de encontro com Deus na natureza, na contemplação do universo (ecologia ambiental), no encontro com as pessoas (ecologia social), na escuta de nosso próprio coração (ecologia mental).

BIBLIOGRAFIA

- BOFF, L. *Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- _____. *Ética e ecoespiritualidade*. Campinas: Verus, 2004.
- _____. *Espiritualidade, caminho de realização* (com CD). Rio de Janeiro: Sextante, 2001.
- _____. *Do iceberg à Arca de Noé*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- BETTO, Frei. *A obra do artista. Uma visão holística do universo*. São Paulo: Ática, 1995.
- CAPRA, F. A. *A teia da vida. Uma compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 1997.
- DUVE, C. *Poeira vital. A vida como imperativo cósmico*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- DAVIES, P. *Deus e a nova física*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- FREITAS MOURÃO, R. *Ecologia cósmica. Uma visão cósmica da ecologia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- GADOTTI, M. *Pedagogia da Terra*. São Paulo: Fundação Petrópolis, 2001.
- GLEISER, M. *A dança cósmica. Dos mitos da criação ao big bang*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- GRIBBIN, J. *No início. Antes e depois do big bang*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- HAUGHT, J. *Deus após Darwin. Uma teologia evolucionista*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2002.
- HAWKING, S. *Uma breve história do tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- _____. *Uma nova história do tempo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.
- LAZLO, E. *Conexão cósmica*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LEWIN, R. *Complexidade. A vida no limite do caos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LOVELOCK, J. *Gaia. Um novo olhar sobre a vida na Terra*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- _____. *A vingança de Gaia, a sair em 2006*.
- MACY, J. e MOLLY, J. B. *Nossa vida como Gaia. Práticas para reconectar nossas vidas e nosso mundo*. São Paulo: Editora Gaia, 2004.
- MOLTMANN, J. *Doutrina ecológica da criação*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- SAGAN, C. *Pálido ponto azul. Uma visão do futuro da humanidade no espaço*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SAHTOURIS, E. *A dança da Terra. Sistemas vivos em evolução, uma nova visão da biologia*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1998.
- BERRY, T. *O sonho da Terra*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- TOOLAN, D. S. *Cosmologia numa era ecológica*. São Paulo: Loyola, 1994.
- WILSON, E. *O futuro da vida*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- ZOHAR, D. *O ser quântico. Uma visão revolucionária da natureza humana e da consciência baseada na nova física*. São Paulo: Editora Best Seller, 1991.

Ecologia: Cuidar da vida e da integridade da criação

_____; MARSHALL, I. *QS, inteligência espiritual*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

T E R C E I R A P A R T E

Seção pastoral





6

IRMANDADE BRASILEIRA AMAZÔNICA: REFLEXÕES PARA A CAMPANHA DA FRATERNIDADE DE 2007

Jean Hébette¹

1. Na origem: Brasil e Grão-Pará e Maranhão, irmãos afastados desde o berço

Numa entrevista com o geógrafo e grande conhecedor das questões amazônicas, Professor Aziz Ab'Saber (2005, p.24), a *Revista Estudos Avançados* perguntava: “Será que não há uma percepção totalmente equivocada do Sul do país bem como do exterior em relação à Amazônia?”. O entrevistado fugiu da pergunta. Mas ela tinha sido feita. Devia ser respondida, um dia. A Campanha da Fraternidade 2007 da Igreja Católica parece vir a tempo para retomá-la e sugerir uma outra indagação: como ser irmãos sem se conhecer mutuamente? Este texto tenta contribuir para uma resposta.

Para tanto, temos de nos render frente a uma evidência histórica: Brasil e Amazônia nasceram num mesmo berço – a corte real de Portugal – mas se criaram em ambientes distantes. Até hoje, como o sugere a pergunta, mal se conhecem.

O Brasil português fez sua entrada no mundo nos primórdios do século XVI e foi batizado com o nome de uma árvore – o pau-brasil – que, para sua infelicidade, forneceu a Portugal a tinta para tingir os tecidos de luxo das cortes nacionais e locais européias. O nome de nosso país está, assim, associado à exploração predatória de seus

¹ Teólogo, economista e sociólogo. Pesquisador e professor emérito da Universidade Federal do Pará. OMI. Publicou *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: Edufpa, 2004. 4v.



recursos por seus colonizadores. A Amazônia, também portuguesa, por sua vez, fez sua entrada no império português mais de um século depois, com a posse da terra de Santa Maria de Belém e a instalação do Forte do Presépio, na foz do rio Amazonas, em 1616. Em 1621, ela recebia seu nome de batismo: Estado do Maranhão – posteriormente Estado do Grão-Pará e Maranhão – como outra colônia portuguesa e com administração distinta da colônia Brasil.

Durante mais de um século (1616-1754), os dois irmãos – o Brasil, já velho de 250 anos, e o caçula, com apenas 138 anos – não se conheceram. Até meados do século XX, raramente se comunicaram. As correntes marítimas contrárias que levavam as naves de Lisboa para Salvador/Rio ou para Belém, respectivamente, não lhes favoreciam as comunicações na era dos barcos a vela. Não estranhe que, hoje ainda, a própria mídia nacional, políticos e administradores confundam frequentemente Amazonas (o estado) e a Amazônia (um macroecossistema banhado por uma rede de rios e igarapés). Pobre caçula tão pouco mimado e lembrado, contrariando nossas mais preciosas tradições familiares.

Bem antes dos reis de Portugal, a natureza já tinha condicionado este destino particular do Grão-Pará e Maranhão. As correntes marítimas não eram favoráveis aos encontros. As colônias contrastavam entre si em tudo: os climas e suas expressões sazonais, inclusive diferentes em número e em nomes; a vegetação – a floresta equatorial amazônica com sua extraordinária biodiversidade, distinta da mata atlântica, hoje em fase de extinção, dos cerrados e de outras matas tropicais, hoje já transformadas em lavouras e pastos. Interesses econômicos europeus associados às características naturais traçaram as linhas mestras da história política, econômica, social e cultural das duas colônias que, por sua vez, se diversificaram sob um comando empresarial diferenciado, primeiro mercantil até fins do século XIX e, posteriormente, capitalista. À diferença de outras regiões tropicais do país, a Amazônia nem chegou a absorver duradouramente algum benefício da empresa mercantil durante a efêmera era da borracha (1870-1920).

Deve-se inclusive ponderar que, se a Amazônia apresenta características peculiares que a distinguem de outras regiões do país, ela

mesma não é internamente homogênea: alguns autores preferem falar “das” Amazônias. Distingue-se hoje a Amazônia Oriental (Pará e Amapá) e a Amazônia Ocidental (Acre, Rondônia, Amazonas, Roraima). Intervenções políticas construíram a categoria de Amazônia Legal (instituída por lei) agregando-a à então chamada Amazônia Clássica, formada pelos seis estados, parte dos estados do Maranhão, de Goiás (hoje Tocantins) e de Mato Grosso para irmaná-los na pobreza e no subdesenvolvimento. Tratar-se-á aqui da Amazônia Clássica, notadamente porque os outros estados apenas muito marginalmente participam do mesmo ecossistema.

2. Necessidade obriga: Getúlio Vargas vai em busca do irmão abandonado

Foi pelos meados do século XX e no início da II Guerra Mundial, quando as simpatias de Vargas privilegiavam o apoio do Brasil ao “Eixo bélico Roma-Berlim”, que o morgado se lembrou do caçula. A data simbólica do encontro é a do “Discurso do Rio Amazonas”, pronunciado em outubro de 1940, em Manaus, pelo Presidente Getúlio Vargas:

“Vim para ver e observar de perto as condições de realização do Plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto de seu desenvolvimento. [...] E não somente os brasileiros, também estrangeiros, técnicos e homens de negócios virão colaborar nessa obra, aplicando sua experiência e seus capitais.”

Esta frase merece epígrafe no frontispício da história recente da Amazônia. Até então, o Brasil importava “braços” (escravos africanos, camponeses das regiões rurais européias economicamente deprimidas, modestos homens de negócio europeus) e produtos acabados. A Amazônia passou a importar capitais estrangeiros e “mão-de-obra excedente” do Nordeste e de outras áreas deprimidas de outros estados. A entrada dos Estados Unidos na Guerra Mundial alterou as simpatias presidenciais; precisavam da borracha brasileira, que lhes fazia falta após a ocupação japonesa das ilhas asiáticas do Pacífico.

Precisaram negociar: reativaram os seringais amazônicos em troca de uma precária assistência sanitária à população seringueira – o Serviço Especial de Saúde Pública, SESP – e da “licença” para o Brasil iniciar, em Volta Redonda, sua indústria siderúrgica, à qual eles sempre se tinham oposto: os acordos de Washington de 1942, favoráveis ao Centro-sul, desastrosos para o Norte. Uma abertura política que permitiu o desenvolvimento da indústria automobilística nacional e suas conseqüências regionais.

2.1. O que viu ou poderia ter visto Getúlio Vargas?

Veio e viu um imponente rio, o Amazonas, um verdadeiro mar cujas águas se estendem à perda de vista, com a maior bacia hidrográfica do mundo. Florestas, na época, ainda na sua grande maioria preservadas da destruição, cobrindo uma área total de perto de 3.400.000 km², apresentando uma biodiversidade ímpar no planeta; de até 300 espécies diferentes de árvores por hectare (GUARIM NETO, 1994, p. 202), principalmente na Amazônia Central; florestas que segundo Wilson (1987), citado em Ferraz (1994, p. 180), “apesar de ocuparem apenas 7% da área terrestre do planeta, abrigam mais da metade de plantas e animais que vivem na terra”. Uma biodiversidade resultante da interação harmônica de elementos e de processos biológicos entre solos, exposição solar, ventos, águas de rios e das chuvas, árvores e outras plantas florestais. A bacia amazônica recebe 12 trilhões de m³ anuais de chuvas, sendo mais ou menos metade carregada pelo rio Amazonas e metade levada para a atmosfera pela evapotranspiração (SALATI, 1985, citado por FERRAZ, 1994, p. 184). Esta bacia oferece ao planeta 15% da água doce na forma líquida.

À grandeza da bacia amazônica corresponde a diversidade da população haliêutica, ou seja, dos peixes bons para a pesca. Segundo Furtado (1994, p. 271), além da grande diversidade de peixes consumidos pelos moradores, 21 espécies das águas continentais ou interiores e 29 das águas marítimas e dos estuários são comercializadas. Os peixes mais comuns, na maioria dos rios, são o tucunaré, o pirarucu, o tambaqui, a pescada, a dourada, o filhote... Há também os quelônios, como as tartarugas e os jabutis. Estes animais aquáticos

“vivem indiretamente de produtos da floresta como: insetos, frutos, sementes e pólen. (...) As folhas que caem na água (...) são atacadas por fungos, que são fonte de alimento para animais pequenos; que por sua vez são consumidos por predadores” (FERRAZ, *ibid.*, p. 179).

Getúlio Vargas e sua comitiva talvez tenham sobrevoado algumas dessas florestas, aparentemente todas iguais, vistas de cima, e constituindo um imenso e monótono tapete verde, constelado, de vez em quando, por algumas flores de cores vivas. Para quem viaja pelos rios e igarapés, muda a impressão de monotonia: a Amazônia é feita de matas muito diversificadas: matas de terra firme, cobrindo, na época, mais de três milhões de km², matas de várzeas e igarapés estendendo-se em 70.000 km² quando sazonalmente alagadas; uma vegetação arbórea mais rasteira que se desenvolve nos 150.000 km² de campos de terra firme de Roraima, Trombetas, Amapá e Marajó ou nos 15.000 km² de campos de várzea no Baixo Amazonas (ver Guarim Neto, 1994, p. 194-223).

A flora amazônica é tão rica que seu potencial só tem sido minimamente aproveitado e até descoberto e classificado por pesquisadores nacionais. Segundo informações do *Jornal Ciência Amazônia* (2006) da SBPC/Pará, “a quantidade de plantas de potencial para criar remédios é enorme. [...] 99% do mundo dos microrganismos das florestas não são conhecidos”. Em relação a este potencial, Guarim Neto (*ibid.*, p. 206-213) menciona uma ladainha de plantas: as produtoras de látex: a seringueira, o caucho, a balata, o amapá-doce, intensamente exploradas em dois períodos (1870-1920 e 1942-45); as produtoras de óleos e gordura: patauá, bacaba, miriti, buriti, tucumã, andiroba, ucuubá, além da castanha-do-pará, que foi e continua sendo exportada; as produtoras de resinas: jatobá, jataí, copaíba; as aromáticas: cumaru, pau-rosa...; as fornecedoras de condimento: jambu, alfavaca, chicória, urucu etc. usadas na cozinha caseira e nos pratos regionais; as medicinais de uso caseiro: copaíba, jataí, andiroba, puxuri, verônica, cabacinha, graviola, ucuubá, guaraná; as tóxicas, inseticidas, alucinógenas ou contraceptivas: paricá, virola, curarea, além do timbó usado ilegalmente na pesca; as usadas nos curtumes: axuá, cuju-açu, tachi-preto do mato, faveira; as tintoriais: axuá, cumaté, e o urucu cuja

utilização substitui hoje os corantes artificiais na alimentação industrial; as fibras utilizadas na indústria têxtil: a samaúma, o tucumã e o curauá; e a extensa lista de frutas típicas: manga, açaí, bacaba, cupuaçu, goiaba, muruci, buruti, jambu; sem falar das plantas ornamentais.

Mas esta riqueza e abundância de recursos têm seus riscos para a saúde humana. Segundo Confalonieri (2005, p. 222), este ambiente amazônico é propício a “processos infecciosos de veiculação hídrica como o cólera-morbo e as gastroenterites microbianas”; nele se encontram 98% da malária e 35% de hanseníase do país e se verificam com frequência hepatites virais, leishmaniose e doença de Chagas. Más práticas de uso da terra, acrescenta Confalonieri, “geram transformações ambientais com riscos para a saúde” (Ibid., p. 223).

3. Rasgando florestas, o abraço rodoviário de Juscelino Kubitschek

Foi, porém, o Presidente Kubitschek que abriu o primeiro capítulo da história amazônica recente com a transferência da capital federal como ponto estratégico de uma integração em dimensões nacionais, e com a abertura da rodovia Belém-Brasília. O desenvolvimento da indústria automobilística decorrente da nova indústria siderúrgica dava sentido à ampliação da rede rodoviária. A construção de Brasília e da rodovia levaram para o Planalto Central e para o Norte de Goiás, Maranhão e Pará milhares e milhares de trabalhadores sem terra e sem emprego no seu Nordeste vítima da seca e do latifúndio.

Enquanto isto, no próprio Nordeste, na virada dos 1950-60, parte das vítimas do clima e dos homens começava a se organizar, sob a liderança, respectivamente, do Partido Comunista Brasileiro – PCB – e da parte da Igreja mais aberta às mudanças sociais: formaram as Ligas Camponesas e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, entre outros movimentos. O crescimento desses movimentos em todo o país apavorou os setores conservadores da sociedade, cuja repulsa se manifestou nas famosas Marchas da Família com Deus e pela Liberdade. A abertura do Presidente João Goulart para as reivindicações camponesas e sua simpatia por Cuba foram o estopim para o golpe de estado de março de 1964. O Brasil foi entregue aos militares, com

apoio, inclusive, de muitos dirigentes eclesiásticos. Os clamores populares foram silenciados durante 20 anos.

4. O frenesi militar: as grandes opções desenvolvimentistas e os grandes projetos dos anos 1970-80

O regime ditatorial remodelou a Nação. A contra-mão... A indispensável reforma agrária foi enterrada antes que começasse a ser posto em prática o compromisso assumido em Punta del Este, consagrando o Brasil como terra do latifúndio: a força autorizava os militares a fazer opções políticas e econômicas totalmente invertidas. A Amazônia virgem, protegida até então por seu isolamento, lhes permitia todas as temeridades e as megalomanias: um espaço vazio (0,98 habitante por km²), ameaçador, pensavam eles, para a segurança nacional.

Quatro fenômenos fundamentais e interligados de natureza econômica e geopolítica determinaram a nova fisionomia espacial e social da região: a criação de uma gigantesca rede rodoviária; o enorme movimento migratório que dela decorreu; a desenfreada apropriação privada da terra; e a corrida nacional e internacional aos recursos minerais e energéticos. E, em contraponto negativo, a rejeição da reforma agrária.

4.1. A gigantesca rede rodoviária

Os governos militares se encarregaram de completar o braço rodoviário da integração nacional de Kubitschek pela rodovia Leste-Oeste Transamazônica (2.000 km), a Cuiabá-Santarém (1.616 km), a Cuiabá - Porto Velho - Rio Branco - Peru, a Perimetral Norte (4.800 km); nenhuma foi concluída e muitos de seus trechos ficam intransitáveis na época das chuvas. Às estradas se juntaram novos aeroportos e um novo sistema de telecomunicações. Estas novas comunicações, porém, não passam de infra-estrutura; o que integra não são elas, mas o que elas carregam: grãos e frutas ou maconha; agentes de saúde ou pistoleiros; partilha de terra ou latifúndio; homens livres ou semi-escravos; oportunidades de trabalho ou prostituição; famílias sadias ou povo doente; harmonia com a natureza ou destruição de seus recursos.

Paz ou violência. Irmandade ou conflito. A gente amazônica ficou esquecida no processo, mesmo pela maioria dos ecologistas, mais atentos aos recursos da natureza do que às populações.

4.2. O povo que o Presidente Médici não quis ver

“Gente sem terra para terra sem gente” (Presidente Médici, 1970). A promessa de Getúlio Vargas de reerguimento da Amazônia retomada à moda ditatorial começou em 1970 com a vinda dos capitais de fora. Uma terra sem gente? E os índios, donos primordiais dessas terras? Com base em informações de antropólogos, indigenistas, missionários, estimava-se, no início dos anos 1980, em 80.000 aproximadamente, o número de índios vivendo em cerca de 1.000 aldeias (POVOS INDÍGENAS, 1985, *passim*). São números, evidentemente, muito aproximativos, levando em conta a dispersão dos grupos indígenas e a existência de muitos grupos considerados “arredios”. A maior parte deles encontrava-se no nordeste do Amazonas, em Roraima e em áreas dos rios Solimões, Tapajós e Madeira. Poucas de suas áreas eram oficialmente demarcadas, o que iria provocar muitas disputas na hora da abertura das estradas e da implantação dos “Grandes Projetos”. Seu modo de vida, baseado no uso harmonioso dos recursos naturais regionais, exigia um livre percurso em amplas áreas nas quais eles tinham dividido entre si a região, não sem conflitos e guerras, na verdade. Uma relação adequada entre recursos disponíveis e população permitia-lhes administrar os ecossistemas de maneira sustentável; o isolamento nas suas aldeias distantes dos “cristãos” os protegia das epidemias que, um dia, os “civilizados” lhes transmitiriam.

Em maior ou menor contato com essas populações indígenas, viviam outras populações amazônicas nativas resultantes de diversas miscigenações entre índios, colonizadores, negros africanos e migrantes vindos de outras regiões brasileiras, principalmente do Nordeste do país, para a exploração do látex e da castanha. Até os anos de 1950-1960, essas populações estavam localizadas ao longo dos rios – durante séculos a única via de comunicação, tanto no interior da região quanto para fora. O Censo do IBGE de 1970 registrou 3.600.000 habitantes com predomínio da população rural (55%). Um

quarto deles residia nos dois grandes centros de serviços de Belém e Manaus. Fora dessas duas cidades, somente duas outras – Santarém e Macapá – atingiam os 50.000 habitantes. A população rural vivia principalmente do extrativismo. Alimentava-se da pesca, da caça, dos produtos de uma pequena roça e da criação de aves, de frutas da mata. Encontravam na floresta os recursos para construção de casas, fabricação de barcos e de ferramentas. Comercializavam peles de animais selvagens, pirarucu, quelônios, frutos e óleos. Extraíam látex e castanha por conta própria ou em regime de aviamento. Muitos moradores evocam hoje nostalgicamente esses tempos como tempos de fartura.

Há de se notar, ainda, as populações quilombolas remanescentes de escravos fugitivos da senzala ou de integrantes da trágica revolta cabana dos anos 1830, que escaparam à cruel repressão das autoridades imperiais. Estimam-se em mais de trezentas suas áreas no Pará.

4.3. *As grandes migrações*

As novas estradas tornaram-se canais de escoamento do que certos demógrafos chamam, até ironicamente, “excedentes populacionais”. Um dos macroaspectos mais chamativos do PIN nas pré-Amazônias goiana e maranhense e na Amazônia Clássica foi o extraordinário movimento migratório e a mudança demográfica da região. Dirigiram-se diariamente para o Norte grandes quantidades de paus-de-arara e de ônibus cheios de famílias de migrantes despejadas nas rodoviárias ao longo das estradas, carregadas de crianças e de bagagens, e sem destino fixo. De 1970 a 1980, a Região Norte cresceu a um ritmo de 5% ao ano (IBGE, 2000). Na sua grande maioria, eram famílias que viviam no campo em comunidades nos lugares onde eles nasceram e nasceram seus pais e avós; famílias grandes com laços de parentesco e de vizinhança muito fortes. Estavam bem inseridos no seu ambiente natural de caatinga, de sertão, de mata e de canaviais e no seu ambiente social: a capela, a igreja ou o templo, a praça, a prefeitura, a feira, a escola, o cemitério. Tinham seus ritos religiosos ou sociais, suas tradições. Com a migração, tudo isso se diluiu, se metamorfoseou em memória, em saudade. Quanto tempo para recompor o meio

familiar, uma vizinhança tranqüilizante no subúrbio de uma cidade, ou conquistar um chão para plantar, que uma reforma agrária local lhes teria garantido nos seus estados!

4.4. A apropriação legal e ilegal da terra pela agropecuária e pelas madeireiras

Paralelamente à maciça migração de trabalhadores, penetravam na Amazônia ocidental e oriental pequenos empresários ambiciosos atraídos pela enorme disponibilidade de terras, alguns foragidos de sua região, e grandes empresas nacionais ou internacionais atraídas por incentivos fiscais generosamente oferecidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, criada em 1970 pelo novo regime. Na verdade, especulavam sobre a valorização de terras adquiridas de graça, aplicando os incentivos nas suas empresas no Sul com conivência deste órgão. Surgiram conflitos sangrentos pela terra.

A quase totalidade das terras amazônicas era devoluta. As mais próximas dos rios eram controladas pelas “elites” econômicas e políticas regionais. Sua extensão era calculada em número de léguas pela “frente” no rio e se alongava pelos fundos até “as Gerais” (terras de índios). Algumas raras datavam das sesmarias coloniais. Poucos pretendentes tinham e seus herdeiros e compradores não têm até hoje documentação legal probatória de propriedade ou de posse. Existe ainda até hoje a maior dúvida sobre a quem pertencem os três milhões de km² de terras amazônicas.

Desde a manifestação de interesse por parte de Getúlio Vargas, o sul do Pará tem sido adquirido pela Fundação Brasil Central, que data daquela época, e distribuído em centenas de lotes perfeitamente quadriculares medindo cada um 4.200 hectares (ou seja, seis léguas quadradas). No município de Conceição do Araguaia, no sudeste paraense, 204 proprietários possuíam mais de 1.000 ha, dentre eles, 25 com mais de 10.000. Pouco antes do golpe militar, uma corretora de São José do Rio Preto loteou para pessoas daquele município paulista uma área atravessada pela rodovia Belém-Brasília, ao longo de 200 km, concedida pelo estado do Pará: 17 milhões de hectares de mata. A concessão foi revogada pelo governo do Pará em 1964; os

desmatamentos já haviam sido iniciados (HÉBETTE, 2004a, p. 43-49).

Em 2000, o Ministro do Desenvolvimento Agrário Raul Jungmann lançou o documento “O Livro branco da ocupação ilegal das terras no Brasil” (MDA, 2000), onde declara que um levantamento do INCRA constatou que, no Brasil, mais ou menos 93 milhões de hectares apresentam índices de fraudes; informa que o INCRA anulou 3.065 grandes propriedades de mais de 10.000 ha, dando aos seus pretensos donos a oportunidade de apresentarem sua documentação. Deste total, um quarto (79 propriedades) se localizava em cinco estados da Amazônia, representando 11% do território amazônico; só 23% dos notificados se apresentaram. São os estados do Pará, com 422 propriedades anuladas, representando 21 milhões de hectares (68% do total das áreas paraenses irregulares), e o Amazonas, com 187 propriedades anuladas, correspondendo a 13 milhões de hectares. No Pará, dois pretendentes a respectivamente 9 e 7 milhões de hectares, incluindo terras de índios e das Forças Armadas enquanto, segundo o Censo Agropecuário de 1996 (IBGE, 1998), 82% dos estabelecimentos rurais paraenses de menos de 100 ha não detinham 20% da área. A maioria das áreas anuladas ainda está nas mãos de seus pretendentes...

Esta concentração de terra é fruto da grilagem, da expulsão de pequenos produtores, da falsificação de documentos e da corrupção nos organismos da terra e no judiciário. Não estranhe, portanto, que a Amazônia – e o Pará em particular – apresente um altíssimo nível de violência agrária.

4.5. *Os grandes projetos: mineração e hidrelétricas*

Quem percorresse o estado do Pará no fim dos anos de 1960 e nos primeiros anos de 1970 podia encontrar em toda parte equipes de pesquisadores cruzando os céus, martelando rochas ou mergulhando nos rios, clandestinamente ou às claras, em busca de minério e de diamante. Em 31 de julho de 1967, pousava, ocasionalmente, na Serra Arqueada, na região de Marabá, um helicóptero da CMM (Companhia Meridional de Mineração), uma subsidiária da internacional U.S. Steel (United States Steel Corporation), com o chefe da equipe a bordo, o geólogo brasileiro Breno dos Santos. Breno acabara de pisar numa parte

da serra onde se descobriria uma reserva de 18 bilhões de toneladas de ferro de altíssimo teor de hematita, de onde a Companhia Vale do Rio Doce – CVRD –, hoje privatizada, irá exportar da Serra do Carajás, no ano de 2006, 90 milhões de toneladas de minério, por meio de uma ferrovia de 870 km, especialmente construída para este fim. Mas não há só ferro na Serra: há manganês, cobre, ouro, tungstênio.²

Na mesma época, um consórcio de capitais nacionais e internacionais se constituía para explorar uma mina de bauxita no Rio Trombetas, ao norte do Pará, com capacidade de produção de 12 milhões de toneladas anuais de bauxita numa área de 1.300 ha de solos que foram totalmente remexidos. A lavagem do minério despeja no solo e nos igarapés mais de mil toneladas anuais de lama vermelha ameaçando a fauna fluvial. A secagem do minério lavado, por sua vez, provocava emissões de dióxido de enxofre.

Para transformar a bauxita em alumina e esta em alumínio, um consórcio nipo-brasileiro montou em Barcarena, perto de Belém, as empresas Albrás e Alunorte. A produção de alumínio despeja também, por dia, centenas de toneladas de lama que contém enxofre, criolita e soda cáustica, recolhida num lago artificial.

A produção de alumínio absorve uma quantidade enorme de energia elétrica cuja geração exigia uma nova fonte: foi construída a hidrelétrica de Tucuruí, hoje com capacidade total de 8.000 megawatts. O represamento do rio Tocantins alagou uma quinzena de localidades rurais e uma floresta que a pressa na construção não deixou tempo de aproveitar. Milhares de famílias foram deslocadas e aldeias indígenas transferidas. A transmissão de energia para Albrás e Alunorte e para o Nordeste do país exigiu a abertura de centenas de quilômetros de corredores nas matas; para controlar o rebrotamento da vegetação, foram utilizados agrotóxicos como o mesmo desfolhante Torton utilizado pelo exército americano no Vietnã. Foram constatados abortos e nascimentos de crianças deformadas, doenças, mortes. Há suspeita de que o linhão que atravessa a reserva indígena Gavião tenha sido

² SANTOS, Breno Augusto dos, *Carajás: História e Perspectivas*. Texto apresentado em depoimento na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados em 27.03.1984.

responsável por casos de leucemia entre os indígenas. Neste programa, implantavam-se, com iguais conseqüências, inclusive nas áreas indígenas, as hidrelétricas de Samuel e de Ávila, em Rondônia, do Paredão em Roraima e a de Balbina, a mais contestada de todas, no Amazonas.

6. E nós, o que estamos vendo ou poderíamos ver hoje?

As autoridades federais que visitaram a Amazônia não chegaram a ver toda a riqueza de seu povo e de sua natureza. Será que nós temos os olhos mais abertos para conhecer esta Amazônia que, faz 250 anos, se tornou brasileira? Uma pista...

6.1. O rearranjo espacial da Amazônia

A Amazônia Clássica, formada por seus seis estados, tinha em 2000 (IBGE, 2000) 11.743.606 habitantes (7% do país) distribuídos entre 310 municípios. Metade desta população está concentrada no Pará e quase um quarto no Amazonas. As grandes aglomerações das capitais do Pará, Amapá e Roraima se confundem com seu respectivo município e cada uma delas concentra mais da metade da população de seu estado; 23 dos 62 municípios do Amazonas têm população inferior a 15.000 habitantes, Rondônia apresentando uma melhor distribuição da sua população. Os cálculos do IBGE, que excluem da população rural os residentes de todas as sedes de municípios, independentemente de seu tamanho, reduzem artificialmente a 30% apenas a população rural. Além de Belém e Manaus, na Amazônia, há apenas 8 cidades de mais de 100.000 habitantes. Nessas condições, não há uma saudável distribuição e hierarquia do povoamento e dos serviços.

A maneira como foi concebida a construção da rede rodoviária foi a mais determinante para a distribuição demográfica da região; esta rede, inclusive, representou uma nova divisão do espaço físico e social amazônico: por um lado, a Amazônia tradicional com os povos nativos, a que melhor garantiu seus recursos naturais e os defendeu contra a exploração madeireira predatória; e, por outro, a Amazônia da “fronteira agrícola”, a dos posseiros, do latifúndio pecuarista e dos madeireiros, na qual o estado investiu mais em infra-estrutura

de comunicações e em serviços de saúde, ensino, integração cívica (documentação), embora seletiva e discriminadamente acessíveis às diversas classes.

A orientação fluvial sul-norte da bacia do Tocantins-Araguaia, a opção governamental pelo transporte rodoviário e a convergência do terminal da rodovia Belém-Brasília e do estuário do rio Amazonas favoreceram sumamente o Pará e deram ensejo ao projeto Grande Carajás, que concentrou no sudeste e nordeste paraenses os maiores investimentos. O necessário equilíbrio político entre os dois grandes estados fez com que os governos oferecessem ao Amazonas uma compensação: a Zona Franca de Manaus, uma concentração populacional e comercial que esvaziou populacional e economicamente o resto do estado, quer dizer, os outros 61 municípios. Boa compensação: em 2002, Manaus era a quarta das nove cidades maiores contribuintes para o Produto Interno Bruto – PIB – nacional e sua participação no PIB estadual era de 81,3% (O Liberal, 2005).

6.2. *Concentrações espaciais do povoamento, pseudo-urbanização e cidadania*

Baseados, provavelmente, mais nos cálculos do IBGE do que num contato mais próximo com as sedes dos municípios da região, alguns autores têm falado de “urbanização” da Amazônia. Até onde vai a urbanização de Manaus, Rio Branco, Porto Velho, Belém, Santarém e outras capitais e cidades amazônicas? Aos centros residenciais das cidades e aos conjuntos fechados de luxo, com certeza. Como comparar e incluir, num mesmo conceito, o abastecimento em água potável ou os banheiros e piscinas desses conjuntos e os do “povo pobre”? Urbanas, as favelas de Manaus e as periferias pobres de Belém? E as 300 sedes municipais que nem chegam a 50.000 habitantes? E as 191 sedes municipais que têm menos de 10.000 habitantes? Qual seria então o critério da “urbanidade” ou da “*civitas*”? Pergunta-se: o atributo de uma urbanidade não caberia exclusivamente às aglomerações que oferecem as condições básicas da cidadania?

Nesse sentido, vale examinar, ainda a partir do mesmo Censo, três índices de cidadania: acesso à água, existência de sanitário e alfabeti-

zação. Verifica-se então que apenas 46% dos domicílios familiares têm acesso à rede de distribuição de água (qualquer que seja a qualidade) e que 40% se abastecem a partir de poços ou nascentes. Impressionante o percentual da população que não dispõe de sanitário: chega a 20% no Acre, reduzindo-se a 7% no Amapá, girando em torno de 12% nos outros estados. O Acre e o Amazonas são os que apresentam o maior índice de esgotamento sanitário, de 19,5% e 20% respectivamente, reduzido a 13,7% em Rondônia, 6,1% no Amapá e, vergonhosamente, a 7,4% no Pará, o estado dos Grandes Projetos.

A má configuração espacial da população tem a ver também com o acesso ao trabalho e a renda das famílias. Segundo resultados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – PNAD – feita no campo e nas cidades em 2004, cerca de 75% das famílias amazônicas com crianças de até 14 anos de idade têm rendimento médio mensal *per capita* familiar de até um salário mínimo; a proporção desta categoria de famílias é a maior no Pará e no Acre e a menor em Rondônia. No Pará, 48,9 % de famílias da categoria têm rendimento de até meio salário. Pode-se imaginar as conseqüências sobre escolaridade, andança noturna e prostituição das crianças.

6.3. *No campo, desmatamentos, queimadas e mudanças climáticas*

A expansão do latifúndio pecuarista verificada na Amazônia, a partir de 1970, tem tido sobre ela um conjunto de conseqüências de natureza social e ambiental: social, pela expulsão de populações nativas de seus territórios e pela distribuição crescentemente desigual das terras nas áreas de imigração e colonização, eliminando o efeito positivo da política de assentamentos de trabalhadores rurais; ambiental, pela própria destruição da floresta e de seus inestimáveis recursos e da contribuição que ela forneceu durante séculos à vida das populações indígenas e mestiças.

Quanto ao desmatamento, que está diretamente ligado à grilagem e à criação de fazendas, Ferreira; Venticinque; Almeida (2005, p. 157-160) nos fornecem as seguintes informações: sua taxa anual na Amazônia Legal chegou a perto de 30.000 km² anuais em 1994-5;

depois de diminuir nos anos seguintes, voltou para mais de 23.000 km² anuais no período 2002-03. “A área cumulativa desmatada [...] chegou a cerca de 653.000 km² em 2003, correspondendo a 16,3% [da floresta]”; estes desmatamentos se alastraram ao longo do “cerco do desmatamento” que vai do leste do Pará/oeste do Maranhão até a entrada no Acre, passando por Mato Grosso e Rondônia, atingindo uma extensão de 20% da área total no Pará, de 28% no Mato Grosso e de 29% em Rondônia. Hoje, concentram-se num eixo norte-sul ao longo da rodovia Cuiabá-Santarém e na Terra do Meio que vai de Altamira ao sul do estado do Pará. “A criação extensiva de gado, especialmente em grandes propriedades, é fator responsável por cerca de 80% das florestas desmatadas na Amazônia Legal” (Ibid., p. 158). É precisamente na Terra do Meio que estão situadas as duas maiores áreas de grilagem acima mencionadas.

Segundo Lentini *et alii* (2005), existiam em 2004, nos seis estados amazônicos, 55 pólos importantes de exploração madeireira com 1.383 empresas, sem contar as pequenas serrarias, e mantendo 61.238 empregos diretos. Naquele ano, teriam derrubado 16 milhões de m³ de madeira em tora, sendo 70% no Pará, gerando, para estas empresas, US\$ 1,6 bilhão. As espécies mais nobres são: mogno (cujo preço local do m³ atinge US\$ 200,00), cedro, ipê, freijó, cerejeira, angelim.

A “limpeza” da área de florestas para plantio de capim se processa pelo fogo e as queimadas do material vegetal, com as conhecidas conseqüências, regularmente divulgadas pelos institutos de pesquisa e pela mídia.

“A vegetação é composta de grandes quantidades de carbono que se liberam na forma de CO₂ quando queimada; [...] com a queimada das florestas amazônicas são liberadas grandes quantidades de dióxido de carbono, contribuindo ao efeito estufa. Tal efeito é de maior importância nas alterações climáticas do globo” (Ibid., p. 186). O dióxido de carbono é o gás mais importante para o efeito estufa.

Num estudo muito especializado, Freitas *et alii* (2005, p. 167-185, citando Andreae, 1991) assinalam que, internacionalmente falando, “a maior parte das queimadas ocorre nos países em desenvolvimento nos trópicos” (Ibid., p. 167). São, de fato, os que têm ainda florestas

expressivas. Eles são “responsáveis por 87% das emissões globais produzidas por queimadas”. Advertem que “os efeitos destas emissões excedem [...] a escala local”. Seu transporte “resulta em uma distribuição espacial de fumaça sobre uma extensa área, ao redor de 4-5 milhões de km²” (Ibid., p. 168) e que seus efeitos podem “afetar de maneira importante o ciclo hidrológico numa escala regional e o padrão de redistribuição planetária de energia dos trópicos para as latitudes médias e altas” (Ibid., p.169).

6.4. Crimes contra os direitos humanos

A prática do trabalho escravo, hoje mais cautelosamente denominado “trabalho degradante, análogo ao trabalho escravo”, data, na história mais recente da Amazônia, da expansão pecuarista com a abertura da fronteira, mas o fenômeno veio à tona e foi divulgado sobretudo a partir do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, instituído em 2003, pois em 2002 haviam sido denunciados, no país, 4.333 casos e, em 2003, 4.957. A CPT se distinguiu na coleta e divulgação dos casos. O governo estabeleceu então a “lista suja” dos protagonistas dessa forma de exploração humana, resultando no alijamento dos exploradores dos créditos do Banco do Brasil – BB. Multas pesadas lhes foram aplicadas embora freqüentemente não pagas.

Em 2004, foram registradas pela CPT (2005) no país 6.075 denúncias e foram libertados 3.221 trabalhadores, sendo 2.476 (77%) no Pará. Em 2005, foram registradas pela CPT 7.000 infrações, incluindo 120 de menores de idade. Foram libertados 4.585 trabalhadores. Das denúncias, 3.198 (41%) se deram no Pará; 1.226 trabalhadores foram libertados. 158 dos casos paraenses se referiam a trabalhadores de fornos de carvoaria, provenientes principalmente do Maranhão e do Piauí.

Antes do Plano de Erradicação poderiam ter sido enquadradas nesta categoria as dezenas de milhares de trabalhadores dos canteiros de obras (até 30.000 num só deles) das hidrelétricas, da mina do Carajás e dos macro-garimpos da Serra Pelada ou de Itaituba, PA.

Ameaças de morte, ferimentos e mortes cruéis de camponeses, assessores e advogados a serviço das organizações camponesas foram

registrados desde a abertura das estradas e do avanço do processo migratório (HÉBETTE, 2004b). De 1995 a 2002, foram assassinados 271 trabalhadores rurais; 113 deles (41,6%) no Pará. Em 2003, houve 33 assassinados no campo no Brasil; em 2004 foram 31. Em 2005, o número mais do que duplicou, chegando a 64.

6.5. Indicadores do desenvolvimento humano - IDH

O Programa do Desenvolvimento das Nações Unidas – PNUD – divulgou este ano sua avaliação mundial do nível de desenvolvimento humano. Somente 20 dos 310 municípios amazônicos encontraram lugar entre os 3.000 primeiros classificados no universo dos 5.507 municípios do país. Os dois primeiros – Belém e Ananindeua, na região metropolitana de Belém – só chegaram a ocupar o 452º lugar, com IDH 0,806, no caso de Belém, e o 995º lugar, com IDH 0,782, no caso de Ananindeua. Em termos comparativos, pode-se fazer referência aos primeiros dez municípios (9 do Sul mais Fernando de Noronha) cujos IDH's variam entre 0,919 e 0,862. Os 15 municípios amazônicos que seguem a região metropolitana de Belém e se situam entre os dois mil primeiros do país têm IDH variando de 0,774 a 0,746; 6 são paraenses, 1 amazonense (a capital), 6 são rondonienses, um amapaense (a capital) e um acreano. Dos 18 últimos, colocados na faixa do 4075º ao 5232º lugar, 10 deles são amazonenses e apresentam IDH inferior a 0,600.

As taxas de alfabetização de residentes amazônicos acima de 10 anos acompanham esses índices de desenvolvimento (IBGE, 2000). 5 municípios apenas apresentam taxas superiores a 90% de alfabetizados. Dezesesseis dos dezoito últimos municípios em termos de IDH apresentam taxas inferiores a 70%. Muitos são municípios cuja própria sede nem chega a 5.000 habitantes. Em termos estaduais, o Acre fica bem abaixo dos outros estados com taxa de apenas 70%.

7. A dinâmica social dos excluídos: movimentos sociais e ação das Igrejas

Os enfrentamentos dos trabalhadores rurais com os latifundiários e especuladores em diversos cantos da Amazônia forçaram estes trabalhadores a se organizarem, mesmo durante o regime militar. Receberam forte apoio de alguns setores da Igreja, de pequenos grupos de militantes políticos clandestinos e de alguns advogados comprometidos com eles. Eles se apoderaram de sindicatos pelegos e criaram novos. Impuseram aos diversos órgãos governamentais abrirem-se para o diálogo e a negociação. Tornaram-se interlocutores obrigatórios desses órgãos. O Movimento dos Sem-Terra teve penetração menor na Amazônia.

A partir de 1970 e, em particular, com a I Assembléia dos chefes indígenas realizada em Diamantino/MT, em abril de 1974, as diversas etnias começaram a se organizar regional e nacionalmente, conquistando vitórias na Constituição de 1988, como o direito ao reconhecimento e à delimitação de seus territórios originais. Apenas 164 das 400 terras localizadas na Amazônia Clássica tiveram os processos legais de regularização de suas terras concluídos até 2005 (ver HECHK; LOEBENS; CARVALHO, 2005, p. 237-255).

Em final dos anos 1980, a partir da resistência dos seringueiros do Acre ao avanço do latifúndio pecuário, foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS, que se tornou o representante das populações tradicionais extrativistas e contribuiu muito para criação e expansão das Reservas Extrativistas – RESEX. Representam uma tentativa de combinar o duplo objetivo de garantir simultaneamente a preservação dos recursos naturais e a permanência no seu local tradicional de vida das populações, suas legítimas guardiãs. Em 2005, as RESEX, na Amazônia, eram 33; 20 no interior das terras e 13 “marítimas”, no litoral.

Fazendeiros e madeireiros também se organizaram. Os primeiros, reunidos politicamente na União Democrática Ruralista – UDR, são poderosos no Congresso Nacional e conseguiram graves recuos na legislação da reforma agrária, condicionando a expropriação à prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária (Constituição Federal, artigo 184) e à exclusão de desapropriação de terras produtivas (Artigo 185). Estes dispositivos foram fatais para uma verdadeira reforma agrária, sendo o governo obrigado a criar assentamentos em terras

devolutas. Os madeireiros, muitos deles fazendeiros, têm ainda suas associações próprias. Os antiindígenas também são ativos no Congresso e tiveram apoio do Conselho de Segurança Nacional – CSN na Constituinte de 1988.

O interesse de parte da sociedade brasileira e do mundo ocidental pela Amazônia foi acompanhado por semelhante interesse das Igrejas das respectivas regiões e países. O aspecto mais marcante desse fenômeno diz respeito à forte penetração na Amazônia das Igrejas evangélicas e de outros movimentos cristãos, em particular dos pentecostais, que romperam o monopólio religioso da Igreja Católica. Esta adotou durante muito tempo em relação àquelas atitudes de defesa e até de contra-ofensiva ainda não superadas por um movimento ecumênico, ainda muito fraco. Do sul do país e de fora do Brasil vieram padres, freiras, pastores em reforço aos amazônidas e estrangeiros incapazes de darem conta da catequese e da vida sacramental neste imenso território. Foi, porém, o Concílio Vaticano II de 1962 a 1965 e suas repercussões na teologia e na pastoral católicas que modificaram profundamente a prática pastoral de parte significativa da Igreja Católica. Esta nova prática manifestou-se numa presença em proximidade com as populações e por uma nova maneira de abordar os problemas da pobreza, do atraso econômico, da dependência e da exploração humana, passando progressivamente de atitudes paternalistas e conservadoras para atitudes mais críticas e mais combativas. Coube a segmentos minoritários, chamados progressistas, das Igrejas na Amazônia promoverem o movimento das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, que estimulou a participação dos cristãos leigos nos movimentos sociais e na ação política. Foi nestas CEBs que se formou grande parte dos militantes sindicalistas e políticos amazônicos. Hoje, seus quadros tornaram-se autônomos em relação à Igreja, atuando em suas próprias instituições. Neste processo, a Igreja Católica tendeu a se retirar para suas práticas tradicionais. Foi, entretanto, na Amazônia que surgiram na Igreja o Conselho Indigenista Missionário – CIMI, em 1972 – e a Comissão Pastoral da Terra – CPT, em 1975. Ambos se destacaram como uma espécie de braço sociopolítico leigo dentro das Igrejas locais e em nível nacional.

Muitas vezes, trabalhadores organizados, associações cívicas, organizações indígenas contaram decisivamente com o apoio do Ministério Público ao qual cabe “a defesa [...] dos interesses sociais e individuais indisponíveis” (Constituição Federal, art. 127).

8. O que verão e sofrerão nossos netos e bisnetos, se...

Sessenta anos decorridos após o Discurso do rio Amazonas de Getúlio Vargas, o Brasil não assumiu ainda plenamente sua irmandade com a região. Capitais vieram... para pilhar: derrubar ou alagar as florestas, degradar os solos, abrir crateras gigantes, poluir rios, deslocar compulsoriamente populações. Filas de migrantes de outros estados convidados para receber terra naquela “terra sem gente” estão compartilhando com a maioria dos amazônidas os indicadores sociais dos subdesenvolvidos.

Os diagnósticos não são otimistas:

“Cerca de 50% da precipitação da região é proveniente da evapotranspiração. [...] Com outro tipo de cobertura vegetal, que não apresenta uma evapotranspiração tão alta, como a formação de pastagens ou culturas anuais de grandes extensões, prevê-se uma diminuição das chuvas. Tal redução aumentará o período de seca e, portanto, o do *deficit* hídrico das plantas” (FERRAZ, 1994, p. 187).

“Até recentemente, era comum falar em ameaças que poderiam afetar a vida dos nossos netos. Hoje, até a palavra ameaça ficou superada. Muitos dos efeitos dos fenômenos deletérios serão sentidos ainda dentro da expectativa de vida de boa parte da humanidade. A floresta amazônica está sendo devastada como se nunca fosse acabar. Estamos nos aproximando do ponto em que não haverá mais volta. [...] Faltando o vapor d’água secundário que estas florestas liberam para a atmosfera, é concebível haver uma diminuição de 20% nas chuvas de Manaus. [...] Assim, as florestas de Manaus poderiam morrer sem serem derrubadas, sendo substituídas por uma flora muito mais pobre” (Veja. Entrevista com o meteorologista Carlos Nobre).

Urge agora um brado de fraternidade, de irmandade da Nação para **ver** a Amazônia, **com olhos novos**, desta vez, antes que pereça; e não só a “natureza” mas, sobretudo, o homem que dela vive. Sem ânsia

de lucros mal adquiridos, sem corrupção da mente e do coração. É necessário; portanto, possível, se....

É para acolher os homens e torná-los felizes que Deus criou os Céus e a Terra. “Deus viu tudo o que tinha feito. E era muito bom. Houve uma noite, houve um dia”. (Gênesis, 1,31). Este sétimo dia é nosso, dos nossos netos, bisnetos..; deixemos de estragá-lo.

9. Conclusão

Por meio de suas Campanhas da Fraternidade, a Igreja Católica tem, nestes últimos anos, sensibilizado seus fiéis e a população brasileira em geral sobre temas que transcendem amplamente as questões puramente religiosas. Foram temas de interesse comum da humanidade mesma, provocando-nos para a irmandade universal. O que hoje pode nos diferenciar, cristãos e não-cristãos, sobre o futuro do planeta e das próximas gerações humanas não é o problema – comum a todos nós; são as respectivas e legítimas referências que dão sentido aos nossos pensar e agir. Os desafios do mundo atual, mais do que nunca, requerem que as diversas visões do mundo, ao igual da diversidade dos elementos naturais, ofereçam e juntem sua contribuição para uma resposta comum às questões que atormentam cada um de nós. É de se desejar que a voz das Igrejas se torne uma voz a mais no concerto dos que pensam o futuro do planeta, sem esquecer os que o habitam, mas são aliados de seus benefícios.

A história da Amazônia – não só brasileira – é uma história de quatro séculos de agressões a suas populações e a seu ambiente de vida, de saque e de pirataria em prol de interesses econômicos e políticos a ela alheios. Não convém, entretanto, deixar-se enganar e opor entre si, simploriamente, regiões e países. A Amazônia é apenas uma revelação particularmente oportuna e chamativa de fenômenos que, como chuvas, tornados e secas, se alastraram pelo planeta: a exploração pelos mais fortes dos econômica e politicamente mais fracos, o que se chama em termos modernos o capitalismo selvagem e o despotismo político. O encontro se torna desencontro, o abraço esconde a traição – o que Martins (1997) denominou acertadamente, num livro dedicado a dois bispos muito ligados à Amazônia, “a degradação do outro

nos confins do humano”. O apelo muito simbólico da Campanha da Fraternidade de 2007 se dirige não só aos brasileiros como, também, a todos que pensam no futuro de seus netos e bisnetos. É um apelo à parceria e não à dominação; à partilha em todas as dimensões da vida e não ao egocentrismo. Um apelo ao fortalecimento das organizações civis e públicas que defendem os valores da vida e lutam contra os semeadores de mortes.

BIBLIOGRAFIA

- Ab'SÁBER, A. Entrevista “Problemas da Amazônia brasileira”. *Estudos Avançados*. Universidade de São Paulo. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados. v. 19, n. 53, p. 7-35, Jan./Abr. 2005.
- ANDREAE, M. O. “Biomass burning: its history, use and distribution and its impact on environmental quality and global climate”. In: LEVINE, J. S. (org.). *Global Biomass Burning, Atmospheric, climatic and biospheric implications*. Cambridge, Mass.: MIT Press, p. 3-21, 1991.
- CIÊNCIA AMAZÔNIA. “Floresta abriga microorganismos desconhecidos”. Belém, ano 1, n. 4, p. 1., maio de 2006.
- CONFALONIERI, U. E. C. “Saúde na Amazônia: um modelo conceitual para a análise de paisagens e doenças”. *Estudos Avançados*. Universidade de São Paulo. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados. v. 19, n. 53. p. 221-236, Jan./Abr. 2005.
- Conflitos no campo* 2004. Goiânia: CPT Nacional Brasil, abril 2005. 228 p.
- Conflitos no campo* 2005. Goiânia: CPT Nacional Brasil, abril 2006. 264 p.
- Estudos Avançados*. Universidade de São Paulo. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados. v. 19, n. 53, Jan./Abr. 2005.
- FERRAZ, I. D. K. “A terra, a floresta, os rios e o clima”. In: IBAMA. *A Amazônia: uma proposta interdisciplinar de educação ambiental: temas básicos*. Brasília: IBAMA, 1994. 334 p.; 54 il.; 2 mapas.
- FERREIRA, L. A.; VENTICINQUE, E.; ALMEIDA, S. “O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas”. *Estudos Avançados*. Universidade de São Paulo. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados. v. 19, n.53, p. 157-166, Jan./Abr. 2005.
- FREITAS, S. R. et alii. “Emissões de queimadas em ecossistemas da América do Sul”. *Estudos Avançados*. Universidade de São Paulo. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados. v. 19, n. 53, p. 167-185, Jan./Abr. 2005.
- FURTADO, L. G. “Riqueza e exploração da pesca”. In: IBAMA. *A Amazônia: uma proposta interdisciplinar de educação ambiental: temas básicos*. Brasília: IBAMA, p. 259-315, 1994.
- GUARIN NETO, G. “Riqueza e exploração da floresta”. In: IBAMA. *A Amazônia: uma proposta interdisciplinar de educação ambiental: temas básicos*. Brasília: IBAMA, p. 194-223, 1994.
- HÉBETTE, J. “A questão da terra: problemas e conflitos não resolvidos”. In: *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: Edufpa, 2004a. v. 2. p. 24-302.
- _____. “Os Grandes Projetos”. In: *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campe-*

- sinato na Amazônia. Belém: Edufpa, v. 3, p. 140-264, 2004b.
- HECK, E.; LOEBENS, F.; CARVALHO, P. D. "Amazônia indígena: conquistas e desafios". *Estudos Avançados*. Universidade de São Paulo. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados. v. 19, n. 53, p. 237-255, Jan./Abr. 2005.
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis. *Programa nacional de conservação e desenvolvimento florestal sustentado*. Brasília: IBAMA/SEMAM, 1991. 95 p.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. *Censo demográfico de 1970*. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.
- _____. *Censo agropecuário 1995-96*. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.
- _____. *Censo demográfico de 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- LENTINI, M. et alii. *Fatos florestais da Amazônia 2005*. Belém: IMAZON, 2005. 138 p.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997. 213 p.
- Ministério do Desenvolvimento Agrário. *O Livro branco da ocupação ilegal das terras no Brasil. Balanço final*. Brasília: MDA/INCRA, 2000. 60 p.
- Povos indígenas no Brasil/ 84. *Aconteceu*. São Paulo: CEDI, 1984. Especial 15.
- SALATI, E. "O clima atual depende da floresta". In: SALATI, E. et alii. *A Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia*. Brasília: CNPq, 1983, p. 14-44.
- _____. "The climatology and hydrology of Amazonia". In: PRANCE, G.T.; LOVEJOY, C.T.E. (org.). *Amazonia*. Oxford: Pergamon Press, 1985, p. 18-48.
- O LIBERAL. *Nove cidades. As maiores contribuições para o PIB do país*. 04/05/05. Painel 3. col.2-4.
- SOUZA, A. de. "Março ou Abril? Uma bibliografia comentada sobre o movimento político de 1964 no Brasil". *Dados*. Rio de Janeiro, n.1, p. 160-164, 2 sem., 1966.

Palavras-chave para pensar e meditar

Vir e ver. Ver e reconhecer. Ver: acolher e ser acolhido. Ver e respeitar. Ver e se comunicar. Ver e preservar. Ver e amar. Ver e desenvolver em parceria. Ver e irmanar-se. Ver e fraternizar.

QUESTÕES PARA OS GRUPOS:

1. Considera você que há uma percepção totalmente equivocada do sul do país, bem como do exterior, em relação à Amazônia?
2. Como pode você sensibilizar seu meio familiar, profissional e de amizade em relação aos graves problemas da Amazônia?
3. Há consciência de que os problemas da Amazônia ameaçam igualmente a todos nós, assim como ameaçam as populações locais?



7 PARA FAZER ANÁLISE DE CONJUNTURA

*Pedro A. Ribeiro de Oliveira¹ / ISER-Assessoria
e Bernard Lestienne² / IBRADES*

A análise de conjuntura é como a análise do clima. O agricultor conhece a estação mais propícia à preparação da terra, ao plantio e à colheita, mas está sempre perscrutando o céu em busca de sinais do que vem pela frente, para definir o que deverá fazer na semana ou no dia seguinte. Aliás, qualquer pessoa sabe que há dias quentes no inverno e dias frios no verão. Acertar a previsão do tempo, mesmo para meteorologistas profissionais, com ajuda de satélites e banco de dados, é sempre um desafio. Mas quem faz a previsão realiza seus planos muito melhor do que quem não sabe prever.

Assim também é a análise de conjuntura para quem atua no campo social e político, aqui entendido no sentido mais amplo, de movimentos sociais, conselhos, sindicatos, associações, partidos e organismos de governo. Se quisermos ter uma estratégia eficaz para a atuação política, precisamos saber qual é o terreno e o tempo mais ou menos propício, e isso não é fácil. Tentaremos aqui apresentar os pontos mais importantes para se fazer uma boa análise de conjuntura.

Estrutura e Conjuntura. Quando falamos de estrutura, nos referimos a um conjunto de relações de certa permanência. Por exemplo, terminadas as eleições e composto o governo, temos uma estrutura que, em princípio, durará 4 anos. Quem conhece as forças políticas

¹ Pedro A. Ribeiro de Oliveira é sociólogo, ex-professor de pós-graduação na Universidade Federal de Juiz de Fora e na Universidade Católica de Brasília, foi assessor da CNBB para as CEBs de 1997 a 2005, membro do Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER-Assessoria).

² Bernard Lestienne é diretor do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (IBRADES) em Brasília-DF.



que compõem o governo e a oposição, pode prever qual será sua linha dominante. Mas todos sabemos que essa estrutura é afetada por inúmeros fatores que mudam quase a cada dia, e que podem ir-se acumulando até provocarem mudanças estruturais. São essas pequenas mudanças que a análise de conjuntura procura captar e interpretar. Por isso, ela precisa tomar como base a análise estrutural.

Análise estrutural. Aqui reside a primeira grande dificuldade: definir quais são as forças a serem consideradas. Marx foi o primeiro a propor uma teoria estrutural da moderna sociedade capitalista, que ele via como uma sociedade de classes em conflito por interesses, em última instância, econômicos. Gramsci desenvolveu essa teoria, mostrando que os conflitos de classes são econômicos sim, mas sem desconhecer a autonomia dos interesses propriamente políticos (a dominação exercida pelo Estado) e sociais (a condução intelectual e moral do conjunto social). Outras linhas de pensamento substituem os interesses de classes por interesses institucionais, nacionais, de grupos e assim fundamentam outros modelos de análise de conjuntura.

Opção de fundo. Não há análise de conjuntura neutra ou imparcial diante da realidade política, se é que existe imparcialidade nesse campo. Ao escolher uma perspectiva teórica (as classes sociais, ou as instituições, por exemplo) está-se tomando uma opção política de fundo, porque é o ponto de onde eu olho que me permite ver certos fatos e não outros. Se quiser ver o caráter conflituoso do real, a análise de classes me convém; se quero ver como funciona o sistema, uso a análise institucional. Esta é uma das razões para a existência de diferentes análises de conjuntura: cada qual vê a realidade sob um ângulo. E não adianta sonhar com uma análise global, que incorpore a contribuição de todas as outras, porque a complexidade da realidade histórico-social vai muito além das nossas teorias.

Ultrapassar o nível das informações. A análise de conjuntura trabalha, é claro, com informações atualizadas e confiáveis. Mas uma análise não é uma descrição fenomênica do real, e sim sua interpretação: o que significam esses dados em relação ao quadro teórico de referência. Com frequência, confunde-se análise de conjuntura com

coleta de informações sobre determinado tema, o que pouco adianta para a eficácia da ação política.

Referência a um projeto. A análise de conjuntura só faz sentido quando ajuda a traçar uma estratégia de ação, ou seja, um conjunto hierarquizado de medidas a serem tomadas para a realização de um projeto. A referência última para a análise será portanto o projeto político. Se meu projeto é conservador, uma análise feita em função de um projeto social transformador pouco ou nada me ajudará. Mas se quisermos ser eficazes em nossa estratégia de construção de um Brasil cidadão, democrático e justo, precisamos fazer boas análises de conjuntura.

PRESSUPOSTOS DA ANÁLISE DE CONJUNTURA

Podemos fazer muita coisa, porque nada está predeterminado. Mas não podemos fazer qualquer coisa, porque tudo está condicionado. Por isso, é preciso conhecer a realidade e seus condicionamentos para se ter uma atuação realista.

A realidade se transforma a cada dia, em função de seus dinamismos, contradições, atuações e lutas. Ela é transformada pela ação voluntária de pessoas, por meio de iniciativas individuais e coletivas. O resultado final dessas iniciativas depende das forças de cada um: elas podem somar-se ou anular-se. É o que chamamos de *correlação de forças*.

A análise de conjuntura é um bom instrumento de *conscientização*. Ajuda a adquirir um sentido crítico da realidade, a fazer opções, a tomar posição. Ela é um ato político.

METODOLOGIA DE ANÁLISE DE CONJUNTURA

Análise de conjuntura não é neutra. É feita desde uma posição, a partir duma opção de princípios e valores, em função de certos objetivos. Ela depende do que se quer compreender, em função dos objetivos e interesses de um grupo (ou de uma pessoa).

Sua qualidade vem da prática habitual e regular. Por isso, o grupo não pode variar muito. O grupo não precisa concordar em tudo, mas é indispensável partilhar um consenso político básico: mesma visão e mesmos objetivos de ação.

Para o conhecimento da realidade, ela utiliza múltiplas fontes de informação: jornais, revistas, relatórios, cartas, experiência própria, escuta de opiniões diferentes, conversa com informantes qualificados. Mas não se reduz a reunir informações. As informações são matéria bruta, sobre a qual a Análise de Conjuntura deve trabalhar para dar transparência ao real (como as gemas e cristais: antes de serem burlados são opacos).

Considerar sempre:

- 1) A análise feita **em grupo** é muito melhor do que a feita individualmente, porque o confronto de opiniões evita que se tome uma falsa pista de interpretação.
- 2) **Para quem** é feita a análise? Ela só terá efeitos se o destinatário entender sua linguagem e considerá-la plausível (corresponder à sua experiência prática).
- 3) A análise deve ter **limites temporais**: evolução de um mês, de um ano, entre duas reuniões...
- 4) A análise pode ter pretensão globalizante, ou centrar-se sobre uma só **dimensão** da realidade (econômica, política, social, religiosa, sindical, da saúde, educação e muitas outras), mas neste caso não pode ignorar que o particular é condicionado pelo geral.
- 5) Pode ter como foco o âmbito local, regional, nacional, internacional ou mundial, mas **não deve isolar** esse âmbito dos demais: “pensar globalmente, agir localmente”.

Análise se faz com **rigor** metodológico e científico, de maneira objetiva e sistemática. Mas nunca é algo acabado, é instrumento que se aprimora com o uso. Dois grandes mestres do método: Mao Tse-dong: “quem não pesquisa, não pode falar na reunião”. A. Gramsci: “pessimismo da razão, otimismo da vontade”.

PROCEDIMENTOS PARA UMA ANÁLISE DE CONJUNTURA

Pode ser feita em três etapas, separadas por razão metodológica, mas que formam um conjunto. Por isso, não é bom separá-las demais.

1ª Etapa: VER

- Fatos e acontecimentos mais relevantes do período;
- Problemas, tensões, conflitos, lutas e contradições mais fortes;
- Posições e atitudes dos atores, individuais ou coletivos;
- Considerar o que se vê e o que não aparece, o que se diz e o que se faz.

2ª Etapa: JULGAR

Análise de conjuntura não é resumir os acontecimentos. É apreciar, avaliar, criticar o que vai acontecendo, para perceber o sentido das transformações: por onde e para onde caminha o real?

Análise vem do grego *analusein* (decompor, separar e unir, ver as ligações, resolver). Considerar os atores, seus interesses e suas forças não isoladamente mas em correlação, para desvendar as contradições e os conflitos entre eles. Descobrir a estratégia (linha de ação global) e as táticas (maneiras de agir mais adequadas ao momento ou circunstância) de cada ator.

Aqui entra a importância das *chaves de leitura* fornecidas pela **Teoria**. Os acontecimentos são expressão (resultados) da realidade que é complexa e invisível, mas enganadora porque parece ser transparente ao senso-comum. São as Teorias que rompem com o conhecimento de senso-comum e reconstroem a lógica do real, permitindo explicar as relações entre os diferentes campos de ação humana (político, econômico, social, cultural, ideológico, religioso, educacional etc.).

A Teoria fornece também o quadro de referência a partir do qual pode-se perceber (analisar) as mudanças, as transformações e as tendências: o que é estável e o que muda. Os acontecimentos têm uma história. Relacionar os acontecimentos e atores com elementos e forças permanentes leva a entender a ligação entre o **conjuntural** e o **estrutural**.

3ª Etapa: AGIR

É o momento das iniciativas que a análise revela serem necessárias em função dos objetivos e metas a atingir. A partir das tendências resultantes da atual correlação de forças, a análise poderá indicar modos de intervenção com probabilidade de êxito. Uma boa análise deve indicar prioridades para a ação, e até mesmo a estratégia mais conveniente no momento.



Ecologia: Cuidar da vida e da integridade da criação

Campanha da Fraternidade 2006

Ecologia: Cuidar da vida e da integridade da criação

Campanha da Fraternidade 2006

Ecologia: Cuidar da vida e da integridade da criação

Campanha da Fraternidade 2006

Ecologia: Cuidar da vida e da integridade da criação

Campanha da Fraternidade 2006

Ecologia: Cuidar da vida e da integridade da criação

Campanha da Fraternidade 2006

Ecologia: Cuidar da vida e da integridade da criação

Campanha da Fraternidade 2006

Ecologia: Cuidar da vida e da integridade da criação

Campanha da Fraternidade 2006

Ecologia: Cuidar da vida e da integridade da criação

Campanha da Fraternidade 2006

Ecologia: Cuidar da vida e da integridade da criação

“Nada Sobre Nós Sem Nós” tornou-se o grito incitante de ações conjuntas para pessoas com deficiência e suas organizações em todo o mundo. E isto com razão, pois as questões de deficiência continuam a ser esquecidas e os homens e mulheres com deficiência continuam a ser ignorados nos principais esforços de combate à pobreza e à exclusão social.

Ecologia: Cuidar da vida e da integridade da criação

Ecologia: Cuidar da vida e da integridade da criação